

ESTADO DO MARANHÃO

**PERFIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA -
ADMINISTRAÇÃO DIRETA
Volume I**

**São Luís – MA
2015**

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E
PREVIDÊNCIA - SEGEPI

PERFIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
VOLUME I

1835 - 1994

EDIÇÃO REVISADA

São Luís – MA
2015

PERFIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA
VOLUME I

Copyright by Superintendência de Organização, Normas e Procedimentos Administrativos

GOVERNADOR DO ESTADO

Flávio Dino Castro e Costa

SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL

Marcelo Tavares Silva

SECRETÁRIO DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA

Felipe Costa Camarão

SECRETÁRIA-ADJUNTA DE GESTÃO, MODERNIZAÇÃO E PATRIMÔNIO

Lilian Régia Gonçalves Guimarães

SUPERINTENDÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO, NORMAS E PROCEDIMENTOS
ADMINISTRATIVOS

Adryany Fernanda Guimarães Ferreira

Endereço: Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n - Calhau.

CEP: 65.051-200 São Luís - Maranhão

Fone: (098) 3131.4177

2ª Edição - SONPAD/2015

CRÉDITOS

Revisão:

Supervisão de Normalização e Métodos Administrativos

Salma Vasconcelos de Castro Loureiro

Ary Borges Filho

Geycianne Mendes dos Santos

Carolina Elisa Campos Ferro

José de Ribamar Leite Santana

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E PREVIDÊNCIA

Copyrightby Superintendência de Modernização Administrativa

Solicita-se permuta.
Ou prie l' é change.
Exchang is Kindly requested.

EXPEDIENTE

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E PREVIDÊNCIA – SEARHP

SUPERINTENDÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – SUMOAD

DEPARTAMENTO DE NORMALIZAÇÃO E MÉTODOS ADMINISTRATIVOS - DENOMAD

End: Rua da Estrela, 427
Anexo ao Prédio Sede Centro
CEP: 65.065.010
Fone: (098)232-3636
Publicação Anual
Distribuição Gratuita
Tiragem: 500 exemplares
Editor: SUMOAD/SEARHP
Fax: (098)232-3566

O conteúdo publicado neste número foi extraído dos Diários Oficiais do Estado do Maranhão.

Elaborada por Maria Alice Serra CRB – 13254

Perfil da Administração Pública: Administração Direta: elementos históricos, competências, legislação / Secretaria de Estado da Administração, Recursos Humanos e Previdência / Superintendência de Modernização Administrativa v.1 ,n.1 – São Luís, 1995.

1. Administração Pública – São Luís I. Secretaria de Estado da Administração, Recursos Humanos e Previdência / II.Título.

CDD: 35098121
CDU: 35(812.1)

APRESENTAÇÃO

O Perfil da Administração Pública – Administração Direta Volume I tem como finalidade mostrar de forma clara e objetiva as competências, entidades e sistemas, elementos históricos e base legal de criação dos órgãos da Administração Direta do Poder Executivo, no período de 1835 a 1994.

Com o propósito de facilitar o manuseio pelos usuários, este Perfil foi revisado em 2014, numa parceria entre a Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (SEGEP) e a Biblioteca Pública Benedito Leite/Secretaria de Estado da Cultura (SECMA).

Felipe Costa Camarão
Secretário de Estado da Gestão e Previdência

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	P. 6
GOVERNADORIA.....	8
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO – SEG.....	9
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO – PGE.....	19
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – DPE.....	24
AUDITORIA GERAL DO ESTADO – AGE.....	27
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA E COMUNICAÇÃO SOCIAL – SECOM.....	32
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DE SOLIDARIEDADE E CIDADANIA – SECID.....	37
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO – SEGOV/DF.....	40
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL.....	43
SECRETARIAS SISTÊMICAS.....	46
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E PREVIDÊNCIA –SEARHP.....	47
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO – SEPLAN.....	60
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA – SEFAZ.....	68
SECRETARIAS ESSENCIAIS.....	82
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – SAGRIMA.....	83
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEEDUC.....	94
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES.....	108
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – SEGUP.....	119
SECRETARIAS PROGRAMÁTICAS.....	134
SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SECTEC.....	135
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – SEMA.....	138
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO – SINCT.....	149
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – SECMA.....	158
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, COMUNITÁRIO E DO TRABALHO – SEDESCT.....	169
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA – SINFRA.....	177
SECRETARIA DE ESTADO DE DESPORTOS E LAZER – SEDEL.....	185

GOVERNADORIA

➤ SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

➤ PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

➤ DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

➤ AUDITORIA GERAL DO ESTADO

➤ SECRETARIAS DE ESTADO EXTRAORDINÁRIAS:

Secretaria de Estado Extraordinária de Comunicação Social

Secretaria de Estado Extraordinária de Solidariedade e Cidadania

Secretaria Extraordinária de Governo do Estado do Maranhão

➤ COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO - SEG

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO - SEG
--

NATUREZA	BASE LEGAL DE CRIAÇÃO	FUNÇÃO
Administração Direta	Período Colonial	Órgão Auxiliar do Governador

Em 1912, por meio do DECRETO Nº 153, de 01 de julho, a **SECRETARIA DO GOVERNO** é reorganizada sendo expedido novo regulamento. A 1ª. seção é incumbida de todo o expediente referente aos negócios: da Fazenda; do Interior (menos saúde pública); da Viação e Obras Públicas; da Agricultura e Indústria. À 2ª. seção incumbe o expediente referente aos negócios: da Justiça; do Interior no que disser respeito à saúde pública; do Exterior; do Comércio; da Guerra e da Marinha.

A **SECRETARIA GERAL DO ESTADO** é criada em 1926, dada a nova organização nas Repartições Públicas do Estado, sendo esta subordinada diretamente ao Presidente do Estado e composta de três Diretorias.

Em 1930, é extinta a Secretaria Geral do Estado e criada, em substituição, a **SECRETARIA GERAL DO GOVERNO PROVISÓRIO** do mesmo Estado, por onde ocorrerá a expedição de todos os atos emanados da Junta Governativa.

Em 1931, é extinta a Secretaria Geral do Governo Provisório e é criada a **SECRETARIA DE ESTADO**, subordinada diretamente ao Chefe do Governo compondo-se de uma Diretoria.

Em 1932, é instituído novo regulamento para a Secretaria de Estado denominando-a **SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO**.

Em 1934, é instituído novo regulamento para a Secretaria de Estado do Governo passando a mesma a denominar-se **SECRETARIA GERAL DO ESTADO**.

ELEMENTOS HISTÓRICOS

A **SECRETARIA DO GOVERNO** é criada em 1964, na estrutura administrativa do Estado, constituída pelos órgãos: **Casa Civil**, **Casa Militar**, **Consultoria Jurídica**, **Assessoria Jurídica**, **Diretoria de Administração**, **Serviço de Relações Públicas** e **Mordomia**. Os assuntos pertinentes à Chefia de Gabinete passam à alçada da **SECRETARIA DE GOVERNO**.

Em 1968, é criado o **GABINETE DO GOVERNO**, formado pelo conjunto de órgãos subordinados diretamente ao Chefe do Poder Executivo:

- **Casa Civil**, composta pela Assessoria Especial, Serviço de Expediente, Mordomia, Serviço de Administração Geral e Escritórios de Representações. Fica subordinado à Casa Civil o Departamento de Turismo da extinta Secretaria de Governo; **Casa Militar**, composta pela Assessoria Militar e Serviços de Segurança.

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO - SEG

Ainda em 1968, o **GABINETE DO GOVERNADOR** se constitui Unidade Orçamentária, integrante do Sistema Orçamentário do Estado, e o assessoramento jurídico é prestado pela Procuradoria Geral do Estado.

Em 1971, o **GABINETE DO GOVERNADOR** passa por uma reorganização, que modifica a estrutura da **Casa Civil** e cria a Assessoria de Comunicações Sociais, passando a ser dirigido pelo Chefe da Casa Civil.

No ano de 1975, através de lei, são organizados os **Gabinetes Civil e Militar do Governador**, com a finalidade de assessoramento imediato ao **GABINETE DO GOVERNADOR**, juntamente com a Procuradoria Geral do Estado, Auditoria Geral do Estado e o Departamento de Administração Geral.

O **Gabinete Civil** fica constituído da Assessoria Especial do Governador, a qual conta com um Setor de Documentação e Informação - SDI, Assessoria de Imprensa e Relações Públicas, Serviço de Expediente, Serviço de Administração, Cerimonial, Mordomia, Setorial de Contabilidade e Escritórios de Representações.

O **Gabinete Militar** fica composto pelo Serviço de Segurança, Ajudância de Ordens e Seção de Administração e Expediente. São criadas as Unidades Orçamentárias dos Gabinetes Civil e Militar e é extinta a do Gabinete do Governador.

Em 1979, com a Reorganização Administrativa Estadual, passam a fazer parte da **Governadoria os Gabinetes Civil e Militar do Governador**.

Em 1979, os **Gabinetes Civil e Militar** são reorganizados. O **Civil** fica composto pelos níveis de Administração Superior, de Assessoria e de Atuação Instrumental e o **Militar**, pelos níveis de Administração Superior, de Atuação Instrumental e de Atuação Programática. É criada a **Unidade Técnica de Aeronaves**, como órgão diretamente subordinado ao Subchefe do Gabinete Militar.

Em 1984, o Poder Executivo Estadual é estruturado, fazendo parte da Governadoria os **Gabinetes Civil e Militar**. O **Militar** é reorganizado criando no seu nível de Atuação Programática a **Coordenadoria de Segurança e Informações** e no de Atuação Instrumental a **Unidade Setorial de Atuação Instrumental** e a **Unidade de Transportes**.

Em 1991, com a reestruturação do Poder Executivo, os **Gabinetes Civil e Militar** passam a denominar-se, respectivamente, **Casa Civil** e **Casa Militar**, fazendo parte do grupo da **Governadoria**, cabendo à **Casa Civil** dar suporte administrativo às Secretarias Extraordinárias.

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO - SEG

No ano de 1992, a **Casa Militar** é reorganizada, criando seções em sua estrutura. A **Casa Civil** é organizada e reorganizada no mesmo ano, criando na sua estrutura a **Curadoria** e a **Coordenadoria de Residências Oficiais** e extinguindo Escritórios de Representações.

Em 1993, as **Casas Civil** e **Militar** passam por uma nova reorganização, sendo criada na **Casa Civil** a **Curadoria de Bens Culturais**. O **Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado - SIOGE** passa a ser vinculado à **Casa Civil**.

Em 1995, com a Reorganização Administrativa do Estado, ficam extintas as Secretarias de Estado da **Casa Civil**, da **Casa Militar** e a Secretaria Extraordinária de Coordenação Política e é criada a **SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO - SEG** como parte integrante do grupo da **GOVERNADORIA**.

A **SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO** é organizada, absorvendo as funções e servidores da **Casa Civil**, **Casa Militar** e da Secretaria Extraordinária de Coordenação Política.

COMPETÊNCIAS

Compete à **SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO - SEG**:

- 1) a coordenação geral das ações do governo, podendo agir de forma corretiva em articulação com a Auditoria Geral do Estado em todos os setores da Administração Pública Direta e Indireta;
- 2) o assessoramento direto ao Chefe do Poder Executivo, notadamente quanto: ao trato de questões, providências e iniciativas atinentes ao desempenho de suas atribuições e prerrogativas; ao preparo, instrução, tramitação e disposição de processos, papéis e documentos sujeitos à sua decisão e que, sendo pertinentes aos assuntos afetos às Secretarias de Estado e aos demais órgãos e entidades da Administração Estadual, não lhe sejam, pelos respectivos titulares, levados diretamente a despacho; à recepção, estudo, triagem e encaminhamento do expediente enviado ao Governador do Estado e à tramitação e controle da execução das ordens e determinações dele emanadas; à redação especializada, traduções e secretariado para o Governador;
- 3) o assessoramento especial de relações públicas, cerimonial público, agenda de audiências e quaisquer outras missões ou atividades determinadas pelo Chefe do Poder Executivo;
- 4) a coordenação e o processamento de audiências do Governador;
- 5) a segurança pessoal do Governador; e
- 6) a segurança e a administração do Palácio do Governo.

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO - SEG**LEGISLAÇÃO****1912****DECRETO Nº 153, DE 1º DE JULHO DE 1912.**

Reorganiza a Secretaria do Governo e expede novo regulamento para a mesma repartição.
Maranhão IMP. OFFICIAL - 1.912

1926**LEI Nº 1.247, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1926.**

Dá nova organização às Repartições Públicas do Estado.
DOE nº 46, de 02/03/1926, página 03

DECRETO Nº 1.023, DE 03 DE MARÇO DE 1926.

Baixa regulamento para a Secretaria Geral do Estado.
DOE nº 49, de 05/03/1926, página 01

1930**LEI Nº 1.369, DE 25 DE MARÇO DE 1930.**

Autoriza o Poder Executivo a fazer alterações em todos os serviços de ordem administrativa e judiciária do Estado.
DOE nº 69, de 28/03/1930, página 01

1930**DECRETO Nº 1.311, DE 08 DE MAIO DE 1930.**

Aprova novo regulamento para a Secretaria Geral do Estado.
DOE nº 103, de 14/05/1930, página 04

DECRETO Nº 1.435, DE 09 DE OUTUBRO DE 1930.

Extingue a Secretaria Geral do Estado do Maranhão e cria, em substituição, a Secretaria Geral do Governo Provisório do mesmo Estado.
DOE nº 227, de 23/10/1930, página 04

1932**DECRETO Nº 243, DE 09 DE JANEIRO DE 1932.**

Regulamenta a Secretaria de Estado do Governo do Maranhão e determina as autoridades a quem competem a nomeação e demissão de quaisquer empregados estaduais, a concessão de licenças ou férias aos mesmos, a prorrogação de prazo para assumirem o exercício dos seus cargos, a sua justificação de faltas, a compromissá-los e dar-lhes posse e outras providências.

DOE nº 07, de 11/01/1932, página 01

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO - SEG
--

1934

DECRETO Nº 556, DE 05 DE JANEIRO DE 1934.

Adapta as disposições do Decreto Orçamentário vigente à organização da Secretaria Geral do Estado.

DOE nº 06, de 08/01/1934, página 015

DECRETO Nº 661, DE 14 DE JULHO DE 1934.

Aprova novo Regulamento para a Secretaria Geral do Estado.

DOE nº 160, de 16/07/1934, página 01

1946

DECRETO-LEI Nº 1.435, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1946.

Reestrutura o Aparelho Administrativo do Estado.

DOE nº 293, de 30/12/1946, página 03

1964

LEI Nº 2.392, DE 13 DE JULHO DE 1964.

Cria a Secretaria de Governo e dá outras providências.

DOE nº 236, de 26/10/1964, página 01

1968

LEI Nº 2.839, DE 10 DE MAIO DE 1968.

Dispõe sobre as Diretrizes Básicas do Processo de Reorganização da Administração do Poder Executivo e dá outras providências.

DOE nº 99, de 29/05/1968, página 01

1968

LEI DELEGADA Nº 03, DE 30 DE SETEMBRO DE 1968.

Extingue a Secretaria do Governo, cria o Gabinete do Governador e dá outras providências.

DOE nº 232, de 05/11/1968, página 01

DECRETO Nº 3.826, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1968.

Aprova o Regimento do Gabinete do Governador.

DOE nº 261, de 17/12/1968, página 01

1971

LEI Nº 3.151, DE 28 DE JUNHO DE 1971.

Reorganiza o Gabinete do Governador e dá outras providências.

DOE nº 121, de 29/06/1971, página 01

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO - SEG**1975****LEI Nº 3.613, DE 04 DE JUNHO DE 1975.**

Organiza os Gabinetes Civil e Militar do Governador do Estado e dá outras providências.
DOE nº 108, de 11/06/1975, página 01

DECRETO Nº 5.687, DE 12 DE SETEMBRO DE 1975.

Aprova o Regimento do Gabinete Civil do Governador.
DOE nº 187, de 03/10/1975, página 01

1979**LEI Nº 4.011, DE 26 DE ABRIL DE 1979.**

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa Estadual e dá outras providências.
DOE nº 81, de 27/04/1979, página 01

LEI Nº 4.022, DE 26 DE ABRIL DE 1979.

Dispõe sobre a Reorganização do Gabinete Civil do Governador do Estado e dá outras providências.
DOE nº 91, de 14/05/1979, página 01

LEI Nº 4.027, DE 26 DE ABRIL DE 1979.

Dispõe sobre a reorganização do Gabinete Militar do Governador do Estado e dá outras providências.
DOE nº 91, de 14/05/1979, página 07

LEI Nº 4.080, DE 20 DE SETEMBRO DE 1979.

Altera e Revoga dispositivos da LEI Nº 4.027/79, que dispõe sobre a reorganização do Gabinete Militar do Governador do Estado.
DOE nº 185, de 26/09/1979, página 01

LEI Nº 4.118, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1979.

Cria, na estrutura do Gabinete Militar do Governador, a Unidade Técnica de Aeronaves e dá outras providências.
DOE nº 242, de 18/12/1979, página 01

1980**DECRETO Nº 7.571, DE 1º DE ABRIL DE 1980.**

Aprova o Regimento da Assessoria Especial do Governador.
DOE nº 92, de 16/05/1980, página 02

DECRETO Nº 7.637, DE 27 DE MAIO DE 1980.

Aprova o Regimento do Gabinete Civil do Governador.
DOE nº 103, de 02/06/1980, página 09

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO - SEG**DECRETO Nº 7.817, DE 10 DE SETEMBRO DE 1980.**

Aprova o Regimento do Gabinete Militar do Governador.

DOE nº 179, de 18/09/1980, página 01

1981**LEI Nº 4.352, DE 31 DE OUTUBRO DE 1981.**

Altera a Lei nº 4.011, de 26 de abril de 1979, e dá outras providências.

DOE nº 214, de 16/11/1981, página 05

LEI Nº 4.520, DE 25 DE OUTUBRO DE 1983.

Autoriza o Poder Executivo a extinguir, criar, reformular, reestruturar, reorganizar, incorporar, fundir e desmembrar órgãos e empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações instituídas pelo Poder Público Estadual.

DOE nº 205, de 31/10/1983, página 46

LEI Nº 4.524, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1983.

Dá nova redação e acrescenta parágrafos ao artigo 1º da LEI Nº 4.520, de 25 de outubro de 1983.

DOE nº 214, de 14/11/1983, página 03

1984**LEI DELEGADA Nº 161, DE 04 DE JULHO DE 1984.**

Dispõe sobre a estrutura, composição e competência do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

DOE nº 126, de 04/07/1984, página 15

LEI DELEGADA Nº 173, DE 16 DE JULHO DE 1984.

Dispõe sobre a reorganização do Gabinete Militar do Governador e dá outras providências.

DOE nº 134, de 16/07/1984, página 14

1985**LEI Nº 4.685, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1985.**

Introduz alterações nas Leis Delegadas nº 151, de 20/06/84; nº 166, de 05/07/84 e nº 173, de 16/07/84.

DOE nº 221, de 19/11/1985, página 05

1987**DECRETO Nº 10.377, DE 15 DE MARÇO DE 1987.**

Extingue as Secretarias Extraordinárias para Assuntos de Desenvolvimento Regional e para Assuntos de Governo e os respectivos cargos de Secretários.

DOE nº 50, de 16/03/1987, página 22

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO - SEG**DECRETO Nº 10.379, DE 15 DE MARÇO DE 1987.**

Cria a Secretaria Extraordinária de Governo para Assuntos Políticos e respectivo cargo de Secretário.

DOE nº 50, de 16/03/1987, página 22

LEI Nº 4.766, DE 06 DE ABRIL DE 1987.

Dispõe sobre a criação e organização do Sistema Estadual para Assuntos Políticos.

DOE nº 67, de 08/04/1987, página 34

1988**LEI Nº 4.892, DE 26 DE SETEMBRO DE 1988.**

Altera dispositivos da LEI Nº 4.022, de 26 de abril de 1979, que dispõe sobre a reorganização do Gabinete Civil do Governador e dá outras providências.

DOE nº 183, de 28/09/1988, página 24

1991**LEI Nº 5.090, DE 14 DE MARÇO DE 1991.**

Dispõe sobre a Reestruturação do Poder Executivo do Estado e dá outras providências.

DOE nº 49, de 14/03/1991, página 02

DECRETO Nº 12.056, DE 10 DE SETEMBRO DE 1991.

Dispõe sobre a Reforma Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 180, de 18/09/1991, página 02

1992**DECRETO Nº 12.305, DE 14 DE JANEIRO DE 1992.**

Dispõe sobre a organização da Casa Militar, e dá outras providências.

DOE nº 17, de 24/01/1992, página 07

DECRETO Nº 12.343, DE 09 DE MARÇO DE 1992.

Dispõe sobre a organização da Casa Civil e dá outras providências.

DOE nº 55, de 19/03/1992, página 15

DECRETO Nº 12.806, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1992.

Dispõe sobre a organização da Casa Civil e dá outras providências.

DOE nº 250, de 31/12/1992, página 01

1993**LEI Nº 5.643, DE 08 DE FEVEREIRO DE 1993.**

Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Administração Estadual e dá outras providências.

DOE nº 38, de 25/02/1993, página 03

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO - SEG
--

DECRETO Nº 13.235, DE 18 DE AGOSTO DE 1993.

Aprova o Regimento da Casa Militar e dá outras providências.

DOE nº 186, de 28/09/93, página 01

DECRETO Nº 13.301, DE 17 DE SETEMBRO DE 1993.

Dispõe sobre a reorganização da Casa Civil e dá outras providências.

DOE nº 186, de 28/09/1993, página 08

1993**DECRETO Nº 13.302, DE 17 DE SETEMBRO DE 1993.**

Aprova o Regimento da Casa Civil e dá outras providências.

DOE nº 186, de 28/09/1993, página 09

1995**LEI Nº 6.272, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1995.**

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 27, de 07/02/1995, página 09

DECRETO Nº 14.419, DE 07 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Governo e dá outras providências.

DOE nº 28, de 08/02/1995, página 01

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE		
NATUREZA	BASE LEGAL DE CRIAÇÃO	FUNÇÃO
Administração Direta	Lei Delegada nº 39, de 28 de novembro de 1969.	Órgão Auxiliar do Governador

A **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE** é criada em 1969, por meio de Lei Delegada, subordinada diretamente ao Chefe do Poder Executivo, com a função básica de assistência jurídica, compreendendo a defesa e representação judicial do Estado, assessoramento e consultoria dos órgãos da administração do Poder Executivo e assistência judiciária aos necessitados. Todo o serviço jurídico da Administração Centralizada do Estado é concentrado na **PGE**. Sua estrutura é composta de Gabinete e Procuradoria.

ELEMENTOS HISTÓRICOS

Em 1974, a **PGE** é reorganizada somando ao âmbito de suas competências a de promover a pesquisa e a reorganização dos títulos de propriedade do Estado e oficiar em todos os processos de concessão de títulos de aquisição ou de legitimação de posse de terras devolutas e são criadas as **Seções de Assistência Jurídica e do Contencioso**.

Em 1980, com a reestruturação e organização da **PGE**, o nível de Administração Superior fica representado pelo Procurador Geral do Estado e pelo **Conselho da Procuradoria Geral do Estado** sendo determinado que somente o Governador e os Secretários de Estado poderão encaminhar consulta à **PGE**.

No ano de 1984, a **PGE**, órgão integrante da Governadoria, é reorganizada e passa a ter a finalidade de promover privativamente a cobrança da dívida ativa em todo o Estado e é criada na sua estrutura a **Unidade Setorial de Finanças e Apoio ao Planejamento**, com atribuições e competências correspondentes às unidades iguais das Secretarias de Estado.

A **Biblioteca**, ora existente na **PGE**, passa a integrar o acervo do Centro de Estudos, no nível de Administração Superior.

Em 1985, são criadas na **PGE** 15 (quinze) Subprocuradorias Regionais.

Em 1991, com a reestruturação do Poder Executivo do Estado, a **PGE**, integrante da Governadoria, fica com a competência de representar o Estado judicial e extrajudicialmente e exercer as funções de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Público.

A Procuradoria Administrativa e Trabalhista e a Procuradoria Fiscal e do Patrimônio Imobiliário da **PGE** passam a denominar-se, respectivamente, **Procuradoria Administrativa e Procuradoria Fiscal** e são criadas as **Procuradorias Trabalhista, do Patrimônio Imobiliário e a Comunitária de Assistência Judiciária**.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE

Em 1993, é criada na **PGE** a **Procuradoria da Criança e do Adolescente**, a qual fica mantida na **PGE** até a organização da Defensoria Pública.

No ano de 1994, por intermédio de Lei Complementar, a **PGE** é reorganizada. É criada a **Procuradoria de Estudos, Documentação e Divulgação Jurídica** e na sua estrutura, integram como órgãos da Administração Superior, a **Procuradoria Geral do Estado**, o **Conselho Superior da PGE** e a **Corregedoria Geral da Procuradoria**.

A **Procuradoria de Assistência Judiciária**, órgão de Execução, é mantida na estrutura da **PGE** até a organização da Defensoria Pública.

Em 1995, com a Reorganização Administrativa do Estado, a **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE** continua a fazer parte da **GOVERNADORIA**, como órgão auxiliar do Governador.

COMPETÊNCIAS

Compete à **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO** a defesa do Patrimônio do Estado e da Fazenda Pública, inclusive quanto:

- 1) à dívida ativa;
- 2) à representação de seus interesses junto aos contenciosos administrativos;
- 3) ao exercício das funções de consultoria jurídica do Poder Executivo;
- 4) ao patrocínio de medidas judiciais ou administrativas no interesse do regular funcionamento dos Poderes e da preservação da ordem jurídica;
- 5) além de outros encargos que lhe forem atribuídos em lei.

LEGISLAÇÃO

1969

LEI DELEGADA Nº 39, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1969.

Cria a Procuradoria Geral do Estado e dá outras providências.

DOE nº 236, de 15/12/1969, página 01

1970

DECRETO Nº 4.134-A, DE 30 DE ABRIL DE 1970.

Aprova o Regimento da Procuradoria Geral do Estado.

DOE nº 84, de 07/05/1970, página 02

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE

1974

LEI Nº 3.543, DE 22 DE AGOSTO DE 1974.

Reorganiza a Procuradoria Geral do Estado e dá outras providências.

DOE nº 178, de 16/09/1974, página 01

1980

LEI Nº 4.205, DE 12 DE SETEMBRO DE 1980.

Dispõe sobre a reestruturação e organização da Procuradoria Geral do Estado.

DOE nº 179, de 18/09/1980, página 011

1984

LEI DELEGADA Nº 161, DE 04 DE JULHO DE 1984.

Dispõe sobre a estrutura, composição e competências do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

DOE nº 126, de 04/07/1984, página 15

LEI DELEGADA Nº 171, DE 16 DE JULHO DE 1984.

Dispõe sobre a reorganização da Procuradoria Geral do Estado e dá outras providências.

DOE nº 134, de 16/07/1984, página 08

1987

DECRETO Nº 10.484, DE 10 DE AGOSTO DE 1987.

Dispõe sobre a reorganização da Procuradoria Geral do Estado e dá outras providências. Aprova Regimento Interno do Conselho da Procuradoria Geral do Estado e dá outras providências.

DOE nº 153, de 17/08/1987, página 11

1991

LEI Nº 5.090, DE 14 DE MARÇO DE 1991.

Dispõe sobre a Reestruturação do Poder Executivo do Estado e dá outras providências.

DOE nº 49, de 14/03/1991, página 02

DECRETO Nº 12.056, DE 10 DE SETEMBRO DE 1991.

Dispõe sobre a Reforma Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 180, de 18/09/1991, página 02

1993

LEI Nº 5.638, DE 26 DE JANEIRO DE 1993.

Dispõe sobre nova denominação, a criação dos órgãos, a criação de cargos e funções da Procuradoria Geral do Estado e dá outras providências.

DOE nº 122, de 02/02/1993, página 07

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE

1993

LEI Nº 5.643, DE 08 DE FEVEREIRO DE 1993.

Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Administração Estadual e dá outras providências.

DOE nº 38, de 25/02/1993, página 03

LEI Nº 5.876, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1993.

Dispõe sobre a criação de órgãos na Procuradoria Geral do Estado e dá outras providências.

DOE nº 250, de 31/12/1993, página 39

1994

LEI COMPLEMENTAR Nº 20, DE 30 DE JUNHO DE 1994.

Dispõe sobre a Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado, define suas atribuições e reorganiza a carreira de Procurador do Estado.

DOE nº 124, de 30/06/1994, página 43

1995

LEI COMPLEMENTAR Nº 25, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1995.

Altera dispositivos da Lei Complementar Nº 20, de 30 de junho de 1994, e dá outras providências.

DOE nº 27, de 07/02/1995, página 08

LEI Nº 6.272, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 27, de 07/02/1995, página 09

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - DPE

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - DPE

NATUREZA	BASE LEGAL DE CRIAÇÃO	FUNÇÃO
Administração Direta	Lei Complementar nº 19, de 11 de janeiro de 1994.	Órgão Auxiliar do Governador

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - DPE** é organizada em 1994, através de Lei Complementar, sendo uma instituição essencial à função jurisdicional do Estado, cabendo-lhe a orientação jurídica e gratuita e a postulação e defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos daqueles que, na forma desta lei, são considerados necessitados.

ELEMENTOS HISTÓRICOS

A **DPE** fica com as funções de patrocinar ação penal privada e a subsidiária da ação penal pública, ação civil, os direitos e interesses do consumidor lesado e a defesa dos interesses do menor.

São órgãos da **DPE**, no nível da Administração Superior, a Procuradoria Geral, o Conselho Superior da Defensoria Pública e Corregedoria - Geral da Defensoria Pública; no nível de Execução, o Procurador Geral e os Defensores de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª classes e no nível de Apoio Administrativo, a Secretaria-Geral e os Serviços Auxiliares.

A **DPE** terá por chefe o **Procurador-Geral** e na sua ausência caberá substituí-lo o **Subprocurador-Geral**, ambos nomeados pelo Governador do Estado.

Em 1995, com a Reorganização Administrativa do Estado, fica incluída no grupo da **GOVERNADORIA**, a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - DPE**, como órgão auxiliar do Governador, a ele diretamente subordinada, com sua estrutura orgânica e funcional definida em regimento próprio.

LEGISLAÇÃO

1993

LEI Nº 5.643, DE 08 DE FEVEREIRO DE 1993.

Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Administração Estadual e dá outras providências.
DOE nº 38, de 25/02/1993, página 03

1994

LEI COMPLEMENTAR Nº 19, DE 11 DE JANEIRO DE 1994.

Dispõe sobre a organização e funcionamento da Defensoria Pública do Estado e dá outras providências.

DOE nº 53, de 17/03/1994, página 05

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - DPE

1995

LEI Nº 6.272, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 27, de 07/02/1995, página 09

AUDITORIA GERAL DO ESTADO - AGE

AUDITORIA GERAL DO ESTADO - AGE		
NATUREZA	BASE LEGAL DE CRIAÇÃO	FUNÇÃO
Administração Direta	Lei Complementar nº 4, de 30 de setembro de 1968.	Órgão Auxiliar do Governador

A **AUDITORIA GERAL DO ESTADO - AGE** é criada em 1968, através de Lei Delegada, como órgão diretamente subordinado ao Governador, com a finalidade de participar do controle interno em todos os níveis da administração do Poder Executivo, em colaboração com a Secretaria de Finanças e com os órgãos dos Sistemas de Assistência Jurídica, Programação, Orçamento e Administração Geral.

ELEMENTOS HISTÓRICOS

Em 1969, conforme Regimento aprovado, a **AGE** fica sem subdivisão estrutural, podendo constituir grupos de trabalho de caráter temporário.

No ano de 1979, com a Reorganização Administrativa do Estado, a **AGE** passa a fazer parte do grupo da Governadoria do Estado.

Em 1979, a **AGE** é organizada em sua estrutura, passando a possuir Unidade Administrativa e Financeira, vinculada tecnicamente à Secretaria de Administração e à Secretaria de Fazenda. As Coordenações de Auditoria Interna e de Auditoria Especial ficam diretamente subordinadas ao Auditor Geral do Estado.

Em 1981, é realizada alteração na estrutura da **AGE**, transformando as Coordenações, criadas em 1979, em Coordenações de Auditoria I e de Auditoria II e é criado o Grupo - Auditoria, composto pelo Auditor e Assistente de Auditor, com a finalidade de executar serviços de auditoria quanto ao cumprimento das normas administrativas e financeiras estabelecidas pelo Estado.

Fica criada na **AGE**, para fins de execução do orçamento, a Unidade Orçamentária correspondente à Unidade Administrativa e Financeira.

No ano de 1984, ocorre nova reorganização na estrutura da **AGE**: as Coordenações transformam-se em Coordenadorias e as Unidades Orçamentária e a Administrativa e Financeira, em Unidade Setorial de Atuação Instrumental. É criada a Divisão de Segurança e Informações na estrutura da **AGE**.

No mesmo ano, de acordo com as modificações na estrutura do Poder Executivo, a **AGE**, órgão integrante da **Governadoria**, fica com a competência de efetuar o controle interno, em todos os níveis, dos Órgãos e Entidades da Administração Estadual.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO - AGE

No ano de 1991, a **AGE**, órgão central do **Sistema Estadual da Auditoria**, é organizada e o nível de Atuação Instrumental fica composto pelas **Unidades Setoriais de Administração, de Economia** e de **Assistência Jurídica**, e o nível de Atuação Programática fica composto pela **Coordenadoria de Auditoria I** e **Coordenadoria de Auditoria II**.

Em 1995, com a reorganização estrutural, no âmbito da Administração Pública Estadual, a **AUDITORIA GERAL DO ESTADO - AGE**, mantêm-se no grupo da **GOVERNADORIA**.

No mesmo ano, através de decreto, a **AGE** é reorganizada, incluindo a **Unidade de Informática** no nível de Execução Instrumental, transformando a de Economia em **Unidade Setorial de Finanças**. No nível de Assessoramento é criada a **Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas**.

COMPETÊNCIAS

Compete à **AUDITORIA GERAL DO ESTADO**, como órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo, a verificação da legalidade, da eficiência e da eficácia dos atos da gestão contábil, orçamentária, patrimonial, administrativa e financeira, avaliando controles, registros, demonstrações, apurações e relatórios, além de outras atividades de controle interno, em todos os níveis dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo.

LEGISLAÇÃO**1968****LEI Nº 2.839, DE 10 DE MAIO DE 1968.**

Dispõe sobre as Diretrizes Básicas do Processo de Reorganização da Administração do Poder Executivo e dá outras providências.

DOE nº 99, de 29/05/1968, página 01

LEI DELEGADA Nº 04, DE 30 DE SETEMBRO DE 1968.

Cria a Auditoria Geral do Estado e dá outras providências.

DOE nº 232, de 05/11/1968, página 02

1969**DECRETO Nº 3.995, DE 24 DE OUTUBRO DE 1969.**

Aprova o Regimento da Auditoria Geral do Estado.

DOE nº 205, de 30/10/1969, página 01

AUDITORIA GERAL DO ESTADO - AGE**1979****LEI Nº 4.011, DE 26 DE ABRIL DE 1979.**

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa Estadual e dá outras providências.

DOE nº 81, de 27/04/1979, página 01

LEI Nº 4.058, DE 05 DE JULHO DE 1979.

Dispõe sobre a criação e organização da Auditoria Geral do Estado e dá outras providências.

DOE nº 132, de 12/07/1979, página 01

1980**DECRETO Nº 7.614, DE 30 DE ABRIL DE 1980.**

Aprova o Regimento da Auditoria Geral do Estado.

DOE nº 88, de 12/05/1980, página 01

1981**LEI Nº 4.379, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1981.**

Dispõe sobre a reorganização e estrutura da Auditoria Geral do Estado e dá outras providências.

DOE nº 237, de 18/12/1981, página 018

LEI Nº 4.380, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1981.

Cria o Grupo - Auditoria, dispõe sobre o sistema de carreira e dá outras providências.

DOE nº 237, de 18/12/1981, página 19

1982**DECRETO Nº 8.650, DE 1º DE JULHO DE 1982.**

Aprova o Regimento da Auditoria Geral do Estado.

DOE nº 135, de 20/07/1982, página 22

1984**LEI DELEGADA Nº 161, DE 04 DE JULHO DE 1984.**

Dispõe sobre a estrutura, composição e competências do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

DOE nº 126, de 04/07/1984, página 15

LEI DELEGADA Nº 174, DE 16 DE JULHO DE 1984.

Dispõe sobre a reorganização da Auditoria Geral do Estado e dá outras providências.

DOE nº 134, de 16/07/1984, página 15

AUDITORIA GERAL DO ESTADO - AGE**1985****DECRETO Nº 9.866, DE 07 DE JUNHO DE 1985.**

Aprova o Regimento da Auditoria Geral do Estado.

DOE nº 122, de 01/07/1985, página 02

1991**LEI Nº 5.090, DE 14 DE MARÇO DE 1991.**

Dispõe sobre a Reestruturação do Poder Executivo do Estado e dá outras providências.

DOE nº 49, de 14/03/1991, página 02

DECRETO Nº 11.895, DE 03 DE JUNHO DE 1991.

Dispõe sobre a organização básica da Auditoria Geral do Estado e dá outras providências.

DOE nº 104, de 04/06/1991, página 12

DECRETO Nº 12.056, DE 10 DE SETEMBRO DE 1991.

Dispõe sobre a Reforma Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 180, de 18/09/1991, página 02

DECRETO Nº 12.061, DE 16 DE SETEMBRO DE 1991.

Dispõe sobre a organização básica da Auditoria Geral do Estado e dá outras providências.

DOE nº 183, de 23/09/1991, página 03

DECRETO Nº 12.112, DE 04 DE OUTUBRO DE 1991.

Aprova o Regimento da Auditoria Geral do Estado e dá outras providências.

DOE nº 200, de 10/10/1991, página 02

1993**LEI Nº 5.643, DE 08 DE FEVEREIRO DE 1993.**

Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Administração Estadual e dá outras providências.

DOE nº 38, de 25/02/1993, página 03

1995**LEI Nº 6.272, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1995.**

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 27, de 07/02/1995, página 09

DECRETO Nº 14.425, DE 07 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre a reorganização da Auditoria Geral do Estado e dá outras providências.

DOE nº 28, de 08/02/1995, página 09

**SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL -
SECOM**

SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM
--

NATUREZA	BASE LEGAL DE CRIAÇÃO	FUNÇÃO
Administração Direta	Decreto nº 7.300, de 13 de setembro de 1979.	Órgão Auxiliar do Governador

A **SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM** é criada em 1979, sendo órgão integrante da GOVERNADORIA, conforme a Reorganização Administrativa do Poder Executivo.

A **SECOM** é organizada tendo no seu nível de Assessoramento as Assessorias de Imprensa, de Relações Públicas e o Gabinete. A Unidade Administrativa e Financeira fica vinculada tecnicamente à Secretaria de Administração.

ELEMENTOS HISTÓRICOS

Em 1980, é criada a Coordenadoria Geral no nível de Gerência da **SECOM**.

Em 1981, com as modificações ocorridas na estrutura do Poder Executivo, é criado o **Sistema Estadual De Comunicação Social**.

Em 1984, é reorganizado o **Sistema Estadual De Comunicação Social**, sendo a **SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL** seu órgão central, integrante da Governadoria, a qual passará a ter na sua estrutura um Grupo Técnico e um Grupo Especial de Imprensa e Relações Públicas, subordinados à Assessoria.

Em 1991, é criada pelo Poder Executivo a **SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**, conforme legislação.

Em 1995, o Poder Executivo é novamente organizado administrativamente e a **GOVERNADORIA** fica composta pelo conjunto de órgãos auxiliares do Governador, dentre eles as **SECRETARIAS EXTRAORDINÁRIAS** passando a fazer parte desse grupo a **SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM**.

LEGISLAÇÃO

1979

LEI Nº 4.011, DE 26 DE ABRIL DE 1979.

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa Estadual e dá outras providências.

DOE nº 81, de 27/04/1979, página 01

SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM
--

1979**LEI Nº 4.052, DE 22 DE JUNHO DE 1979.**

Dispõe sobre a criação e organização da Secretaria de Comunicação Social e dá outras providências.

DOE nº 129, de 09/07/1979, página 01

DECRETO Nº 7.300, DE 13 DE SETEMBRO DE 1979.

A Secretaria de Comunicação Social, órgão de controle da comunicação do Poder Executivo, apresenta ao público os assuntos setoriais e intersetoriais da área governamental.

DOE nº 179, de 18/09/1979, página 01

LEI Nº 4.111, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1979.

Altera os dispositivos da Lei nº 4.052, de 22 de junho de 1979, e dá outras providências.

DOE nº 240, de 14/ 12/1979, página 01

LEI Nº 4.145, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1979.

Altera os dispositivos da Lei nº 4.011, de 26 de abril de 1979, e dá outras providências.

DOE nº 249, de 28/12/1979, página 19

1980**DECRETO Nº 7.566, DE 27 DE MARÇO DE 1980.**

Aprova o Regimento da Secretaria de Comunicação Social.

DOE nº 71, de 15/04/1980, página 01

LEI Nº 4.259, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1980.

Cria a Coordenação Geral da Secretaria de Comunicação Social e o respectivo cargo, em comissão de Coordenador Geral e dá outras providências.

DOE nº 238, de 12/12/1980, página 01

1981**LEI Nº 4.352, DE 31 DE OUTUBRO DE 1981.**

Altera a Lei nº 4.011, de 26 de abril de 1979, e dá outras providências.

DOE nº 214, de 16/11/1981, página 05

1983**LEI Nº 4.520, DE 25 DE OUTUBRO DE 1983.**

Autoriza o Poder Executivo a extinguir, criar, reformular, reestruturar, reorganizar, incorporar, fundir e desmembrar órgãos e empresas públicas, sociedades de economia mista estaduais e fundações instituídas pelo Poder Público Estadual.

DOE nº 205, de 31/10/1983, página 46

SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM
--

1983

LEI Nº 4.524, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1983.

Dá nova redação e acrescenta parágrafos ao artigo 1º da Lei nº 4.520, de 25 de outubro de 1983.

DOE nº 214, de 14/11/1983, página 03

1984

LEI DELEGADA Nº 152, DE 28 DE JUNHO DE 1984.

Dispõe sobre a composição da Assessoria da Secretaria de Comunicação Social – SECOM e dá outras providências.

DOE nº 123, de 28/07/1984, página 17

LEI DELEGADA Nº 161, DE 04 DE JULHO DE 1984.

Dispõe sobre a estrutura, composição e competências do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

DOE nº 126, de 04/07/1984, página 15

LEI DELEGADA Nº 172, DE 16 DE JULHO DE 1984.

Dispõe sobre a reorganização do Sistema Estadual de Comunicação Social e dá outras providências.

DOE nº 134, de 16/07/1984, página 12

1985

DECRETO Nº 9.866, DE 07 DE JUNHO DE 1985.

Aprova o Regimento da Secretaria de Comunicação Social.

DOE nº 122, de 01/07/1985, página 02

1991

LEI Nº 5.090, DE 14 DE MARÇO DE 1991.

Dispõe sobre a Reestruturação do Poder Executivo do Estado e dá outras providências.

DOE nº 49, de 14/03/1991, página 02

DECRETO Nº 11.792, DE 15 DE MARÇO DE 1991.

Cria a Secretaria-Extraordinária de Comunicação Social e o respectivo cargo de Secretário.

DOE nº 50, de 15/03/1991, página 02

DECRETO Nº 12.056, DE 10 DE SETEMBRO DE 1991.

Dispõe sobre a Reforma Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 180, de 18/09/1991, página 02

SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM
--

1993

LEI Nº 5.643, DE 08 DE FEVEREIRO DE 1993.

Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Administração Estadual e dá outras providências.

DOE nº 38, de 25/02/1993, página 03

1995

LEI Nº 6.272, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 27, de 07/02/1995, página 09

DECRETO Nº 14.433, DE 07 DE FEVEREIRO DE 1995.

Altera o quadro de cargos da Secretaria de Estado Extraordinária de Comunicação Social e dá outras providências.

DOE nº 28, de 08/02/95, página 16

**SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DE SOLIDARIEDADE E
CIDADANIA - SECID**

SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DE SOLIDARIEDADE E CIDADANIA - SECID

NATUREZA	BASE LEGAL DE CRIAÇÃO	FUNÇÃO
Administração Direta	Decreto nº 14.417, de 30 de janeiro de 1995.	Órgão Auxiliar do Governador

A **SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DE SOLIDARIEDADE E CIDADANIA** é criada em 1995, com a finalidade de implantar, acompanhar e deliberar sobre os Programas Especiais do Governo entre eles o **Programa de Cidadania**, o **Programa de Combate à Fome e à Pobreza**, o **Programa do Primeiro Emprego**, o **Programa de Habitação Popular e Unidade Sanitária**, o **Programa Hídrico Comunitário** e o **Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PAPP**.

ELEMENTOS HISTÓRICOS

Em 1995, com a Reorganização na estrutura do Poder Executivo Estadual, passa a fazer parte do grupo da **GOVERNADORIA** a **SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA SOLIDARIEDADE E CIDADANIA - SECID**, como uma das **SECRETARIAS DE ESTADO EXTRAORDINÁRIAS**.

Ainda em 1995, é instituído o Programa Primeiro Emprego, através da concessão de bolsa de estágio remunerado, a nível profissionalizante, a adolescentes na faixa etária de 14 a 18 anos incompletos e pessoas de 18 a 30 anos, visando a aprendizagem e o aperfeiçoamento da mão-de-obra.

Nesse mesmo ano, é autorizada a criação do **Programa de Habitação e Saneamento do Estado do Maranhão e Conselho Deliberativo**.

LEGISLAÇÃO

1995

DECRETO Nº 14.417, DE 30 DE JANEIRO DE 1995.

Cria e extingue Secretarias de Estado Extraordinárias e dá outras providências.

DOE nº 22, de 31/01/1995, página 13

LEI Nº 6.272, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 27, de 07/02/1995, página 09

DECRETO Nº 14.471, DE 06 DE MARÇO DE 1995.

Institui regime especial de quitação para os consumidores de energia elétrica definidos como de baixa renda.

DOE nº 48, de 09/03/1995, página 01

SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DE SOLIDARIEDADE E CIDADANIA - SECID

1995

DECRETO Nº 14.471, DE 06 DE MARÇO DE 1995.

Institui regime especial de quitação para os consumidores de energia elétrica definidos como de baixa renda.

DOE nº 48, de 09/03/1995, página 01

LEI Nº 6.345, DE 03 DE JULHO DE 1995.

Institui o Programa Primeiro Emprego, dispõe sobre a concessão de bolsa de estágio remunerado e dá outras providências.

DOE nº 130, de 07/07/1995, página 11

DECRETO Nº 14.631, DE 03 DE JULHO DE 1995.

Autoriza a criação do Programa de Habitação e Saneamento do Estado do Maranhão e Conselho Deliberativo.

DOE nº 130, de 07/07/1995, página 05

**SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE GOVERNO DO ESTADO DO
MARANHÃO - SEGOV/DF**

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO - SEGOV/DF
--

NATUREZA	BASE LEGAL DE CRIAÇÃO	FUNÇÃO
Administração Direta	Decreto nº 7.187, de 18 de junho de 1979.	Órgão Auxiliar do Governador

A **SECRETARIA SEM PASTA PARA ASSUNTOS EXTRAORDINÁRIOS** é criada em 1979, com a finalidade de promover a reestruturação administrativa do Escritório de Representação do Estado do Maranhão, em Brasília.

ELEMENTOS HISTÓRICOS

Em 1987, o nome da **Secretaria Sem Pasta Para Assuntos Extraordinários** é alterado, passando a denominar-se **SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**.

Em 1991, é criada a **SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO** no Distrito Federal.

Em 1995, com a Reorganização Administrativa do Estado, fica o Poder Executivo constituído de **Governadoria, Secretarias Sistêmicas, Secretarias Essenciais e Secretarias Programáticas**.

Fazendo parte da **GOVERNADORIA** ficam as **SECRETARIAS EXTRAORDINÁRIAS**, instituídas para a realização de encargos temporários e de natureza relevante para o Estado. Dentre elas está a **SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DE GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO - SEGOV/DF**.

Ainda nesse ano, é alterado o quadro de cargos da **SEGOV/DF**.

LEGISLAÇÃO

1979

DECRETO Nº 7.187, DE 18 DE JUNHO DE 1979.

Cria a Secretaria Sem Pasta Para Assuntos Extraordinários e o respectivo cargo de Secretário.

DOE nº 116, de 19/06/1979, página 01

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO - SEGOV/DF
--

1987

DECRETO Nº 10.423, DE 20 DE MAIO DE 1987

Altera a denominação da Secretaria Sem Pasta Para Assuntos Extraordinários e dá outras providências.

DOE nº 95, de 22/05/1987, página 18

LEI Nº 4.778, DE 02 DE JULHO DE 1987.

Cria Quadro de Cargos em Comissão da Secretaria Extraordinária de Governo do Estado do Maranhão, no Distrito Federal e dá outras providências.

DOE nº 127, de 09/07/1987, página 18

1991

DECRETO Nº 11.793 DE 15 DE MARÇO DE 1991.

Cria a Secretaria Extraordinária de Governo do Estado do Maranhão no Distrito Federal e o respectivo cargo de Secretário.

DOE nº 50, de 15/03/1991, página 02

1993

LEI Nº 5.643, DE 08 DE FEVEREIRO DE 1993.

Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Administração Estadual e dá outras providências.

DOE nº 38, de 25/02/1993, página 03

1995

LEI Nº 6.272, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 27, de 07/02/1995, página 09

DECRETO Nº 14.432, DE 07 DE FEVEREIRO DE 1995.

Altera o Quadro de Cargos da Secretaria de Estado Extraordinária de Governo do Estado do Maranhão no Distrito Federal e dá outras providências.

DOE nº 28, de 08/02/1995, página 16

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

NATUREZA	BASE LEGAL DE CRIAÇÃO	FUNÇÃO
Administração Direta	Decreto nº 6.303, de 22 de maio de 1995.	Órgão Auxiliar do Governador

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL é criada em 1995, como órgão da GOVERNADORIA sendo soberana nas suas decisões.
--

ELEMENTOS HISTÓRICOS

Em 1995, o **Sistema Integrado de Licitação** fica instituído e regulamentado no âmbito dos órgãos da Administração Direta, Indireta e Fundacional, competindo-lhe programar e realizar os procedimentos licitatórios de interesse do Estado.

O **Sistema Integrado de Licitação** é constituído por uma **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** e pelas **COMISSÕES SETORIAIS DE LICITAÇÃO**, estas com atuação nos diversos órgãos da estrutura administrativa do Estado.

Através de decreto, o **Sistema Integrado de Licitação** é regulamentado com estrutura organizacional composta de dois níveis: nível central **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** e nível setorial - **COMISSÕES SETORIAIS DE LICITAÇÃO**.

COMPETÊNCIAS

À **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** compete disciplinar e realizar os procedimentos licitatórios, sob as modalidades de concorrência, tomada de preços, leilão e concurso, pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações, no âmbito da Administração Direta, bem como das autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundos especiais e demais entidades direta ou indiretamente controladas pelo Estado, além de:

- I- orientar, acompanhar a elaboração e aprovar os atos do processo de licitação, observando o disposto no art. 38 da Lei no 8.666/93;
- II- adotar as providências cabíveis para a publicação dos atos relativos às licitações;
- III- processar e julgar as licitações;
- IV- preparar as atas e relatórios circunstanciados de suas decisões;

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

- V- requerer, sempre que necessário, inclusive mediante a contratação de pessoas físicas e jurídicas especializadas, pareceres técnicos e quaisquer outras diligências e/ou providências destinadas a esclarecer ou complementar instrução dos procedimentos licitatórios e outros de interesse do Sistema;

- VI- manifestar-se, circunstanciada e conclusivamente;
 - a) nos recursos administrativos;

 - b) nas representações contra decisões de que não caibam recursos para instância hierárquica superior; nos pedidos de reconsideração de decisões de Secretário de Estado relativamente à celebração de contratos;

 - c) nos pedidos de reconsideração de decisões de Secretário de Estado relativamente à celebração de contratos;

- VII- emitir parecer adjudicatório decorrente de licitação e nas hipóteses de dispensabilidade e inexigibilidade, submetendo-o à homologação do titular da Secretaria de Estado ou órgão equivalente, em que se iniciar o respectivo processo;

- VIII- pronunciar-se sobre aplicação de sanções a licitantes, fornecedores, prestadores de serviços e agentes públicos que praticarem atos em desacordo com os preceitos legais e regulamentares pertinentes às licitações e contratos administrativos;

- IX- Opinar quanto à celebração do termo aditivo, subcontratação e rescisão de contrato.

- X- executar outras atividades afins e correlatas que forem determinadas pelo Governador do Estado.

Parágrafo Único- A critério da CPL, por tempo determinado, poderá ser delegado às Comissões Setoriais o exame da dispensabilidade e inexigibilidade na modalidade convite.

LEGISLAÇÃO

1995

LEI Nº 6.303, DE 22 DE MAIO DE 1995.

Institui o Sistema Integrado de Licitação, cria a Comissão Permanente de Licitação – CPL e dá outras providências.

DOE nº 100, de 25/05/1995, página 05

DECRETO Nº 14.678, DE 27 DE JULHO DE 1995.

Regulamenta o Sistema Integrado de Licitação e dá outras providências.

DOE nº 152, de 08/08/1995, página 01

SECRETARIAS SISTÊMICAS

- **SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E PREVIDÊNCIA**
- **SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO**
- **SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E
PREVIDÊNCIA - SEARHP**

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E PREVIDÊNCIA - SEARHP

NATUREZA	BASE LEGAL DE CRIAÇÃO	FUNÇÃO
Administração Direta	Decreto Lei nº 649, de 26 de setembro de 1942.	Órgão Auxiliar do Governador

O DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO - DSP fica criado em 1942, subordinado diretamente ao Chefe do Poder Executivo, constituído pelas Divisões de Organização, de Pessoal e de Material. Visa a organização dos recursos e da administração de pessoal, estudando a lotação, relotação e a vacância nos serviços públicos estaduais.

ELEMENTOS HISTÓRICOS

Em 1963, é criada a **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, por meio de lei, ficando sob sua responsabilidade os assuntos relativos à organização, pessoal, material, transportes das repartições, comunicações e documentação. Ficam vinculados à **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, o **Instituto de Previdência do Estado do Maranhão - IPEM** e o **Serviço de Imprensa Oficial - SIOGE**.

Em 1966, fica extinta a Comissão de Compras do Estado do Maranhão e passam à alçada da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO** os assuntos pertinentes a compras do Estado.

Em 1969, fica organizado o **Sistema de Administração Geral - SAG** e é criado o **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - DAG** como órgão central do Sistema. Vinculados ao **DAG** ficam o **IPEM** e o **SIOGE**.

No ano de 1972, a Seção de Arquivo Geral da Secretaria da Fazenda passa a integrar a estrutura do **DAG**, com a denominação de **Arquivo Central**.

Em 1976, o **Sistema de Administração Geral - SAG** é reorganizado, criando a **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO** com a seguinte Execução Programática: Coordenação de Pessoal, de Material, de Encargos Gerais, de Patrimônio e de Perícias Médicas.

Em 1979, o Poder Executivo Estadual é reorganizado, ficando constituído de Governadoria e Sistemas Executivos, sendo um destes, o **Sistema Estadual de Administração Geral e Previdência**, que é reorganizado.

Na **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO** são incluídas em sua estrutura organizacional, a **Coordenação de Modernização Administrativa** e a **Comissão Estadual de Acumulação de Cargos**.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E PREVIDÊNCIA - SEARHP

Em 1980, é criada a Coordenação de Transportes Oficiais, sendo incluída na estrutura da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**.

Em 1981, a competência de apoio gráfico ao sistema administrativo estadual passa a ser responsabilidade do **Sistema Estadual de Administração**.

Em 1982, é criado ao órgão central do **Sistema Estadual de Administração**, o **Grupo Executivo do Projeto Santa Eulália - GEPSE**.

No ano de 1982, são criados o **Sistema de Encargos Gerais**, o de **Patrimônio**, de **Material**, o de **Pessoal** e o **Sistema de Modernização Administrativa**, que têm como competência normalizar, supervisionar, executar e avaliar as atividades pertinentes à Administração de Serviços Gerais, dos Bens Patrimoniais Móveis e Imóveis, de Material e de Pessoal e à área de Modernização do Estado.

Em 1984, com a Reorganização do Poder Executivo, o **Sistema Estadual de Administração** passa a ter a competência do processamento de dados e tratamento de informações.

Fica instituído o **Fundo de Desenvolvimento do Sistema de Pessoal do Estado - FDP**, tendo como agente financeiro o Banco do Estado do Maranhão. Todas as atividades técnicas relacionadas com o **FDP** são exercidas pela **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**.

São incluídos na estrutura da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, como órgãos descentralizados, o **Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos - IDRH**, o **Centro de Prestação de Serviços Técnicos do Maranhão - CETEMA**, o **Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado - SIOGE** e o **Instituto de Previdência do Estado do Maranhão - IPEM**.

Em 1991, o Poder Executivo é novamente reestruturado e o Sistema Estadual de Administração passa a denominar-se **Sistema Estadual de Administração, Recursos Humanos e Previdência**, tendo como órgão central a **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E PREVIDÊNCIA - SEARHP**.

É criado o **Banco de Recursos Humanos** e ficam vinculados à **SEARHP** o **IDRH**, o **IPEM** e o **CETEMA**.

A **Coordenadoria de Modernização** é reestruturada ficando com duas divisões: Divisão de Estruturação e Regulamentação e Divisão de Normalização, Organização, Métodos e Projetos. A Coordenadoria de Serviços Médicos passa a integrar a estrutura do **IPEM**.

Ainda em 1991, são regulamentados os **Sistemas Estaduais de Recursos Humanos**, de **Material e Patrimônio** e o de **Modernização Administrativa**. A **SEARHP** fica como órgão central dos Sistemas Estaduais. Os demais órgãos do Estado (Autarquias, Fundações Estaduais, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista) ficam vinculados funcionalmente à **SEARHP**, no que concerne à observância das normas e políticas destes Sistemas.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E PREVIDÊNCIA - SEARHP

Em 1992, fica sob a responsabilidade da **SEARHP**, por intermédio da **Coordenadoria de Modernização Administrativa**, o disciplinamento dos procedimentos de distribuição de documentos nos demais órgãos, por meio do Malote Oficial. A **Coordenadoria de Informática** é incluída na estrutura da **SEARHP** e é instituído o **Programa de Ação Integrada para o Aposentado - Pai**.

Em 1992, são organizados os impressos de uso geral nas áreas de Pessoal, Material e Patrimônio, Finanças e Serviços Gerais, na Administração Direta e Indireta, pela **Coordenadoria de Modernização Administrativa/SEARHP**, que é responsável pelo acompanhamento, implantação, disciplinamento e padronização dos impressos, por meio da elaboração dos Manuais de Procedimentos Administrativos e do Catálogo de Impressos Padronizados.

No ano de 1993, é criado o **Programa Estadual e Qualidade**, constituído pelo Comitê Estadual do Programa de Qualidade, Secretaria Executiva do Programa e Comitê do Subprograma de Qualidade. No mesmo ano é criado o **Banco de Ideias**.

Em 1993, com a reorganização da **SEARHP**, são incluídos no nível de Atuação Complementar, o Fundo de Desenvolvimento do Sistema de Pessoal do Estado - **FDP**, o **Programa de Ação Integrada para o Aposentado - PAI**, o **Projeto de Ouvidoria** e o **Banco de Idéias**. Como entidades da administração indireta, ficam vinculados à **SEARHP** o **IDRH**, o **IPEM** e a **PRODAMAR**. A **Coordenadoria de Serviços Médicos** passa a integrar a estrutura da **SEARHP**.

Ainda em 1993, gerenciado pela **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, é criado o **Boletim Informatizado** de atos relativos à administração de pessoal, o qual tem modelo expedido pela **SEARHP**, assim como disciplinamento dos procedimentos a serem adotados pela Administração Direta, Autárquica e Fundacional.

É criado o **Banco de Registro de Preços de Bens e Materiais**.

Em 1994, é reorganizada a **SEARHP**. É criado o **Departamento de Apoio ao Aposentado**. O Programa de Qualidade passa a ser Departamento, com a denominação de **Departamento de Qualidade e Ações Estratégicas**, tendo sob sua assessoria o Banco de Idéias, Central de Informações e a Divisão de Educação e Treinamento para a Qualidade.

No mesmo ano, são criadas na estrutura da **SEARHP**, a **Escola de Gestão Pública do Maranhão**, a **Coordenadoria de Administração da Folha de Pagamento** e a **Coordenadoria de Informática** passa a ser Departamento. É criado o **Projeto de Reciclagem de Papel**.

Em 1994, é desconcentrada a Escola de Gestão Pública do Estado do Maranhão, sob-regime especial de autonomia relativa e é aprovado o Manual de Gestão do Órgão Desconcentrado.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E PREVIDÊNCIA - SEARHP

Com a necessidade de estruturar um Sistema Estadual de Pessoal, que permita a gestão administrativa e financeira dos servidores, é criado o **Comitê Consultivo do Sistema de Recursos Humanos** da SEARHP, tendo no nível de assessoramento a Coordenadoria de Modernização e na área técnica e operacional, a **Consultoria, Sistemas e Representações LTDA - CONSIST**, a **Empresa de Processamento de Dados do Maranhão - PRODAMAR** e a **Coordenadoria de Informática - COINF**.

Em 1995, com a Reorganização Administrativa do Estado, passa a fazer parte do grupo das **SECRETARIAS SISTÊMICAS** a **SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS E PREVIDÊNCIA - SEARHP**, a qual é reorganizada como órgão central dos **Sistemas de Recursos Humanos, Material e Patrimônio, Modernização Administrativa e Administração da Folha de Pagamento**.

São disciplinadas as atividades do **Fundo de Desenvolvimento do Sistema de Pessoal do Estado**, presidido pelo Secretário da SEARHP. Ficam vinculados à SEARHP a **PRODAMAR**, o **IDRH**, o **IPEM** e o **SIOGE**.

Ainda em 1995, com a vinculação estrutural das empresas a serem privatizadas, Rádio Timbira do Maranhão, Centrais de Abastecimento do Maranhão – CEASA, Companhia Industrial de Produtos Agropecuários do Maranhão - COPEMA e Usina Siderúrgica do Maranhão S/A- USIMAR transferem-se de suas respectivas pastas para a SEARHP.

Através de Decreto, são reformuladas e consolidadas a desconcentração, a estrutura e a regulamentação da **Escola de Gestão Pública do Estado do Maranhão** da SEARHP.

É criado o **Plano de Qualidade e Produtividade do Maranhão - QUALPLAM**, de natureza sistêmica e de conteúdo holístico e inovador, guardando correlação com a concepção, formulação, execução e desdobramentos do Planejamento e da Gestão Estratégicas, da Reforma do Estado e da Modernização Administrativa.

Através de decreto, é alterada a estrutura da SEARHP, incluindo a **Superintendência de Coordenação do Diário Oficial do Estado** com as **Divisões de Controle de Publicação, de Editoração e Documentação e Composição, Impressão e Fotomecânica**.

COMPETÊNCIAS

Compete à **SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E PREVIDÊNCIA - SEARHP**, como órgão central dos Sistemas de Recursos Humanos, Material e Patrimônio, Modernização Administrativa e Administração da Folha de Pagamento:

- 1) executar, coordenar e controlar as ações estratégicas inerentes a esses Sistemas;
- 2) promover concursos públicos, salvo nos casos em que essa atribuição for cometida por lei a outros órgãos ou entidades;

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E PREVIDÊNCIA - SEARHP

- 3) promover a política de treinamento de pessoal do Estado, administração de cargos, funções e salários, implantação e manutenção do Banco de Dados de Recursos Humanos, extensivo a todos os órgãos estaduais, nos termos do seu regimento.

LEGISLAÇÃO

1942

DECRETO Nº 649, DE 26 DE SETEMBRO DE 1942.

Cria o Departamento do Serviço Público e dá outras providências.

DOE nº 223, de 30/09/1942, página 03

1963

PROJETO DE LEI Nº 83, DE 19 DE JULHO DE 1963.

Cria a Secretaria de Administração e dá outras providências.

DOE nº 92, de 19/07/1963, página 01

LEI Nº 2.296, DE 11 DE AGOSTO DE 1963.

Cria a Secretaria de Administração e dá outras providências.

DOE nº 183, de 16/08/1963, página 01

1966

DECRETO Nº 3.191, DE 25 DE MARÇO DE 1966.

Extingue a Comissão de Compras do Estado do Maranhão e dá outras providências.

DOE nº 75, de 05/04/1966, página 01

DECRETO Nº 3.268, DE 25 DE MAIO DE 1966.

Inclui disposição no Decreto nº 3.191, de 25 de março de 1966, que extinguiu a Comissão de Compras do Estado do Maranhão.

DOE nº 118, de 31/05/1966, página 01

1968

LEI Nº 2.839, DE 10 DE MAIO DE 1968.

Dispõe sobre as Diretrizes Básicas do Processo de Reorganização da Administração do Poder Executivo e dá outras providências.

DOE nº 99, de 29/05/1968, página 01

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E PREVIDÊNCIA - SEARHP

1969

LEI DELEGADA Nº 13, DE 29 DE ABRIL DE 1969.

Organiza o Sistema de Administração Geral nas áreas de pessoal, de material e patrimônio e de serviços auxiliares, cria o Departamento de Administração Geral e dá outras providências.

DOE nº 79, de 30/04/1969, página 01

DECRETO Nº 3.900, DE 02 DE MAIO DE 1969.

Aprova o Regimento do Departamento de Administração Geral.

DOE nº 83, de 07/05/1969, página 07

1972

DECRETO Nº 4.712, DE 21 DE JUNHO DE 1972.

Fica excluída da estrutura do Serviço de Administração Geral da Secretaria da Fazenda, a Seção de Arquivo Geral, passando a integrar a estrutura do Serviço de Encargos Gerais, do Departamento de Administração Geral, com a denominação de Arquivo Central.

DOE nº 123, de 30/06/1972, página 02

1974

LEI Nº 3.564, DE 18 DE SETEMBRO DE 1974.

Revoga o item II, nº 1, do art. 6º da Lei Delegada nº 13, de 29 de abril de 1969, altera a Lei nº 3.347, de 14 de maio de 1973, e dá outras providências.

DOE nº 180, de 18/09/1974, página 01

1976

LEI DELEGADA Nº 93, DE 17 DE MAIO DE 1976.

Organiza o Sistema de Administração Geral, cria a Secretaria de Administração e dá outras providências.

DOE nº 107, de 07/06/1976, página 01

DECRETO Nº 6.308, DE 14 DE OUTUBRO DE 1976.

Aprova o Regimento da Secretaria de Administração.

DOE nº 208, de 03/11/1976, página 01

1979

LEI Nº 4.011, DE 26 DE ABRIL DE 1979.

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa Estadual e dá outras providências.

DOE nº 81, de 27/04/1979, página 01

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E PREVIDÊNCIA - SEARHP

1979

LEI Nº 4.040, DE 30 DE ABRIL DE 1979.

Dispõe sobre a reorganização e altera a denominação do Sistema de Administração Geral, reestrutura a Secretaria de Administração e dá outras providências.

DOE nº 91, de 14/05/1979, página 21

LEI Nº 4.073, DE 09 DE JULHO DE 1979.

Cria a Comissão Estadual de Acumulação de Cargos e dá outras providências.

DOE nº 138, de 20/07/1979, página 01

1980

DECRETO Nº 7.582, DE 08 DE ABRIL DE 1980.

Aprova o Regimento da Secretaria de Administração.

DOE nº 95, de 21/05/1980, página 01

1980

LEI Nº 4.240, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1980.

Cria, na estrutura da Secretaria de Administração, a Coordenação de Transportes Oficiais, extingue a Divisão de Transportes e dá outras providências.

DOE nº 234, de 05/12/1980, página 07

1981

LEI Nº 4.352, DE 31 DE OUTUBRO DE 1981.

Altera a Lei nº 4.011, de 26 de abril de 1979, e dá outras providências.

DOE nº 214, de 16/11/1981, página 05

1982

DECRETO Nº 8.461, DE 05 DE JANEIRO DE 1982.

Cria o Grupo Executivo do Projeto Santa Eulália, para o fim que especifica e dá outras providências.

DOE nº 02, de 05/01/1982, página 26

DECRETO Nº 8.481, DE 29 DE JANEIRO DE 1982.

Dispõe sobre o Sistema de Encargos Gerais e dá outras providências.

DOE nº 30, de 12/02/1982, página 05

DECRETO Nº 8.513, DE 08 DE MARÇO DE 1982.

Dispõe sobre o Sistema de Patrimônio e dá outras providências.

DOE nº 51, de 17/03/1982, página 01

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E PREVIDÊNCIA - SEARHP

1982

DECRETO Nº 8.619, DE 13 DE MAIO DE 1982.

Dispõe sobre o Sistema de Material e dá outras providências.

DOE nº 90, de 14/05/1982, página 110

DECRETO Nº 8.620, DE 13 DE MAIO DE 1982.

Dispõe sobre o Sistema de Pessoal e dá outras providências.

DOE nº 90, de 14/05/1982, página 33

DECRETO Nº 8.621, DE 13 DE MAIO DE 1982.

Dispõe sobre o Sistema de Modernização Administrativa e dá outras providências.

DOE nº 90, de 14/05/1982, página 31

1984

LEI DELEGADA Nº 161, DE 04 DE JULHO DE 1984.

Dispõe sobre a Estrutura, Composição e Competências do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

DOE nº 126, de 04/07/1984, página 15

LEI DELEGADA Nº 169, DE 05 DE JULHO DE 1984.

Institui o Fundo de Desenvolvimento do Sistema de Pessoal do Estado - FDP.

DOE nº 127, de 05/07/1984, página 28

LEI DELEGADA Nº 198, DE 19 DE JULHO DE 1984.

Dispõe sobre a reorganização do Sistema Estadual de Administração Geral e Previdência e dá outras providências.

DOE nº 137, de 19/07/1984, página 28

1991

LEI Nº 5.090, DE 14 DE MARÇO DE 1991.

Dispõe sobre a Reestruturação do Poder Executivo do Estado e dá outras providências.

DOE nº 49, de 14/03/1991, página 02

DECRETO Nº 11.796, DE 18 DE MARÇO DE 1991.

Dispõe sobre a organização básica, as atribuições e competências da Secretaria de Estado da Administração, Recursos Humanos e Previdência e dá outras providências.

DOE nº 51, de 18/03/1991, página 02

DECRETO Nº 11.801, DE 22 DE MARÇO DE 1991.

Dispõe sobre a criação do Banco de Recursos Humanos e dá providências correlatas.

DOE nº 56, de 25/03/1991, página 02

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E PREVIDÊNCIA - SEARHP

1991**DECRETO Nº 12.056, DE 10 DE SETEMBRO DE 1991.**

Dispõe sobre a Reforma Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 180, de 18/09/1991, página 02

DECRETO Nº 12.063, DE 16 DE SETEMBRO DE 1991.

Institui e regulamenta o Sistema Estadual de Material e Patrimônio e dá outras providências.

DOE nº 183, de 23/09/1991, página 05

DECRETO Nº 12.065, DE 16 DE SETEMBRO DE 1991.

Institui e regulamenta o Sistema Estadual de Modernização Administrativa e dá outras providências.

DOE nº 183, de 23/09/1991, página 10

DECRETO Nº 12.102, DE 01 DE OUTUBRO DE 1991.

Dispõe sobre a organização básica da Secretaria de Estado da Administração, Recursos Humanos e Previdência e dá outras providências.

DOE nº 189, de 01/10/1991, página 13

1992**DECRETO Nº 12.327, DE 20 DE FEVEREIRO DE 1992.**

Disciplina os procedimentos de distribuição de documentos nos órgãos da Administração Direta, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundação e dá outras providências.

DOE nº 41, de 27/02/1992, página 03

DECRETO Nº 12.340, DE 09 DE MARÇO DE 1992.

Aprova o Regimento da Secretaria de Estado da Administração, Recursos Humanos e Previdência e dá outras providências.

DOE nº 55, de 19/03/1992, página 02

DECRETO Nº 12.491, DE 15 DE JULHO DE 1992.

Dispõe sobre a alteração do Decreto nº 12.102, de 1º de outubro de 1991, e dá outras providências.

DOE nº 138, de 21/07/1992, página 14

DECRETO Nº 12.526, DE 04 DE AGOSTO DE 1992.

Institui o Programa de Ação Integrada para o Aposentado e dá outras providências.

DOE nº 153, de 11/08/1992, página 01

DECRETO Nº 12.720, DE 26 DE OUTUBRO DE 1992.

Reorganiza os impressos de uso geral na Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Maranhão.

DOE nº 21, de 05/11/1992, página 01

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E PREVIDÊNCIA - SEARHP

1993

LEI Nº 5.643, DE 08 DE FEVEREIRO DE 1993.

Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Administração Estadual e dá outras providências.

DOE nº 38, de 25/02/1993, página 03

DECRETO Nº 12.984, DE 18 DE MARÇO DE 1993.

Institui o Projeto Banco de Ideias na esfera da Administração Pública Estadual e dá outras providências.

DOE nº 58, de 25/03/1993, página 01

DECRETO Nº 12.995, DE 24 DE MARÇO DE 1993.

Cria o Programa Estadual de Qualidade e dá outras providências.

DOE nº 62, de 31/03/1993, página 10

DECRETO Nº 12.996, DE 24 DE MARÇO DE 1993.

Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Administração, Recursos Humanos e Previdência - SEARHP e dá outras providências.

DOE nº 62, de 31/03/1993, página 11

1993

DECRETO Nº 13.049, DE 05 DE MAIO DE 1993.

Aprova o Regimento da Secretaria de Estado da Administração, Recursos Humanos e Previdência e dá outras providências.

DOE nº 97, de 21/05/1993, página 01

DECRETO Nº 13.085, DE 28 DE MAIO DE 1993.

Disciplina o uso de Veículos Oficiais da Administração Pública Estadual e dá outras providências.

DOE nº 103, de 31/05/1993, página 06

DECRETO Nº 13.151, DE 13 DE JULHO DE 1993.

Cria o Banco de Registro de Preços de Bens e Materiais de uso comum na Administração Estadual e dá outras providências.

DOE nº 137, de 20/07/1993, página 22

DECRETO Nº 13.202, DE 30 DE JULHO DE 1993.

Cria o Boletim Informativo de Atos relativos à Administração de Pessoal e dá outras providências.

DOE nº 190, de 04/10/1993, página 01

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/93.

Disciplina procedimentos a serem adotados pela Administração Direta, Autárquica e Fundacional com relação aos atos de administração de pessoal, previstos no Decreto Estadual nº 13.202, de 30 de julho de 1993.

DOE nº 237, de 14/12/1993, página 07

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E PREVIDÊNCIA - SEARHP

1994

DECRETO Nº 13.726, DE 22 DE FEVEREIRO DE 1994.

Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Administração, Recursos Humanos e Previdência - SEARHP e dá outras providências.

DOE nº 40, de 28/02/1994, página 14

DECRETO Nº 13.789, DE 30 DE MARÇO DE 1994.

Cria o Projeto de Reciclagem de Papel no âmbito da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, regulamenta o seu funcionamento e dá outras providências.

DOE nº 62, de 30/03/1994, página 02

PORTARIA Nº 35, DE 14 DE ABRIL DE 1994.

Cria o Comitê Consultivo do Sistema de Recursos Humanos da Secretaria da Administração, Recursos Humanos e Previdência.

DOE nº 77, de 22/04/1994, página 05

DECRETO Nº 14.203, DE 04 DE OUTUBRO DE 1994.

Dispõe sobre a alteração do DECRETO Nº 13.726, de 22 de fevereiro de 1994, que reorganiza a Secretaria de Estado da Administração, Recursos Humanos e Previdência - SEARHP e dá outras providências.

DOE nº 195, de 11/10/1994, página 01

1994

DECRETO Nº 14.240, DE 20 DE OUTUBRO DE 1994.

Institui a desconcentração da Escola de Gestão Pública do Estado do Maranhão, da Secretaria de Estado da Administração, Recursos Humanos e Previdência e dá outras providências.

DOE nº 206, de 27/10/1994, página 01

DECRETO Nº 14.315, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1994.

Aprova o Manual de Gestão do Órgão Desconcentrado e dá outras providências.

DOE nº 224, de 24/11/1994, página 22

1995

DECRETO Nº 14.397, DE 02 DE JANEIRO DE 1995.

Dispõe sobre a Reforma Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 01, de 02/01/1995, página 06

LEI Nº 6.272, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 27, de 07/02/1995, página 09

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E PREVIDÊNCIA - SEARHP

1995

DECRETO Nº 14.420, DE 07 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Administração, Recursos Humanos e Previdência e dá outras providências.

DOE nº 28, de 08/02/1995, página 03

DECRETO Nº 14.486, DE 22 DE MARÇO DE 1995.

Disciplina as atividades do Fundo de Desenvolvimento do Sistema de Pessoal do Estado - FDP, instituído pela Lei Delegada nº 169, de 05 de julho de 1984, e dá outras providências.

DOE nº 60, de 27/03/1995, página 08

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004/95.

Implanta ações no âmbito da Administração de Material e Patrimônio, direcionadas à melhoria da qualidade dos serviços nos almoxarifados da Administração Pública Estadual.

DOE nº 107, de 05/06/1995, página 01

DECRETO Nº 14.630, DE 30 DE JUNHO DE 1995.

Reformula e consolida a desconcentração, a estrutura e a regulamentação da Escola de Gestão Pública do Estado do Maranhão, da Secretaria de Estado da Administração, Recursos Humanos e Previdência.

DOE nº 130, de 07/07/1995, página 01

DECRETO Nº 14.680, DE 01 DE AGOSTO DE 1995.

Institui o Plano de Qualidade do Maranhão - QUALPLAM para o setor público e dá outras providências.

DOE nº 152, de 08/08/1995, página 01

DECRETO Nº 14.725, DE 06 DE SETEMBRO DE 1995.

Dispõe sobre a alteração do DECRETO Nº 14.420, de 07.02.95, que reorganiza a Secretaria de Estado da Administração, Recursos Humanos e Previdência - SEARHP e dá outras providências.

DOE nº 176, de 12/09/1995, página 12

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO - SEPLAN

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO – SEPLAN
--

NATUREZA	BASE LEGAL DE CRIAÇÃO	FUNÇÃO
Administração Direta	Lei nº 2.669, de 29 de julho de 1966.	Órgão Auxiliar do Governador

A **SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO MARANHÃO - SUDEMA**, criada em 1966 como órgão básico do **SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL**, tem por objetivo planejar, coordenar e controlar a política do desenvolvimento econômico do Maranhão, por meio dos Departamentos de sua Secretaria Executiva.

ELEMENTOS HISTÓRICOS

É criado e vinculado à **SUDEMA** o **Fundo Rotativo de Incentivo ao Turismo - FURINTUR**, com a finalidade de aquisição e revenda de produtos de artesanato regional.

Em 1972, é criado o **Sistema Estadual de Planejamento**, constituído pela Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão, que se transforma em **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO**, como órgão central do **Sistema Estadual de Planejamento**.

Integram o **Sistema Estadual de Planejamento**, como entidades vinculadas à **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO**, o **Instituto de Pesquisas Econômico - Sociais e Informática - IPEI**, a **Companhia de Processamento de Dados - PRODATA**, o **Instituto de Recursos Naturais**, o **Escritório Técnico de Administração Municipal - ETAM** e o **Conselho de Planejamento e Programação Orçamentária dos órgãos da Administração Centralizada e Descentralizada**.

Em 1976, ocorre a reorganização do **Sistema Estadual de Planejamento**, passando a denominar-se **Sistema de Planejamento e Coordenação Geral** e a **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO**, órgão central do Sistema, passa por uma reestruturação, ficando como órgãos vinculados o **IPEI**, o **ETAM** e a **PRODATA**.

São extintas as Assessorias de Planejamento e Programação Orçamentária, cujas atribuições passam a ser observadas pelas **Unidades Setoriais de Planejamento** e também é extinto o **Instituto de Recursos Naturais - IRN**, cujas competências são absorvidas pela Empresa Maranhense de Pesquisas Agropecuárias.

Em 1979, a Administração Estadual é reorganizada, alterando a denominação do **Sistema de Planejamento e Coordenação Geral** para **Sistema Estadual de Coordenação e Planejamento**, o qual é organizado e a Secretaria de Planejamento passa a denominar-se **SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO**.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO – SEPLAN

Ainda em 1979, o **Instituto de Pesquisas Econômico-Sociais e Informática** é transformado em fundação, com a denominação de **Fundação Instituto de Pesquisas Sociais - FIPES** e é vinculada à **SEPLAN**. O **ETAM** é reorganizado, vinculando-se tecnicamente à **SEPLAN**.

No ano de 1980, é criado, no âmbito da **SEPLAN**, o **Grupo Especial de Informática - GEI**, com a finalidade de assessorar o Governador do Estado na formulação do Plano Estadual de Processamento de Dados e Informática. Funcionará junto ao **GEI**, como órgão deliberativo, uma Comissão de Informática - **COI**.

Em 1982, surge o **Conselho Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**, órgão deliberativo, integrante do **Sistema de Desenvolvimento Científico Tecnológico - SEDECT**, o qual fica presidido pelo Secretário de Coordenação e Planejamento.

Em 1984, o **Sistema Estadual de Coordenação e Planejamento** é novamente reorganizado, continuando a **SEPLAN** como seu órgão central.

Ainda em 1984, diante da urgente necessidade de saneamento rural do Estado, é constituída na **SEPLAN** uma **Equipe de Trabalho Multiprofissional - ETM**, que fica com a responsabilidade da elaboração do Programa Estadual de Saneamento Rural do Maranhão.

Em 1991, com a reestruturação do Poder Executivo do Estado, fica extinta a Secretaria de Coordenação e Planejamento e são transferidas as suas funções para a Secretaria de Estado da Economia. É criada a **SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**.

No ano de 1993, a **SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO** transforma-se em **SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEPLANTEC**, como órgão integrante da Administração Direta do Poder Executivo Estadual.

Ficam vinculados à **SEPLANTEC** os órgãos: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão - **FAPEMA**, Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Estado do Maranhão - **IPES** e Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnologia - **CONCIT**. A **SEPLANTEC** absorve as atividades e atribuições dos programas especiais, inclusive o Projeto Nordeste.

Ainda em 1993, com a reestruturação da **SEPLANTEC**, o nível de Execução Programática fica composto pelas Superintendências de Planejamento, de Desenvolvimento Econômico e Social, de Informações para o Planejamento e a Superintendência de Orçamento.

Em 1995, com as modificações na estrutura do Poder Executivo, a **SEPLANTEC** passa a denominar-se **SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO - SEPLAN** e a pertencer ao grupo das **SECRETARIAS SISTÊMICAS**, sendo reorganizada no mesmo ano. Vincula-se à **SEPLAN** o **Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Estado do Maranhão - IPES**.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO – SEPLAN**COMPETÊNCIAS**

Compete à **SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO**, como órgão central do sistema de planejamento, orçamento público, desenvolvimento econômico, regional, municipal e urbano, mediante orientação normativa e metodológica às Secretarias e órgãos do Estado na concepção e desenvolvimento das respectivas programações, acompanhamento, controle e avaliação sistemática dos desempenhos em seus planos, programas, projetos e convênios:

1. a orientação dos órgãos governamentais na elaboração de seus orçamentos;
2. a consolidação crítica desses orçamentos no Orçamento Geral do Estado e o acompanhamento e controle da execução orçamentária, tanto da administração direta quanto da indireta;
3. a promoção de estudos, pesquisas e projetos de desenvolvimento sócio-econômico;
4. o planejamento e execução da função de articulação do Estado com a União e com as diversas regiões do Estado e seus municípios;
5. os Programas Governamentais;
6. a definição e controle dos indicadores de desempenho de todos os setores da máquina pública, bem como o planejamento e coordenação do desenvolvimento urbano, nos termos do seu regimento.

LEGISLAÇÃO**1966****LEI Nº 2.669, DE 29 DE JULHO DE 1966.**

Cria a Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão.

DOE nº 179, de 10/08/1966, página 01

1967**DECRETO Nº 3.699, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1967.**

Reorganiza a estrutura interna da SUDEMA e dá outras providências.

DOE nº 81, de 07/05/1968, página 01

1968**LEI Nº 2.839, DE 10 DE MAIO DE 1968.**

Dispõe sobre as Diretrizes Básicas do Processo de Reorganização da Administração do Poder Executivo e dá outras providências.

DOE nº 99, de 29/05/1968, página 01

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO – SEPLAN**1968****LEI Nº 2.935, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1968.**

Cria o Fundo Rotativo de Incentivo ao Turismo - FURINTUR.

DOE nº 256, de 10/12/1968, página 01

1972**LEI Nº 3.254, DE 26 DE JUNHO DE 1972.**

Cria o Sistema Estadual de Planejamento e dá outras providências.

DOE nº 129, de 10/07/1972, página 04

LEI Nº 3.262, DE 04 DE SETEMBRO DE 1972.

Organiza o Instituto de Recursos Naturais e dá outras providências.

DOE nº 174, de 13/09/1972, página 01

LEI Nº 3.263, DE 04 DE SETEMBRO DE 1972.

Dispõe sobre a estrutura e competência do ETAM, criado nos termos da Lei nº 3.254, de 26 de junho de 1972, e dá outras providências.

DOE nº 174, de 14/09/1972, página 01

DECRETO Nº 4.953, DE 05 DE DEZEMBRO DE 1972.

Regulamenta a Lei nº 3.263, de 04 de setembro de 1972, e dá outras providências.

DOE nº 239, de 18/12/1972, página 01

1973**DECRETO Nº 5.002, DE 09 DE FEVEREIRO DE 1973.**

Altera o regulamento da Lei nº 3.173, de 30 de setembro de 1971, e dá outras providências.

DOE nº 32, de 14/02/1973, página 01

1976**LEI DELEGADA Nº 91, DE 17 DE MAIO DE 1976.**

Reorganiza o Sistema Estadual de Planejamento, reestrutura a Secretaria de Planejamento e dá outras providências.

DOE nº 108, de 08/06/1976, página 01

LEI DELEGADA Nº 104, DE 15 DE JULHO DE 1976.

Extingue o Instituto de Recursos Naturais - IRN, entidade vinculada à Secretaria de Planejamento - SEPLAN e dá outras providências.

DOE nº 149, de 09/08/1976, página 01

DECRETO Nº 6.211, DE 30 DE AGOSTO DE 1976.

Aprova o Regimento da Secretaria de Planejamento.

DOE nº 186, de 30/09/1976, página 01

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO – SEPLAN**1979****LEI Nº 4.011, DE 26 DE ABRIL DE 1979.**

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa Estadual e dá outras providências.

DOE nº 81, de 17/04/1979, página 01

LEI Nº 4.017, DE 26 DE ABRIL DE 1979.

Dispõe sobre a reorganização e altera a denominação do Sistema de Planejamento e Coordenação Geral, reestrutura a Secretaria de Planejamento e dá outras providências.

DOE nº 87, de 08/05/1979, página 01

LEI Nº 4.030, DE 30 DE ABRIL DE 1979.

Transforma o Instituto de Pesquisas Econômico - Sociais e Informática em Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais - FIPES e dá outras providências.

DOE nº 92, de 15/05/1979, página 06

LEI Nº 4.127, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1979.

Dispõe sobre a reorganização do Escritório Técnico de Administração Municipal - ETAM e dá outras providências.

DOE nº 244, de 20/12/1979, página 07

1980**DECRETO Nº 7.504, DE 04 DE JANEIRO DE 1980.**

Cria o Grupo Especial de Informática - GEI, no âmbito da Secretaria de Coordenação e Planejamento - SEPLAN.

DOE nº 11, de 16/01/1980, página 01

DECRETO Nº 7.638, DE 27 DE MAIO DE 1980.

Aprova o Regimento da Secretaria de Coordenação e Planejamento.

DOE nº 107, de 09/06/1980, página 02

DECRETO Nº 7.969, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1980.

Aprova o Regimento do Escritório Técnico de Administração Municipal - ETAM.

DOE nº 248, de 30/12/1980, página 04

1981**LEI Nº 4.352, DE 31 DE OUTUBRO DE 1981.**

Altera a Lei nº 4.011, de 26 de abril de 1979, e dá outras providências.

DOE nº 274, de 16/11/1981, página 05

1984**LEI DELEGADA Nº 161, DE 04 DE JULHO DE 1984.**

Dispõe sobre a estrutura, composição e competências do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

DOE nº 137, de 04/07/1984, página 15

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO – SEPLAN**1984****LEI DELEGADA Nº 179, DE 17 DE JULHO DE 1984.**

Dispõe sobre a reorganização do Sistema Estadual de Coordenação e Planejamento e dá outras providências.

DOE nº 135, de 17/07/1984, página 12

1985**DECRETO Nº 9.866, DE 07 DE JUNHO DE 1985.**

Aprova o Regimento da Secretaria de Coordenação e Planejamento.

DOE nº 122, de 01/07/85, página 02

1987**DECRETO Nº 10.403, DE 27 DE ABRIL DE 1987.**

Altera os Decretos nº 8.847, de 05/10/82 e nº 9.549, de 10/04/84, que dispõem sobre o Sistema Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, adota medidas para sua reestruturação e dá outras providências.

DOE nº 80, de 30/04/1987, página 22

1988**DECRETO Nº 10.721, DE 14 DE ABRIL DE 1988.**

Fica constituída na Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado do Maranhão uma Equipe de Trabalho Multiprofissional - ETM, que se encarregará da elaboração do Programa Estadual de Saneamento Rural do Maranhão.

DOE nº 76, de 25/04/1988, página 01

DECRETO Nº 10.746, DE 26 DE MAIO DE 1988.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

DOE nº 102, de 02/06/1988, página 02

1991**LEI Nº 5.090, DE 14 DE MARÇO DE 1991.**

Dispõe sobre a Reestruturação do Poder Executivo do Estado e dá outras providências.

DOE nº 49, de 14/03/1991, página 02

DECRETO Nº 11.795, DE 15 DE MARÇO DE 1991.

Cria a Secretaria Extraordinária de Coordenação e Desenvolvimento e o respectivo cargo de Secretário.

DOE nº 51, de 18/03/1991, página 03

DECRETO Nº 12.056, DE 10 DE SETEMBRO DE 1991.

Dispõe sobre a Reforma Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 180, de 18/09/1991, página 02

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO – SEPLAN**1993****LEI Nº 5.633, DE 22 DE JANEIRO DE 1993.**

Dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado de Planejamento, Coordenação, Ciência e Tecnologia - SEPLANTEC e dá outras providências.

DOE nº 15, de 22/01/1993, página 08

LEI Nº 5.643, DE 08 DE FEVEREIRO DE 1993.

Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Administração Estadual e dá outras providências.

DOE nº 38, de 25/02/1993, página 03

DECRETO Nº 13.505, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1993.

Aprova o Regimento da Secretaria de Estado de Planejamento Coordenação, Ciência e Tecnologia - SEPLANTEC e dá outras providências.

DOE nº 226, de 26/11/1993, página 04

1995**LEI Nº 6.272, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1995.**

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 27, de 07/02/1995, página 09

DECRETO Nº 14.429, DE 07 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Planejamento.

DOE nº 28, de 08/02/1995, página 13

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA – SEFAZ
--

NATUREZA	BASE LEGAL DE CRIAÇÃO	FUNÇÃO
Administração Direta	Lei Provincial nº 04, de 22 de abril de 1835	Órgão Auxiliar do Governador

Em virtude da Lei Provincial de 1835, é criada a **TESOURARIA DA PROVÍNCIA**.

Em 1838, é criado o **TESOURO PÚBLICO PROVINCIAL**.

A **SECRETARIA DA FAZENDA**, como um dos serviços da Administração Pública do Estado do Maranhão, é criada em 1914, com competência e Regulamento especial.

ELEMENTOS HISTÓRICOS

No ano de 1920, a **Secretaria da Fazenda e Repartições Arrecadadoras** é reorganizada e é aprovado o seu Regulamento.

Por meio de decreto, em 1932, é expedido novo Regulamento para Coletorias e Agência Independentes e o Regulamento para a Diretoria de Fazenda do Estado.

Em 1962, é aprovado o Regimento Interno da Comissão de Compras do Estado do Maranhão, subordinada ao Chefe do Poder Executivo e presidida pelo Secretário de Finanças do Estado, com a finalidade, dentre outras, de efetuar e controlar a aquisição e o fornecimento de material destinado aos serviços públicos do Estado e manter atualizado o cadastro de firmas comerciais.

Em 1963, as Inspetorias Regionais de Fiscalização, instituídas em 1961, são reestruturadas. Passa a ser vinculada à **SECRETARIA DAS FINANÇAS** a Guarda Portuária, antes vinculada à Secretaria de Segurança do Estado.

No ano de 1964, fica reorganizada a **SECRETARIA DAS FINANÇAS** como órgão auxiliar do Poder Executivo. Passam a integrar a sua estrutura a **Comissão Central de Orçamento, o Conselho de Contribuintes** e a **Procuradoria dos Feitos da Fazenda**. Subordinada ao Gabinete do Secretário fica a **Divisão de Arquivo Geral**.

Em 1969, a **SECRETARIA DAS FINANÇAS** passa a denominar-se **SECRETARIA DA FAZENDA - SEFAZ**, tendo como principais competências a arrecadação dos tributos e receitas do Estado e a fiscalização da cobrança, por meio das Divisões de Arrecadação e de Fiscalização, subordinadas ao Departamento da Receita.

Fica como Entidade da Administração Descentralizada na **SEFAZ** a **Loteria do Estado do Maranhão - LOTEMA** e como órgão Colegiado, o Conselho de Contribuintes (criado em 1961). As Delegacias Regionais ficam subordinadas ao Departamento do Tesouro e Dívida Pública. É extinto da estrutura da **SEFAZ** o Serviço de Processamento de Dados, conforme Lei Delegada.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA – SEFAZ

Ainda em 1969, são criadas as **Agências de Exatorias**, com a competência da fiscalização e arrecadação no interior do Estado.

No ano de 1972, é criada no Departamento da Receita da **SEFAZ** a **2ª Recebedoria da Capital** e a **Inspetoria Regional de Fiscalização da 12ª zona**, no bairro do João Paulo.

Ficam extintas as Coletorias do Monte Castelo, Anil e Estiva e são criadas as **Agências Especiais de Itaqui e Estiva**.

Em 1973, a **SEFAZ** é reorganizada administrativamente, sendo as Delegacias Regionais e o Departamento da Receita transformados, respectivamente, em **Unidades Regionais da Administração** e em **Coordenação Geral da Receita**, como órgão central da **SEFAZ**.

São transformadas em **Exatorias** as Recebedorias da Capital e do João Paulo. As atuais Agências de Exatorias e as Agências Especiais, diretamente subordinadas às Exatorias, ficam transformadas em **Postos de Arrecadação**.

Ainda em 1973, ficam as Exatorias e os Postos de Arrecadação subordinados administrativamente às **Unidades Regionais da Administração Fazendária**. É criada na estrutura da **SEFAZ** a **Junta de Recursos Fiscais**.

Em 1974, é criada na **SEFAZ**, bem como em todos os órgãos da Administração Pública do Estado, a **Setorial de Contabilidade**. O Serviço da Dívida Pública, subordinado ao Departamento do Tesouro da Dívida Pública, é transformado em **Divisão de Controle Financeiro**.

Em 1975, é aprovado o Regulamento das Setoriais de Contabilidade.

Em 1976, é criado o **Sistema de Finanças E Crédito**, tendo como órgão central a **SECRETARIA DA FAZENDA**, que exercerá em relação aos demais órgãos do Sistema, as funções de planejamento, coordenação, normalização, controle e avaliação.

A **SEFAZ** é reorganizada ficando como órgãos vinculados a **LOTEMA**, o **Banco do Estado do Maranhão S/A - BEM**, o **Banco de Desenvolvimento do Estado do Maranhão - BDM**, a **Companhia Progresso do Maranhão, Crédito de Financiamento e Investimento - CPM**, a **Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA - CPM** e a **Promotora de Vendas LTDA**.

Em 1976, são criadas na **SEFAZ**, no nível de Execução Programática, as **Coordenações da Receita, do Tesouro e Dívida Pública, de Finanças** e de **Auditoria**. São criadas 8 (oito) Diretorias Regionais da Fazenda. Ficam extintas as atuais Secretarias de Contabilidade dos órgãos da Administração do Estado, cujas atribuições passam a ser absorvidas pelas Unidades Setoriais de Finanças da **SEFAZ**.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ

Com a reorganização da **SEFAZ**, as Exatorias e os Postos Fiscais ficam como órgãos subordinados diretamente às **Diretorias Regionais da Fazenda**. Os Postos de Arrecadação ficam subordinados às Exatorias. Em 1979, com a Reorganização Administrativa Estadual, o **Sistema de Finanças e Crédito** passa a denominar-se **Sistema Estadual de Finanças e Crédito**, sendo reorganizado e tendo como órgão central a **SECRETARIA DA FAZENDA - SEFAZ**.

A **SEFAZ** é reestruturada, ficando como órgãos vinculados: **LOTEMA, BEM, BDM e CPM**. O nível de Administração Superior fica representado pelo **Secretário, Conselho de Contribuintes e Conselho Financeiro do Estado** e o nível de Ação Regional fica composto pelas **Diretorias Regionais da Fazenda**.

Em 1980, a **SEFAZ** é alterada na sua estrutura, ficando o nível de Atuação Programática com as **Coordenações da Receita, de Finanças e do Tesouro**.

Em 1984, o **Sistema Estadual de Finanças Ee Crédito** é reorganizado, continuando a **SEFAZ** como seu órgão central, a qual é reestruturada, transformando as Coordenações em Coordenadorias, sendo criada no nível de Atuação Programática a Coordenadoria de Contabilidade.

No ano de 1987, são transformadas as atuais Delegacias e Diretorias Regionais da Fazenda em Subsecretarias Regionais.

Em 1988, é instituído o **Conselho de Recursos Fiscais do Estado do Maranhão**, como órgão colegiado, integrado na estrutura administrativa da **SEFAZ**, que tem por finalidade o julgamento, em segunda e última instância, dos processos administrativos fiscais.

No ano de 1991, com a reestruturação do Poder Executivo do Estado, o **Sistema Estadual de Finanças e Crédito** passa a denominar-se **Sistema Estadual de Economia** e a **Secretaria De Fazenda** passa a denominar-se **SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA**, sendo organizada, tendo como órgão colegiado o **Conselho de Recursos Fiscais** e a vinculação do **BEM** e da **Junta Comercial do Maranhão - JUCEMA**. Com a extinção da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo são transferidas as funções relativas à indústria e ao comércio para a **SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA**.

As Diretorias Regionais da Economia ficam subordinadas tecnicamente à Coordenadoria de Administração Tributária e é criada a **Contadoria Geral do Estado**.

Ainda em 1991, a **SECRETARIA DE ECONOMIA** é reorganizada, criando as Exatorias Especiais, subordinadas à Coordenadoria de Administração Tributária, ficando vinculados o **BEM**, a **JUCEMA** e a **Companhia de Desenvolvimento Industrial do Maranhão – CDI/MA**.

No mesmo ano, com a extinção da Secretaria de Coordenação e Planejamento são transferidas as suas funções para a **SECRETARIA DE ECONOMIA**.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ

Em 1993, a **SECRETARIA DE ECONOMIA** passa a denominar-se **SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ**, sendo reorganizada, criando na sua estrutura organizacional a Assessoria de Planejamento e Coordenação, a Assessoria Jurídica, a Inspetoria Fazendária, a Superintendência de Administração Tributária, a Superintendência de Administração Financeira e os Postos Fiscais Especiais.

Ficam vinculados à **SEFAZ** o **BEM**, e como órgão atípico, o **Conselho de Recursos Fiscais**. As Diretorias Regionais da Fazenda e os Postos Fiscais Especiais subordinam-se à **Superintendência de Administração Tributária**.

Em 1994, é transformada a **Exatoria de São Luís** em **Posto de Fiscalização e Arrecadação** e são criadas as Coordenadorias de Fiscalização de Estabelecimentos e a de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito, e esta com as Divisões de Postos Fiscais e a de Volantes Fiscais.

No ano de 1995, com a Reorganização Administrativa do Estado, a **SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ** passa a integrar o Grupo das **SECRETARIAS SISTÊMICAS**.

A **SEFAZ** é reorganizada, tendo o **BEM** como órgão vinculado. É criado o **Centro de Treinamento da Administração Fazendária** e são extintas as Exatorias. Ficam as Diretorias Regionais da Fazenda compostas por **Diretorias Tributárias, Postos Fiscais Especiais e Postos Fiscais**.

COMPETÊNCIAS

Compete à **SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ**:

- 1) auxiliar, direta e indiretamente, o Governador do Estado na formulação da política econômico-tributária, competindo-lhe realizar a administração fazendária;
- 2) dirigir, orientar e coordenar as atividades de arrecadação, fiscalização, recolhimento e controle dos tributos e demais rendas do Estado;
- 3) dirigir e controlar o serviço da dívida pública estadual;
- 4) exercer a coordenação geral, orientação normativa, a supervisão técnica e a realização das atividades inerentes ao acompanhamento financeiro, contabilidade e prestação de contas;
- 5) elaborar, em conjunto com a Secretaria de Estado do Planejamento, a programação financeira de desembolso;
- 6) superintender e coordenar a execução das atividades correlatas, na administração direta e indireta do Estado, bem como exercer outras atribuições necessárias ao cumprimento de suas finalidades, nos termos do seu regimento.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ**LEGISLAÇÃO****1835****LEI PROVINCIAL Nº 04, DE 22 DE ABRIL DE 1835.**

Cria a Tesouraria da Província, conforme o disposto no art. 96 da Carta de Lei de 4 de outubro de 1831, que criou o Tribunal do Tesouro Público Nacional e as Tesourarias Provinciais.

MARQUES, César Augusto. Dicionário Histórico - Geográfico da Província do Maranhão. 3ª. ed. Rio de Janeiro: FON-FON e Seleta, 1970

1838**LEI PROVINCIAL Nº 62, DE 09 DE JULHO DE 1838.**

Cria o Tesouro Público Provincial, que em várias presidências tem sofrido algumas modificações e reformas importantes.

MARQUES, César Augusto. Dicionário Histórico - Geográfico da Província do Maranhão. 3ª. ed. Rio de Janeiro: FON-FON e Seleta, 1970.

1914**DECRETO Nº 11, DE 26 DE AGOSTO DE 1914.**

Regulamenta a Secretaria da Fazenda.

DOE nº 193, de 26/08/1914

1920**LEI Nº 914, DE 20 DE MARÇO DE 1920.**

Reorganiza a Secretaria da Fazenda e Repartições Arrecadadoras.

DOE nº 73, de 31/03/1920, página 02

DECRETO Nº 330, DE 19 DE JULHO DE 1920.

Aprova o Regulamento para a Secretaria da Fazenda.

DOE nº 168, de 30/07/1920, página 01

1932**DECRETO Nº 345, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1932.**

Expede novo regulamento para Coletorias e Agências Independentes.

DOE nº 270, de 02/12/32, página 01

DECRETO Nº 358, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1932.

Expede regulamento para a Diretoria de Fazenda do Estado.

DOE nº 294, de 30/12/1932, página 01

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ**1946****DECRETO-LEI Nº 1.435, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1946.**

Reestrutura o Aparelho Administrativo do Estado.

DOE nº 293, de 30/12/1946, página 03

1962**DECRETO Nº 2.111, DE 24 DE JANEIRO DE 1962.**

Cria a Comissão de Compras do Estado do Maranhão e dá outras providências.

DOE nº 28, de 03/02/1962, página 01

DECRETO Nº 2.168, DE 26 DE MARÇO DE 1962.

Fica aprovado o Regimento Interno da Comissão de Compras do Estado do Maranhão, criada pelo Decreto no 2.111, de 24/01/62.

DOE nº 200, de 18/09/1962, página 01

1963**DECRETO Nº 2.413, DE 02 DE MAIO DE 1963.**

Reestrutura as Inspetorias Regionais de Fiscalização, instituídas pelo Decreto nº 1.858, de 04 de abril de 1961, e dá outras providências.

DOE nº 99, de 04/05/1963, página 01

LEI Nº 2.295, DE 1º DE AGOSTO DE 1963.

Cria a Secretaria de Segurança do Estado e dá outras providências.

DOE nº 183, de 16/08/1963, página 02

1964**LEI Nº 2.344, DE 10 DE MARÇO DE 1964.**

Reorganiza a Secretaria das Finanças, dispõe sobre a execução dos serviços respectivos e dá outras providências.

DOE nº 115, de 27/05/1964, página 01

DECRETO Nº 2.847, DE 13 DE OUTUBRO DE 1964.

Aprova o Regulamento da Secretaria das Finanças.

DOE nº 24, de 29/01/1966, página 03

1966**DECRETO Nº 3.252, DE 09 DE MAIO DE 1966.**

Reestrutura Inspetorias Regionais de Fiscalização, instituídas pelo Decreto nº 2.413, de 02 de maio de 1963, e dá outras providências.

DOE nº 107, de 17/05/1966, página 01

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ**1968****LEI Nº 2.839, DE 10 DE MAIO DE 1968.**

Dispõe sobre as Diretrizes Básicas do Processo de Reorganização da Administração do Poder Executivo e dá outras providências.

DOE nº 99, de 29/05/1968, página 01

LEI Nº 2.955, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1968.

Estima a receita e fixa a despesa do Estado do Maranhão para o exercício de 1969.

DOE nº 267, de 30/12/1968, página 01

1969**LEI DELEGADA Nº 18, DE 08 DE MAIO DE 1969.**

Reorganiza a Secretaria de Finanças denominando-a Secretaria da Fazenda e dá outras providências.

DOE nº 88, de 14/05/1969, página 03

DECRETO Nº 3.949, DE 08 DE AGOSTO DE 1969.

Aprova o Regimento da Secretaria da Fazenda.

DOE nº 160, de 27/08/1969, página 01

LEI DELEGADA Nº 33, DE 06 DE OUTUBRO DE 1969.

Altera a Lei Delegada nº 18/69, que reorganiza a Secretaria da Fazenda e dá outras providências.

DOE nº 190, de 08/10/1969, página 02

DECRETO Nº 4.026, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1969.

Cria e extingue Agências de Exatorias.

DOE nº 230, de 04/12/1969, página 01

DECRETO Nº 4.028-A, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1969.

Altera o Decreto nº 3.949, de 08 de agosto de 1969.

DOE nº 235, de 12/12/1969, página 01

1972**DECRETO Nº 4.661, DE 17 DE JANEIRO DE 1972.**

Cria, no Departamento da Receita da Secretaria da Fazenda, a 2ª Recebedoria da Capital, a Inspetoria Regional de Fiscalização da 12ª Zona e dá outras providências.

DOE nº 13, de 19/01/1972, página 01

1973**LEI DELEGADA Nº 65, DE 16 DE JANEIRO DE 1973.**

Dispõe sobre a reorganização administrativa da Secretaria da Fazenda e dá outras providências.

DOE nº 23, de 01/02/1973, página 01

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ**1973****DECRETO Nº 4.995-B, DE 16 DE JANEIRO DE 1973.**

Aprova o Regimento Interno da Coordenação Geral da Receita e da Junta de Recursos Fiscais da Secretaria da Fazenda.

DOE nº 33, de 15/02/1973, página 01

DECRETO Nº 5.053, DE 13 DE JUNHO DE 1973.

Cria Projeto na Secretaria da Fazenda - Departamento do Tesouro e da Dívida Pública Programação Especial.

DOE nº 143, de 30/07/1973, página 01

DECRETO Nº 5.075, DE 19 DE JULHO DE 1973.

Cria Projeto na Secretaria da Fazenda - Departamento de Tesouro e da Dívida Pública.

DOE nº 149, de 08/08/1973, página 01

1974**LEI DELEGADA Nº 66, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1974.**

Cria Setoriais de Contabilidade e dá outras providências.

DOE nº 36, de 20/02/1974, página 03

LEI DELEGADA Nº 69, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1974.

Dispõe sobre a reorganização da Contadoria Geral do Estado e dá outras providências.

DOE nº 36, de 20/02/1974, página 05

LEI DELEGADA Nº 67, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1974.

Reorganiza o Departamento do Tesouro e da Dívida Pública da Secretaria da Fazenda e dá outras providências.

DOE nº 36, de 20/02/1974, página 04

1975**DECRETO Nº 5.568, DE 30 DE ABRIL DE 1975.**

Aprova o Regulamento das Setoriais de Contabilidade.

DOE nº 92, de 19/05/ 1975, página 01

1976**LEI DELEGADA Nº 082/76, DE 26 DE MARÇO DE 1976.**

Altera dispositivos da Lei Delegada nº 66, de 19 de fevereiro de 1974, e dá outras providências.

DOE nº 78, de 27/04/1976, página 02

LEI DELEGADA Nº 92, DE 17 DE MAIO DE 1976.

Organiza o Sistema de Finanças e Crédito, reorganiza a Secretaria da Fazenda e dá outras providências.

DOE nº 106, de 04/06/1976, página 01

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ**DECRETO Nº 6.209, DE 17 DE AGOSTO DE 1976.**

Aprova o Regimento Interno da Secretaria da Fazenda.

DOE nº 180, de 22/09/1976, página 01

1976**LEI DELEGADA Nº 107, DE 08 DE OUTUBRO DE 1976.**

Revoga as disposições da Lei Delegada nº 92, de 17 maio de 1976, que reorganiza a Secretaria da Fazenda e determina outras providências.

DOE nº 219, de 19/ 11/1976, página 01

1979**LEI Nº 4.011, DE 26 DE ABRIL DE 1979.**

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa Estadual e dá outras providências.

DOE nº 81, de 27/04/1979, página 01

LEI Nº 4.021, DE 26 DE ABRIL DE 1979.

Dispõe sobre a reorganização e altera a denominação do Sistema de Finanças e Crédito, reestrutura a Secretaria da Fazenda e dá outras providências.

DOE nº 91, de 14/05/1979, página 13

LEI Nº 4.108, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1979.

Cria órgãos e cargos na estrutura da Secretaria da Fazenda e dá outras providências.

DOE nº 230, de 30/ 11/79, página 02

1980**LEI Nº 4.252, DE 08 DE DEZEMBRO DE 1980.**

Altera a estrutura da Secretaria da Fazenda, a que se refere a Lei nº 4.021, de 26/04/1979, e dá outras providências.

DOE nº 243, de 19/12/1980, página 04

1982**DECRETO Nº 8.499, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1982.**

Aprova o Regimento Interno da Secretaria da Fazenda.

DOE nº 88, de 12/05/1982, página 93

1983**DECRETO Nº 9.273, DE 31 DE MAIO DE 1983.**

Altera dispositivos do Regimento Interno da Secretaria da Fazenda.

DOE nº 108, de 09/06/1983, página 11

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ
--

1983**LEI Nº 4.520, DE 25 DE OUTUBRO DE 1983.**

Autoriza o Poder Executivo a extinguir, criar, reformular, reestruturar, reorganizar, incorporar, fundir e desmembrar órgãos e empresas de economia mista estaduais e as fundações instituídas pelo poder público estadual.

DOE nº 205, de 31/10/1983, página 46

LEI Nº 4.524, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1983.

Dá nova redação e acrescenta parágrafos ao artigo 1º da Lei nº 4.520, de 25 de outubro de 1983.

DOE nº 214, de 14/11/1983, página 03

1984**LEI DELEGADA Nº 161, DE 04 DE JULHO DE 1984.**

Dispõe sobre a estrutura, composição e competências do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

DOE nº 137, de 04/07/1984, página 15

LEI DELEGADA Nº 195, DE 19 DE JULHO DE 1984.

Dispõe sobre a reorganização do Sistema Estadual de Finanças e Crédito e dá outras providências.

DOE nº 137, de 19/07/1984, página 23

1985**DECRETO Nº 9.866, DE 07 DE JUNHO DE 1985.**

Aprova o Regimento da Secretaria da Fazenda.

DOE nº 122, de 01/07/1985, página 02

1987**LEI Nº 4.791, DE 08 DE JULHO DE 1987.**

Altera a redação do art. 17 da Lei Delegada nº 161/84, autoriza a criação de Subsecretaria Regional e a transformação de Delegacias e Diretorias Regionais em Subsecretarias Regionais e dá outras providências.

DOE nº 132, de 16/07/1987, página 06

DECRETO Nº 10.464, DE 24 DE JULHO DE 1987.

Transforma Delegacia e Diretorias Regionais em Subsecretarias Regionais e dá outras providências.

DOE nº 153, de 17/08/1987, página 14

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ
--

1988**DECRETO Nº 10.853, DE 12 DE SETEMBRO DE 1988.**

Aprova o Regimento do Conselho de Recursos Fiscais.

DOE nº 173, de 14/09/1988, página 09

DECRETO Nº 10.863, DE 21 DE SETEMBRO DE 1988.

Aprova o Regimento Interno da Delegacia Especial de Crimes contra a Fazenda Pública Estadual.

DOE nº 195, de 17/10/1988, página 16

1989**LEI Nº 4.918, DE 31 DE JANEIRO DE 1989.**

Altera dispositivos da Lei Delegada nº 195, de 19 de julho de 1984, que reorganiza o Sistema Estadual de Finanças e Crédito e dá outras providências.

DOE nº 22, de 31/01/1989, página 46

1991**LEI Nº 5.090, DE 14 DE MARÇO DE 1991.**

Dispõe sobre a reestruturação do Poder Executivo do Estado e dá outras providências.

DOE nº 49, de 14/03/1991, página 02

DECRETO Nº 11.807, DE 05 DE ABRIL DE 1991.

Dispõe sobre a organização básica da Secretaria de Estado da Economia e dá outras providências.

DOE nº 68, de 11/04/91, página 02

DECRETO Nº 11.809, DE 08 DE ABRIL DE 1991.

Aprova normas de administração orçamentário-financeira e de contabilidade para os órgãos da Administração Direta, visando criar condições para o processamento eletrônico integrado.

DOE nº 69, de 12/04/91, página 02

DECRETO Nº 11.834, DE 25 DE ABRIL DE 1991.

Dispõe sobre a adoção de medidas para cumprimento do disposto no artigo 24 da Lei nº 5.090, de 14 de março de 1991, e dá outras providências.

DOE nº 81, de 30/04/1991, página 02

DECRETO Nº 12.036, DE 03 DE SETEMBRO DE 1991.

Dispõe sobre a organização básica da Secretaria de Estado da Economia e dá outras providências.

DOE nº 177, de 13/09/1991, página 12

DECRETO Nº 12.056, DE 10 DE SETEMBRO DE 1991.

Dispõe sobre a Reforma Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 180, de 18/09/1991, página 02

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ
--

1991

DECRETO Nº 12.058, DE 10 DE SETEMBRO DE 1991.

Aprova o Regimento da Secretaria de Estado da Economia.

DOE nº 180, de 18/09/1991, página 03

1993

LEI Nº 5.632, DE 22 DE JANEIRO DE 1993.

Dispõe sobre a nova denominação da Secretaria de Estado da Economia, sua reestruturação e dá outras providências.

DOE nº 15, de 22/01/93, página 03

LEI Nº 5.643, DE 08 DE FEVEREIRO DE 1993.

Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Administração Estadual e dá outras providências.

DOE nº 38, de 25/02/1993, página 03

DECRETO Nº 13.153, DE 13 DE JULHO DE 1993.

Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Fazenda e dá outras providências.

DOE nº 137, de 20/07/1993, página 17

1994

DECRETO Nº 13.667, DE 03 DE JANEIRO DE 1994.

Transforma a Exatoria de São Luís em Posto de Fiscalização e Arrecadação e extingue o Posto Fiscal do Tesouro da 1ª DRF - São Luís.

DOE nº 11, de 17/01/1994, página 86

DECRETO Nº 13.729, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1994.

Altera o anexo VI do Decreto nº 13.153, de, 13 de julho de 1993, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Fazenda e acrescenta dispositivos no art. 2º do Decreto nº 13.667, de 03 de janeiro de 1994.

DOE nº 40, de 28/02/1994, página 16

DECRETO Nº 13.752, DE 14 DE MARÇO DE 1994.

Aprova o Regimento da Secretaria de Estado da Fazenda e dá outras providências.

DOE nº 05 de 18/03/1994, página 23

DECRETO Nº 13.841, DE 06 DE MAIO DE 1994.

Introduz modificações no Decreto nº 13.153/93, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Fazenda e dá outras providências.

DOE nº 91, de 12/05/1994, página 03

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ
--

1995

LEI Nº 6.272, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 27, de 07/02/95, página 09

DECRETO Nº 14.434, DE 07 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Fazenda e dá outras providências

DOE nº 28, de 08/02/95, página 17

SECRETARIAS ESSENCIAIS

- **SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO**
- **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**
- **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**
- **SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO -
SAGRIMA**

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SAGRIMA

NATUREZA	BASE LEGAL DE CRIAÇÃO	FUNÇÃO
Administração Direta	Lei nº 1.704, de 31 de dezembro de 1958.	Órgão Auxiliar do Governador

A **SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA** é criada em 1958, tendo a seu cargo os serviços relativos à agricultura, terra, colonização e imigração.

A sua estrutura fica composta pelos Departamentos de Produção Vegetal, Animal e Mineral e de Economia Agrícola e de Terras, Geografia, Colonização e Imigração.

Em 1959, por meio de decreto, é aprovado o Regulamento da **SECRETARIA DE ESTADOS DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA**.

ELEMENTOS HISTÓRICOS

Em 1961, é criado o **Serviço de Assistência ao Cooperativismo - SAC**.

Em 1965, é criado na **SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA** o **Departamento de Assistência ao Cooperativismo - DAC** e fica extinto o **Serviço de Assistência ao Cooperativismo - SAC**.

Em 1969, com a reorganização da **SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA** são criados na sua estrutura o **Centro de Pesquisas Agronômicas do Maranhão - CEPAMA** e as **Delegacias Regionais**. A **SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA** passa então à denominação de **SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DO MARANHÃO - SAGRIMA**.

Em 1970, a **Divisão de Assistência ao Cooperativismo** da **Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão - SUDEMA** é transferida para a **SAGRIMA**, a qual é transformada em Seção do Cooperativismo.

No ano de 1972, é modificada a estrutura dos Departamentos de Desenvolvimento Agrário, de Pesquisa e Experimentação e o de Produção da **SAGRIMA**.

Em 1975, são criadas duas empresas públicas: a **Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Maranhão - EMATER - MA** e a **Empresa Maranhense de Pesquisas Agropecuárias - EMAPA**, que ficam vinculadas à **SAGRIMA**.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SAGRIMA
--

Em 1976, o **SISTEMA ESTADUAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO** é organizado e a **SAGRIMA**, órgão central do Sistema, é reorganizada tendo como órgãos vinculados a **Companhia de Mecanização Agrícola do Maranhão - CIMEC**, a **Companhia Maranhense de Colonização - COMARCO**, a **Companhia Industrial de Produtos Pecuários do Maranhão - COPEMA** e as empresas **EMATER** e **EMAPA**.

Ainda em 1976, são criados o **Conselho de Agricultura e Abastecimento - CONAB** e o **Conselho Estadual de Proteção Ambiental - CEPRAM**. As Delegacias Regionais são transformadas em Diretorias Regionais de Agricultura.

Em 1979, com as modificações ocorridas na Administração Estadual, o Poder Executivo Estadual é constituído de Governadoria e Sistemas Executivos, sendo um destes, o **SISTEMA ESTADUAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO**, o qual é reorganizado. A **SECRETARIA DE AGRICULTURA** é reestruturada, como órgão central do Sistema, tendo como órgãos vinculados a **CIMEC**, a **COPEMA**, a **EMATER**, as **Centrais de Abastecimento do Maranhão S/A - CEASA - MA** e a **Companhia Maranhense de Revenda e Classificação - REVENDA**.

Em 1982, por meio de lei, é criada a **BIBLIOTECA ESTADUAL DE AGRICULTURA**, incluída na estrutura da **SAGRIMA**.

Em 1984, com a reorganização do Poder Executivo Estadual, o **Sistema Estadual de Agricultura e Abastecimento** e a **SECRETARIA DE AGRICULTURA** são reorganizados e passam a vincular-se à **SAGRIMA** a **Companhia Maranhense de Abastecimento - COMABA** e a **Companhia de Defesa e Promoção Agropecuária - CODAGRO**.

No mesmo ano, na estrutura da **SECRETARIA DE AGRICULTURA** são encontradas as seguintes Coordenadorias: de Produção Animal, de Produção Vegetal, de Abastecimento, de Irrigação e de Abastecimento de Água Rural.

Em 1987, o Poder Executivo Estadual autoriza a transformação das Diretorias Regionais em Subsecretarias Regionais.

Em 1987, o Sistema Estadual de Agricultura e Abastecimento passa a denominar-se **Sistema Estadual de Agricultura** e tem como órgão central a **SECRETARIA DE AGRICULTURA**. Vinculados ao Sistema ficam a **EMATER**, a **EMAPA**, a **CIMEC** e a **CODAGRO**.

É criado o **Sistema Estadual de Abastecimento**, o qual fica responsável pelas atividades relacionadas com o abastecimento de produtos agropecuários e pesqueiros e tem a vinculação da **COPEMA**, da **CEASA - MA** e da **COMABA**. Como órgão central, é criada a **SECRETARIA DE ABASTECIMENTO**. No âmbito da Secretaria fica o **Grupo Executivo de Defesa do Consumidor - GEDEC** e é instituído o **Programa Estadual de Defesa ao Consumidor - PROCON**. Fica criado o **Parque de Exposições Agropecuárias "Governador Luiz Rocha"**.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SAGRIMA
--

Em 1991, com a reestruturação do Poder Executivo do Estado, os Sistemas criados em 1987 são reunidos em um só: **Sistema Estadual de Agricultura, Abastecimento e Irrigação** e a Secretaria de Agricultura passa a denominar-se **SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E IRRIGAÇÃO - SEABI**, ficando extintas as Secretarias de Desenvolvimento Rural e Irrigação e a Secretaria de Abastecimento, transferindo suas funções para a SEABI.

Em 1995, novas transformações são realizadas na Administração Estadual e a **SEABI** é reorganizada denominando-se **SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SAGRIMA**, passando a fazer parte do grupo das **SECRETARIAS ESSENCIAIS**, com os seguintes órgãos vinculados: **EMATER, Companhia Maranhense de Desenvolvimento Agroindustrial e Abastecimento - CODEA** e o **Instituto de Colonização e Terras do Maranhão - ITERMA**.

COMPETÊNCIAS

Compete à **SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO**:

- 1) auxiliar o Governo na formulação da política estadual da agricultura, abastecimento e irrigação, competindo-lhe promover o desenvolvimento das atividades agropecuárias, dentro dos princípios de formulação de métodos de produção, pesquisa e experimentação, difundindo as atividades técnicas da agricultura, da pesca e pecuária;
- 2) exercer vigilância e promover a defesa e inspeção de produtos de origem animal e vegetal;
- 3) supervisionar as atividades relacionadas com o abastecimento e comercialização de produtos agropecuários;
- 4) Proceder aos estudos necessários à reorganização e melhoria de vida rural e de situação fundiária;
- 5) promover e executar os planos governamentais relativos à Reforma Agrária, de modo a contribuir para fixação do homem no campo e para eliminação de conflitos de terra;
- 6) introduzir práticas de fertilidade dos solos;
- 7) desenvolver e fortalecer o cooperativismo, com a promoção de programas de irrigação e administração dos parques de exposições do Estado, podendo exercer outras atribuições necessárias ao cumprimento de suas finalidades, nos termos do seu regimento.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SAGRIMA
--

LEGISLAÇÃO**1958****LEI Nº 1.704, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1958.**

Cria a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e dá outras providências.

DOE nº 285, de 31/12/1958, página 86

1959**DECRETO Nº 1.448, DE 08 DE MAIO DE 1959.**

Aprova o Regulamento para a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura.

DOE nº 113, de 21/05/1959, página 01

1961**DECRETO Nº 1.848, DE 17 DE ABRIL DE 1961.**

Cria o Serviço de Assistência ao Cooperativismo.

DOE nº 87, de 19/04/1961, página 01

1965**DECRETO Nº 3.019, DE 1º DE ABRIL DE 1965.**

Cria na Secretaria dos Negócios da Agricultura, o Departamento de Assistência ao Cooperativismo - DAC e dá outras providências.

DOE nº 79, de 08/04/1965, página 01

1968**LEI Nº 2.839, DE 10 DE MAIO DE 1968.**

Dispõe sobre as Diretrizes Básicas do Processo de Reorganização da Administração do Poder Executivo e dá outras providências.

DOE nº 99, de 29/05/1968, página 01

1969**LEI DELEGADA Nº 28, DE 17 DE JULHO DE 1969.**

Reorganiza a Secretaria da Agricultura e dá outras providências.

DOE nº 142, de 01/08/1969, página 01

DECRETO Nº 3.990, DE 15 DE OUTUBRO DE 1969.

Aprova o Regimento da Secretaria da Agricultura.

DOE nº 205, de 30/10/69, página 07

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SAGRIMA
--

1970

DECRETO Nº 4.196, DE 13 DE AGOSTO DE 1970.

Exclui a Divisão de Assistência ao Cooperativismo - DAC da atual estrutura interna da Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão - SUDEMA, transferindo-a para a Secretaria de Agricultura do Estado e dá outras providências.

DOE nº 150, de 14/08/1970, página 01

1971

DECRETO Nº 4.360, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1970.

Aprova o Regimento dos Departamentos de Desenvolvimento Agrário e de Pesquisas e Experimentação e dá outras providências.

DOE nº 07, de 12/01/1971, página 01

1972

LEI Nº 3.243, DE 25 DE MAIO DE 1972.

Modifica a estrutura de Departamentos na Secretaria de Agricultura e dá outras providências.

DOE nº 113, de 15/06/1972, página 01

LEI Nº 3.254, DE 26 DE JUNHO DE 1972.

Cria o Sistema Estadual de Planejamento e dá outras providências.

DOE nº 121, de 27/06/1972, página 04

1975

LEI Nº 3.671, DE 17 DE OUTUBRO DE 1975.

Autoriza a criação de empresa pública, sob a denominação de Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Maranhão - EMATER - MA e dá outras providências.

DOE nº 201, de 23/10/1975, página 03

LEI Nº 3.672, DE 20 DE OUTUBRO DE 1975.

Autoriza a criação de empresa pública, sob a denominação de Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária - EMAPA e dá outras providências.

DOE nº 201, de 23/10/1975, página 01

1976

LEI DELEGADA Nº 108, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1976.

Organiza o Sistema Estadual de Agricultura e Abastecimento, reorganiza a Secretaria de Agricultura e dá outras providências.

DOE nº 248, de 31/12/1976, página 17

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SAGRIMA
--

1977

DECRETO Nº 6.575, DE 18 DE JULHO DE 1977.

Aprova o Regimento da Secretaria de Agricultura e dá outras providências.

DOE nº 150, de 11/08/1977, página 01

1978

DECRETO Nº 6.887, DE 03 DE AGOSTO DE 1978.

Dispõe sobre a estrutura, objetivos e funcionamento do Conselho de Agricultura e Abastecimento, órgão integrante do Sistema Estadual de Agricultura e Abastecimento.

DOE nº 152, de 14/08/1978, página 01

1979

LEI Nº 4.011, DE 26 DE ABRIL DE 1979.

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa Estadual e dá outras providências.

DOE nº 81, de 27/04/1979, página 01

LEI Nº 4.018, DE 26 DE ABRIL DE 1979.

Dispõe sobre a reorganização do Sistema Estadual de Agricultura e Abastecimento, reestrutura a Secretaria de Agricultura e dá outras providências.

DOE nº 92, de 15/05/1979, página 01

LEI Nº 4.132, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1979.

Dá nova redação à alínea b, do inciso IV, artigo 5º da Lei nº 4.018, de 26 de abril de 1979, cria cargos em comissão e dá outras providências.

DOE nº 245, de 21/12/1979, página 01

1980

DECRETO Nº 7.616, DE 30 DE ABRIL DE 1980.

Aprova o Regimento da Secretaria de Agricultura.

DOE nº 89, de 13/05/1980, página 01

1981

LEI Nº 4.352, DE 31 DE OUTUBRO DE 1981.

Altera a Lei nº 4.011, de 26 de abril de 1979, e dá outras providências.

DOE nº 214, de 16/11/1981, página 05

1982

LEI Nº 4.453, DE 13 DE JULHO DE 1982.

Altera a Lei nº 4.018, de 26 de abril de 1979, cria a Biblioteca Estadual de Agricultura e dá outras providências.

DOE nº 138, de 23/07/1982, página 01

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SAGRIMA
--

1983**LEI Nº 4.520, DE 25 DE OUTUBRO DE 1983.**

Autoriza o Poder Executivo a extinguir, criar, reformular, reestruturar, reorganizar, incorporar, fundir e desmembrar órgãos e empresas públicas, sociedades de economia mista estaduais e fundações instituídas pelo poder público estadual.

DOE nº 205, de 31/10/1983, página 46

LEI Nº 4.524, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1983.

Dá nova redação e acrescenta parágrafos do artigo 1º da Lei nº 4.520, de 25 de outubro de 1983.

DOE nº 214, de 14/11/1983, página 03

1984**LEI DELEGADA Nº 161, DE 04 DE JULHO DE 1984.**

Dispõe sobre a estrutura, composição e competências do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

DOE nº 126, de 04/07/1984, página 15

LEI DELEGADA Nº 175, DE 16 DE JULHO DE 1984.

Dispõe sobre a reorganização do Sistema Estadual de Agricultura e Abastecimento e dá outras providências.

DOE nº 134, de 16/07/84, página 16

LEI Nº 4.622, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1984.

Dá nova redação a dispositivos da Lei Delegada nº175, de 16 de julho de 1984, que reorganiza o Sistema Estadual de Agricultura e Abastecimento e dá outras providências.

DOE nº 242, de 19/12/1984, página 05

1987**DECRETO Nº 10.366, DE 11 DE MARÇO DE 1987.**

Cria o Conselho de Administração do Parque de Exposições Agropecuárias "Governador Luiz Rocha" e dá outras providências.

DOE nº 49, de 13/03/1987, página 40

DECRETO Nº 10.376, DE 15 DE MARÇO DE 1987.

Cria a Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento Rural e Irrigação e o respectivo cargo de Secretário.

DOE nº 50, de 16/03/87, página 21

DECRETO Nº 10.378, DE 15 DE MARÇO DE 1987.

Cria a Secretaria Extraordinária de Abastecimento do Estado do Maranhão e o respectivo Cargo de Secretário.

DOE nº 50, de 16/03/1987, página 22

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SAGRIMA

1987

LEI Nº 4.761, DE 06 DE ABRIL DE 1987.

Dispõe sobre a criação e organização do Sistema Estadual de Abastecimento e dá outras providências.

DOE nº 67, de 08/04/1987, página 23

LEI Nº 4.762, DE 06 DE ABRIL DE 1987.

Dispõe sobre a criação e organização do Sistema Estadual de Desenvolvimento Rural e Irrigação e dá outras providências.

DOE nº 67, de 08/04/1987, página 26

LEI Nº 4.770, DE 21 DE MAIO DE 1987.

Dispõe sobre a organização do Sistema Estadual de Agricultura e dá outras providências.

DOE nº 95, de 22/05/1987, página 24

DECRETO Nº 10.445, DE 24 DE JUNHO DE 1987.

Estabelece normas para o cumprimento e execução dos encargos de fiscalização assumidos entre o Estado do Maranhão e a Superintendência Nacional do Abastecimento - SUNAB.

DOE nº 120, de 30/06/1987, página 8

DECRETO Nº 10.451, DE 03 DE JULHO DE 1987.

Institui o Programa Estadual de Defesa do Consumidor - PROCON.

DOE nº 124, de 06/07/1987, página 20

LEI Nº 4.779, DE 03 DE JULHO DE 1987.

À Secretaria de Minas, Energia e Meio Ambiente são transferidos os direitos e responsabilidades relacionados com a área de pesquisas e estudos de recursos hídricos, inclusive os decorrentes de acordos, ajustes e contratos com pessoas de direito público ou privado a cargo da Secretaria de Agricultura e Interior.

DOE nº 124, de 06/07/1987, página 18

LEI Nº 4.791, DE 08 DE JULHO DE 1987.

Altera a redação do art. 17 da Lei Delegada nº 161/84, autoriza a criação de Subsecretaria Regional e a transformação de Delegacias e Diretorias Regionais em Subsecretarias Regionais e dá outras providências.

DOE nº 132, de 16/07/1987, página 6

DECRETO Nº 10.454, DE 08 DE JULHO DE 1987.

Delega competência à Secretaria de Abastecimento e dá outras providências.

DOE nº 132, de 16/07/1987, página 5

DECRETO Nº 10.464, DE 24 DE JULHO DE 1987.

Transforma Delegacia e Diretorias Regionais em Subsecretarias Regionais e dá outras providências.

DOE nº 153, de 17/08/1987, página 14

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SAGRIMA
--

1987

DECRETO Nº 10.485, DE 14 DE AGOSTO DE 1987.

Aprova o Regimento da Secretaria de Abastecimento.

DOE nº 153, de 17/08/87, página 14

DECRETO Nº 10.549, DE 24 DE SETEMBRO DE 1987.

Aprova o Regimento da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Irrigação e dá outras providências.

DOE nº 182, de 28/09/87, página 10

1991

LEI Nº 5.090, DE 14 DE MARÇO DE 1991.

Dispõe sobre a Reestruturação do Poder Executivo do Estado e dá outras providências.

DOE nº 49, de 14/03/1991, página 02

DECRETO Nº 11.806, DE 02 DE ABRIL DE 1991.

Dispõe sobre a organização básica da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Irrigação e dá outras providências.

DOE nº 62, de 03/04/1991, página 02

DECRETO Nº 11.965, DE 29 DE JULHO DE 1991.

Aprova o Regimento da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Irrigação.

DOE nº 145, de 31/07/1991, página 20

DECRETO Nº 12.056, DE 19 DE SETEMBRO DE 1991.

Dispõe sobre a Reforma Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 180, de 18/09/1991, página 02

1993

LEI Nº 5.643, DE 08 DE FEVEREIRO DE 1993.

Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Administração Estadual e dá outras providências.

DOE nº 38, de 25/02/1993, página 03

1994

DECRETO Nº 13.718, DE 22 DE FEVEREIRO DE 1994.

Transforma Diretoria Regional em Subsecretaria e dá outras providências.

DOE nº 40, de 28/02/1994, página 03

1995

LEI Nº 6.272, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 27, de 07/02/1995, página 09

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SAGRIMA
--

1995

DECRETO Nº 14.431, DE 07 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - SAGRIMA e dá outras providências.

DOE nº 28, de 08/02/1995, página 15

DECRETO Nº 14.551, DE 15 DE MAIO DE 1995.

Dispõe sobre a organização da Companhia Maranhense de Desenvolvimento Agroindustrial e Abastecimento S.A. - CODEA, e dá outras providências.

DOE nº 96, de 19/05/1995, página 04

DECRETO Nº 14.609, DE 13 DE JUNHO DE 1995.

Altera o Decreto nº 14.551, de 15.05.95, que organiza a Companhia Maranhense de Desenvolvimento Agroindustrial e Abastecimento S.A.- CODEA e dá outras providências.

DOE nº 116, de 19/06/1995, página 02

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEEDUC

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEEDUC

NATUREZA	BASE LEGAL DE CRIAÇÃO	FUNÇÃO
Administração Direta	Decreto nº 1.435, de 30 de dezembro de 1946.	Órgão Auxiliar do Governador

A **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA** é criada em 1946 devido à reestruturação do aparelho administrativo do Estado, compondo o Departamento de Educação: Seção de Controle e Rendimento Escolar, Seção de Canto Orfeônico; Seção de Trabalhos Manuais, Seção de Orientação e Fiscalização de Ensino Primário, Instituto de Educação, Colégio Estadual, Cinema Educativo, Serviço de Educação Física, Serviço Dentário, Instrução Primária e Estação Transmissora P.R.J - 9. A Biblioteca Pública também integra a estrutura dessa Secretaria.

ELEMENTOS HISTÓRICOS

A **SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE EDUCAÇÃO E CULTURA** é criada em 1953, integrando os seguintes órgãos administrativos: Diretoria Geral, Seção de Administração, Superintendências do Ensino Secundário, do Ensino Normal, do Ensino Primário e Pré-Primário da Capital, do Ensino Primário e do Pré-Primário do Interior e Serviço Dentário.

Em 1962, é criado o **Conselho Estadual De Educação** tendo entre outras atribuições a de elaborar a Lei de Ensino do Estado do Maranhão, adaptando-se à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Em 1963, fica constituído um Grupo de Trabalho para elaborar o Plano de Ampliação do **Sistema de Educação do Estado**, a ser alcançado com a ampliação dos recursos provenientes da Aliança para o Progresso. Ainda nesse ano, é aprovado o Regimento Interno do **Conselho Estadual de Educação**.

Em 1964, é aprovado o Regulamento da **SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO E CULTURA** e o **Sistema de Educação do Estado** tem nova organização ficando definido por lei que o Sistema de Ensino do Estado do Maranhão terá organização contínua e progressiva, compreendendo a educação de ensino fundamental, médio e superior e, paralelamente, de excepcionais e a supletiva de menores e adultos.

Em 1965, é incluído na Assessoria Técnica da **SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO E CULTURA** o **Setor de Aperfeiçoamento do Magistério** e o Fundo Estadual do Ensino Primário passa a denominar-se **Fundo Estadual de Educação – FEE**.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEEDUC

Em 1969, através de Lei Delegada, é reorganizada a **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**, tendo como Entidades de Administração Descentralizada: a **Escola de Administração**, a **Escola de Engenharia**, a **Faculdade de Formação de Professores de Ensino Médio** e a **Rádio Timbira**. Como órgãos colegiados o **Conselho Estadual de Educação** e o **Conselho Estadual de Cultura**.

O Departamento de Cultura da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA** passa a ter a seguinte estrutura: **Divisões de Atividades Artísticas**, de **Documentação e Patrimônio Cultural** e de **Biblioteca** e de **Museus**.

Fica transferido para a **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA** todo o acervo patrimonial pertencente ao Serviço de Transporte da extinta Secretaria de Administração.

Em 1971, é criada a **Faculdade de Formação de Professores do Ensino Médio** cuja finalidade é educar, instruir e formar para a vida adulta e é transformado em Departamento o atual Serviço de Educação Física, Recreação e Esportes da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**.

Em 1972, o **Conselho Estadual de Educação** é reorganizado integrando em sua estrutura a Secretaria Geral, os Serviços de Biblioteca, Publicação e Comunicações.

Em 1973, a **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO** é reorganizada tendo como competência o ensino de 1º e 2º graus e o supletivo, ficando como órgãos vinculados as **Escolas de Administração**, de **Engenharia**, a **Faculdade de Caxias**, o **Fundo Estadual de Educação** e o **Conselho Estadual de Educação**. Ainda em 1973, é criado o **Estatuto do Magistério do 1º e 2º graus do Estado**.

Em 1977, o **Sistema de Educação, Cultura e Desportos** é organizado e é reestruturada a **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, como órgão central, com a vinculação da **Fundação Maranhense de Televisão - FMTVE**, da **Fundação das Escolas Superiores do Maranhão - FESM**, da **Fundação Cultural do Maranhão - FUNC** e do **Fundo Estadual de Educação - FEE**.

São transformadas em Diretorias Regionais de Educação as Delegacias Regionais de Educação.

Em 1978, é aprovado o Regimento Interno da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**.

No ano de 1979, o **Sistema de Educação, Cultura e Desportos** passa a denominar-se **Sistema Estadual de Educação e Cultura**, conforme reorganização do Poder Estadual e a **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO** fica com a vinculação da **FEE**, **FMTVE**, **FUNC**, **FESM** e **Rádio Timbira** e posteriormente, nesse mesmo ano, é criada a **Fundação Educacional do Maranhão - FEM**. A **FMTVE** e a **FEE**, órgãos integrantes do **Sistema Estadual de Educação e Cultura**, vinculados à **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, são reorganizados.

Em 1980, é criado um **Conselho de Apoio Comunitário - CAC**, junto a cada Estabelecimento de Ensino de 1º e 2º graus.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEEDUC

Em 1981, o Instituto Maranhense de Cultura é organizado sendo vinculado à **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**. Nesse ano, de acordo com alteração de lei, o **Sistema Estadual de Educação e Cultura** passa a denominar-se **Sistema Estadual de Educação**.

Em 1984, o **Sistema Estadual de Educação** e a **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO** são reorganizados de acordo com a Reforma do Poder Executivo, vinculando - se a **Universidade Estadual do Maranhão - UEMA**, a **FEE** e o **Instituto Maranhense de Tecnologia Educacional - IMTEC-TVE**.

O nível de Gerência fica composto pelo Superintendente Geral de Ensino e o Superintendente Geral de Administração e o nível de Administração Superior, pelo Conselho Estadual de Educação e o Secretário.

Em 1987, conforme determinação do Poder Executivo, as Delegacias e Diretorias Regionais na área de educação são transformadas em Subsecretarias Regionais, as quais são responsáveis pelas atividades interiorizadas da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**.

Em 1991, com as modificações que sofre o Poder Executivo, o **Sistema Estadual de Educação** continua a fazer parte dos Sistemas Executivos e a **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO** é reorganizada, passando a denominar-se **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEEDUC**, tendo como órgãos vinculados a **UEMA** e **FEE**, como órgão Colegiado o **Conselho Estadual de Educação** e no nível de Atuação Programática as **Coordenadorias de Ensino do 1º e 2º graus**, **Especial de Ensino**, **de Inspeção Escolar**, **de Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal do Magistério** e de **Relações Externas**.

Em 1993, a **SEEDUC** passa a ser o órgão executor do Projeto de Educação Básica para o Nordeste no Estado do Maranhão e são instituídas a **Unidade Encarregada do Suporte ao Projeto - UEESP** e a **Comissão Estadual para a implantação dos Centros de Atenção à Criança e ao Adolescente - CAICs**. Por meio de lei, é criada a **FUNDAÇÃO NICE LOBÃO** e a reorganização na **SEEDUC** implanta na sua estrutura as Superintendências nos níveis de Execução Instrumental e Execução Programática. Como órgãos vinculados ficam a **UEMA**, **FEE** e a **Fundação Nice Lobão** e como órgão atípico, o **Conselho Estadual de Educação**.

Em 1994, é criada a **Subsecretaria de Estado da Educação para Assuntos de Ensino** e a Subsecretaria de Educação passa a denominar-se Subsecretaria de Estado da Educação para Assuntos de Administração. Fica instituída como órgão desconcentrado a Superintendência de Projetos Especiais, tendo em sua estrutura a Diretoria do CAIC.

Ainda em 1994, para traçar as diretrizes para a política de educação escolar indígena, é criado o **Núcleo de Educação Indígena – NEI** a Divisão do Estatuto do Magistério - **DEM**, para aplicação do Estatuto. É criada a **Comissão Estadual de Educação à Distância**.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEEDUC

Em 1995, com a Reorganização Administrativa do Estado, a **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEEDUC** passa a fazer parte integrante do grupo das **SECRETARIAS ESSENCIAIS** sendo reorganizada nesse mesmo ano, integrando sua estrutura, como órgão atípico, a **Superintendência dos CAICs** e a **Fundação Nice Lobão**, como entidade da Administração Indireta vinculada.

Ainda neste ano, é criado, junto às Unidades Estaduais de Ensino, o **Colegiado Escolar** como órgão representativo da comunidade escolar, de caráter deliberativo e consultivo nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira das escolas da rede pública estadual e são incluídas na programação das escolas noções sobre técnicas agrícolas e educação preventiva sobre consumo de álcool, tabaco e outras drogas. Ficam regulamentadas as atividades do **Fundo Estadual de Educação**.

COMPETÊNCIAS

Compete à **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**:

- 1) a execução, supervisão e controle da ação do Governo relativa à educação;
- 2) o controle e fiscalização do funcionamento de estabelecimentos de ensino, de diferentes graus e níveis, públicos e particulares;
- 3) o apoio e orientação à iniciativa privada;
- 4) a perfeita articulação com o Governo Federal em matéria de política e de legislação educacional;
- 5) o estudo, pesquisa e avaliação permanente de recursos financeiros para custeio e investimento do sistema nos processos educacionais;
- 6) a assistência e orientação aos municípios, a fim de habituá-los a absorver responsabilidades crescentes no oferecimento, operação e manutenção dos equipamentos educacionais;
- 7) a integração das iniciativas de caráter organizacional e administrativo na área de educação com os sistemas financeiro, de planejamento, da agricultura, da ação social e da saúde pública;
- 8) a pesquisa, o planejamento e a prospecção permanente das características e qualificações do magistério e da população estudantil e a atuação corretiva compatível com os problemas conhecidos;
- 9) outras atividades correlatas, nos termos do seu regimento.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEEDUC**LEGISLAÇÃO****1946****DECRETO Nº 1.435, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1946.**

Reestrutura o Aparelho Administrativo do Estado.

DOE nº 293, de 30/12/1946, página 03

1953**LEI Nº 934, DE 31 DE JULHO DE 1953.**

Cria a Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, muda a atual denominação da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública e dá outras providências.

DOE nº 182, de 13/08/1953, página 01

1962**LEI Nº 2.235, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1962.**

Cria o Conselho Estadual de Educação e dá outras providências.

DOE nº 284, de 31/12/1962, página 07

1963**DECRETO Nº 2.354, DE 25 DE JANEIRO DE 1963.**

Fica constituído um Grupo de Trabalho para elaborar o Plano de Ampliação do Sistema de Educação do Estado, a ser alcançado com a aplicação dos recursos provenientes da Aliança para o Progresso.

DOE nº 39, de 16/02/1963, página 01

DECRETO Nº 2.356, DE 28 DE JANEIRO DE 1963.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Educação.

DOE nº 34, de 11/02/1963, página 01

1964**LEI Nº 2.377, DE 09 DE JUNHO DE 1964.**

Inclui no Sistema de Classificação de Cargos de Serviço Civil do Poder Executivo do Estado do Maranhão a classe única de Professor Regente nível 7 e dá outras providências.

DOE nº 133, de 18/06/1964 página 01

1965**DECRETO Nº 2.687, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1964.**

Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura.

DOE nº 25, de 30/01/1965, página 01

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEEDUC**1965****DECRETO Nº 2.894, DE 19 DE JANEIRO DE 1965.**

Introduz novo setor na Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura.

DOE nº 18, de 22/01/1965, página 01

1956**LEI Nº 2.557, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1965.**

Modifica a estrutura e o nome do Fundo Estadual do Ensino Primário, criado pela Lei nº 2.071, e dá outra denominação.

DOE nº 52, de 05/03/1965, página 01

1968**LEI Nº 2.839, DE 10 DE MAIO DE 1968.**

Dispõe sobre as Diretrizes Básicas do Processo de Reorganização da Administração do Poder Executivo e dá outras providências.

DOE nº 99, de 29/05/1968, página 01

LEI Nº 2.353, DE 25 DE MARÇO DE 1964.

Dá nova organização ao Sistema de Educação do Estado.

DOE nº 129, de 10/07/68, página 01

1969**LEI DELEGADA Nº 16, DE 07 DE MAIO DE 1969.**

Reorganiza a Secretaria da Educação e Cultura, dispõe sobre o Conselho Estadual de Educação e sobre o Conselho Estadual de Cultura e dá outras providências.

DOE nº 87, de 13/05/1969, página 01

DECRETO Nº 3.928, DE 12 DE JUNHO DE 1969.

Fica transferido para a Secretaria de Educação e Cultura todo o acervo patrimonial pertencente ao Serviço de Transporte da extinta Secretaria de Administração.

DOE nº 113, de 20/06/1969, página 01

DECRETO Nº 3.972, DE 15 DE SETEMBRO DE 1969.

Aprova o Regimento da Secretaria de Educação e Cultura.

DOE nº 200, de 22/10/1969, página 01

LEI DELEGADA Nº 34, DE 06 DE OUTUBRO DE 1969.

Altera a Lei Delegada no 16/69 de reorganização da Secretaria de Educação e Cultura e dá outras providências.

DOE nº 190, de 08/10/1969, página 02

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEEDUC**1971****DECRETO Nº 4.393, DE 08 DE MARÇO DE 1971.**

Cria a Faculdade de Formação de Professores do Ensino Médio, cria função gratificada e dá outras providências.

DOE nº 45, de 10/03/1971, página 01

LEI Nº 3.184, DE 15 DE OUTUBRO DE 1971.

Transforma em Departamento o atual Serviço de Educação Física, Recreação e Esportes da Secretaria de Educação e Cultura e dá outras providências.

DOE nº 200, de 25/10/1971, página 01

LEI Nº 3.223, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1971.

Altera a redação da Lei nº 3.184, de 15 de outubro de 1971, e dá outras providências.

DOE nº 230, de 10/12/1971, página 02

LEI Nº 3.225, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1971.

Institui a Fundação Cultural do Maranhão e dá outras providências.

DOE nº 243, de 29/12/1971, página 01

1972**LEI DELEGADA Nº 63, DE 1º DE AGOSTO DE 1972.**

Regula a composição e o funcionamento e amplia as atribuições do Conselho Estadual de Educação.

DOE nº 151, de 09/08/1972, página 01

1973**LEI DELEGADA Nº 64, DE 15 DE JANEIRO DE 1973.**

Dispõe sobre a reorganização administrativa da Secretaria de Educação.

DOE nº 29, de 09/02/1973, página 01

DECRETO Nº 5.064, DE 06 DE JULHO DE 1973.

Aprova o Regimento da Secretaria de Educação.

DOE nº 160, de 22/08/1973, página 01

LEI Nº 3.484, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1973.

Estatuto do Magistério do 1º e 2º graus do Estado do Maranhão.

DOE nº 249, de 31/12/1973, página 12

1974**LEI Nº 3.578, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1974.**

Dá nova redação à Lei nº 3.484, de 06 de dezembro de 1973, Estatuto do Magistério do 1º e 2º graus do Estado do Maranhão.

DOE nº 224, de 21/11/1974, página 01

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEEDUC**1975****DECRETO Nº 5.509, DE 17 DE JANEIRO DE 1975**

Dispõe sobre o funcionamento da Comissão de Aplicação do Regime Estatutário do Magistério e dá outras providências.

DOE nº 28, de 12/02/1975, página 01

DECRETO Nº 5.510, DE 17 DE JANEIRO DE 1975.

Regulamenta a Lei nº 3.947, de 09/05/1974.

DOE nº 27, de 07/02/1975, página 01

1977**LEI DELEGADA Nº 120, DE 26 DE SETEMBRO DE 1977.**

Organiza o Sistema de Educação, Cultura e Desportos, reestrutura a Secretaria de Educação e dá outras providências.

DOE nº 186, de 03/10/1977, página 01

1978**DECRETO Nº 6.835, DE 26 DE JUNHO DE 1978.**

Aprova o Regimento da Secretaria de Educação.

DOE nº 137, de 21/07/1978, página 01

1979**LEI Nº 4.011, DE 26 DE ABRIL DE 1979.**

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa Estadual e dá outras providências.

DOE nº 81, de 27/04/1979, página 01

LEI Nº 4.020, DE 26 DE ABRIL DE 1979.

Dispõe sobre a reorganização e altera a denominação do Sistema de Educação, Cultura e Desportos, reestrutura a Secretaria de Educação e dá outras providências.

DOE nº 91, de 14/05/1979, página 11

LEI Nº 4.028, DE 30 DE ABRIL DE 1979.

Cria a Fundação Educacional do Maranhão - FEM e dá outras providências.

DOE nº 92, de 15/05/1979, página 05

LEI Nº 4.126, DE 03 DE DEZEMBRO DE 1979.

Reorganiza a Fundação Maranhense de Televisão Educativa - FMTVE e dá outras providências.

DOE nº 244, de 20/12/1979, página 05

LEI Nº 4.129, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1979.

Reorganiza o Fundo Estadual de Educação - FEE, cria cargos em Comissão e dá outras providências.

DOE nº 244, de 20/12/1979, página 01

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEEDUC**1980****DECRETO Nº 7.848, DE 24 DE SETEMBRO DE 1980.**

Cria o Conselho de Apoio Comunitário - CAC, junto a Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º Graus da Rede Escolar do Estado e dá outras providências.

DOE nº 188, de 01/10/1980, página 01

LEI Nº 4.270, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1980.

Dispõe sobre o Estatuto do Magistério do 1º e 2º Graus do Estado do Maranhão.

DOE nº 245, de 23/12/1980, página 02

1981**LEI Nº 4.289, DE 03 DE JUNHO DE 1981.**

Dispõe sobre a organização do Instituto Maranhense de Tecnologia Educacional IMTEC- TVE e dá outras providências.

DOE nº 120, de 30/06/1981, página 01

LEI Nº 4.292, DE 03 DE JUNHO DE 1981.

Dispõe sobre a organização do Instituto Maranhense de Cultura e dá outras providências.

DOE nº 122, de 02/07/1981, página 01

LEI Nº 4.352, DE 31 DE OUTUBRO DE 1981.

Altera a Lei nº 4.011, de 26 de abril de 1979, e dá outras providências.

DOE nº 214, de 16/11/1981, página 05

1983**LEI Nº 4.520, DE 25 DE OUTUBRO DE 1983.**

Autoriza o Poder Executivo a extinguir, criar, reformular, reestruturar, reorganizar, incorporar, fundir e desmembrar órgãos e empresas públicas, sociedades de economia mista estaduais e fundações instituídas pelo poder público estadual.

DOE nº 205, de 31/10/1983, página 46

LEI Nº 4.524, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1983.

Dá nova redação e acrescenta parágrafos ao artigo 1º da Lei nº 4.520, de 25 de outubro de 1983.

DOE nº 214, de 14/11/1983, página 03

1984**LEI DELEGADA Nº 149, DE 1º DE JUNHO DE 1984.**

Dispõe sobre a reorganização do Sistema Estadual de Educação e dá outras providências.

DOE nº 106, de 04/06/1984, página 10

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEEDUC**1984****LEI DELEGADA Nº 161, DE 04 DE JULHO DE 1984.**

Dispõe sobre a estrutura, composição e competências do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

DOE nº 126, de 04/07/1984, página 15

LEI DELEGADA Nº 185, DE 18 DE JULHO DE 1984.

Dispõe sobre a extinção da Diretoria do Centro Educacional do Maranhão – CEMA e dá outras providências.

DOE nº 136, de 18/07/1984, página 11

LEI DELEGADA Nº 186, DE 18 DE JULHO DE 1984.

Dispõe sobre alteração da Lei Delegada nº 149, de 01 de junho de 1984, a qual reorganizou o Sistema Estadual de Educação e dá outras providências.

DOE nº 136, de 18/07/1984, página 11

1986**LEI Nº 4.738, DE 14 DE OUTUBRO DE 1986.**

Altera e introduz dispositivos no Estatuto do Magistério do 1º e 2º Graus, aprovado pela Lei nº 4.270, de 16 de dezembro de 1980, e dá outras providências.

DOE nº 209, de 30/10/1986, página 36

1987**LEI Nº 4.791, DE 08 DE JULHO DE 1987.**

Altera a redação do art. 17 da Lei Delegada nº 161/84, autoriza a criação de Subsecretaria Regional e a transformação de Delegacias e Diretorias Regionais em Subsecretarias Regionais e dá outras providências.

DOE nº 132, de 16/07/1987, página 06

DECRETO Nº 10.464, DE 24 DE JULHO DE 1987.

Transforma Delegacias e Diretorias Regionais em Subsecretarias Regionais e dá outras providências.

DOE nº 153, de 17/08/1987, página 14

1991**LEI Nº 5.090, DE 14 DE MARÇO DE 1991.**

Dispõe sobre a Reestruturação do Poder Executivo do Estado e dá outras providências.

DOE nº 49, de 14/03/1991, página 02

DECRETO Nº 11.858, DE 13 DE MAIO DE 1991.

Dispõe sobre a reorganização da estrutura básica da Secretaria de Estado da Educação e dá outras providências.

DOE nº 91, de 15/05/1991, página 02

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEEDUC**1991****DECRETO Nº 12.035, DE 03 DE SETEMBRO DE 1991.**

Dispõe sobre a organização básica da Secretaria de Estado da Educação e dá outras providências.

DOE nº 177, de 13/09/1991, página 04

DECRETO Nº 12.056, DE 10 DE SETEMBRO DE 1991.

Dispõe sobre a Reforma Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 180, de 18/09/1991, página 02

DECRETO Nº 11.742, DE 30 DE JANEIRO DE 1991.

Aprova o novo Regimento Interno do Conselho Estadual de Educação.

DOE nº 30, de 15/02/1991, página 07

1993**LEI Nº 5.643, DE 08 DE FEVEREIRO DE 1993.**

Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Administração Estadual e dá outras providências.

DOE nº 38, de 25/02/1993, página 03

DECRETO Nº 13.352, DE 1º DE OUTUBRO DE 1993.

Estabelece o órgão executor do Projeto de Educação Básica para o Nordeste no Estado do Maranhão e dá outras providências.

DOE nº 202, de 21/10/1993, página 01

DECRETO Nº 13.356, DE 04 DE OUTUBRO DE 1993.

Institui a Comissão Estadual para Implantação dos CAIC's no Maranhão e dá outras providências.

DOE nº 196, de 13/10/1993, página 01

DECRETO Nº 13.625, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1993.

Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Educação e dá outras providências.

DOE nº 242, de 21/12/1993, página 04

1994**DECRETO Nº 5.774, DE 15 DE OUTUBRO DE 1993.**

Dispõe sobre a criação da Fundação Nice Lobão e dá outras providências.

DOE nº 62, de 30/03/1994, página 02

LEI Nº 5.925, DE 23 DE MARÇO DE 1994.

Altera a estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Educação, cria cargo em Comissão e dá outras providências.

DOE nº 60, de 28/03/1994, página 01

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEEDUC**1994****DECRETO Nº 13.762, DE 23 DE MARÇO DE 1994.**

Aprova o Regimento da Secretaria de Estado da Educação - SEEDUC e dá outras providências.

DOE nº 61, de 29/03/1994, página 01

DECRETO Nº 13.838, DE 05 DE MAIO DE 1994.

Dispõe sobre a transferência de cargos da Casa Civil para a Secretaria de Estado da Educação, institui a desconcentração da Superintendência de Projetos Especiais e dá outras providências.

DOE nº 97, de 20/05/1994, página 01

DECRETO Nº 14.117, DE 31 DE AGOSTO DE 1994.

Cria o Núcleo de Educação Indígena - NEI, junto à Secretaria de Estado da Educação, para traçar as diretrizes para a Política de Educação Escolar Indígena do Maranhão, bem como assessorar, acompanhar e supervisionar a execução dessas atividades.

DOE nº 171, de 05/09/1994, página 01

DECRETO Nº 14.193, DE 28 DE SETEMBRO DE 1994.

Cria a Divisão do Estatuto do Magistério - DEM e dá outras providências.

DOE nº 192, de 06/10/1994, página 02

DECRETO Nº 14.239, DE 20 DE OUTUBRO DE 1994.

Cria a Comissão Estadual de Educação à Distância e dá outras providências.

DOE nº 206, de 27/10/1994, página 01

1995**DECRETO Nº 14.447, DE 15 DE FEVEREIRO DE 1995.**

Regulamenta as atividades do Fundo Estadual de Educação.

DOE nº 036, de 20/02/1995, página 02

LEI Nº 6.272, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 27, de 07/02/1995, página 09

DECRETO Nº 14.422, DE 07 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Educação e dá outras providências.

DOE nº 29, de 08/02/1995, página 04

DECRETO Nº 14.558, DE 22 DE MAIO DE 1995.

Dispõe sobre a instituição de Colegiado nas Unidades Estaduais de Ensino.

DOE nº 157, de 15/08/1995, página 01

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEEDUC**1995****LEI Nº 6.344, DE 13 DE JUNHO DE 1995.**

Inclui na programação escolar da rede de ensino oficial e particular de 1º e 2º graus, no Estado do Maranhão, a educação preventiva integral com respeito ao consumo de álcool, tabaco e outras drogas.

DOE nº 116, de 19/06/1995, página 05

PORTARIA Nº 1.242, DE 07 DE JULHO DE 1995.

Estabelece normas complementares para instituição funcionamento do Colegiado Escolar nas Unidades Estaduais de Ensino.

DOE nº 158, de 16/08/1995, página 04

LEI Nº 6.415, DE 15 DE SETEMBRO DE 1995

Inclui na programação das escolas públicas do Estado noções sobre técnicas agrícolas.

DOE nº 184, de 22/09/1995, página 11

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SES

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SES		
NATUREZA	BASE LEGAL DE CRIAÇÃO	FUNÇÃO
Administração Direta	Decreto nº 1.435, de 30 de dezembro de 1946.	Órgão Auxiliar do Governador

A **SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA** é criada em 1946, com a reestruturação do Aparelho Administrativo do Estado, tendo em sua estrutura o Departamento de Saúde Pública com: Seção Técnica, Distritos Sanitários, Serviços de Assistência Médica e Hospitalar, Serviço de Profilaxia de Lepra, Instituto Oswaldo Cruz, Hospital Colônia Nina Rodrigues e o Departamento Estadual da Criança, com Maternidade e Hospital Infantil.

ELEMENTOS HISTÓRICOS

O **Serviço Cooperativo de Saúde do Estado do Maranhão** é criado em 1963, sendo integrado à **SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**.

Em 1969, a **SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL** é reorganizada, passando a denominar-se **SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA**, tendo o assessoramento jurídico prestado pela Procuradoria Geral do Estado.

Em 1977, é organizado o **Sistema de Saúde** e a **SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA - SES**, como órgão central do Sistema, tem no nível de Atuação Programática as Coordenações de Assistência Médica, de Odontologia Sanitária, de Vigilância Epidemiológica, de Ações Especiais e de Fiscalização. O **Conselho Estadual de Saúde** é regulamentado por decreto do Poder Executivo.

São transformadas em Diretorias Regionais as Delegacias Regionais de Saúde.

Em 1978, com a alteração na estrutura da **SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA**, é criada na Coordenação de Ações Especiais a Divisão Materno-Infantil e na Coordenação de Assistência Médica são criadas as Divisões de Medicamentos Básicos e de Laboratório de Saúde e é extinta a Divisão de Atividades de Apoio.

Em 1979, é criada a **Fundação Hospitalar do Maranhão**, órgão integrante do **Sistema Estadual de Saúde**, vinculando-se à **SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA** com a finalidade de executar a política de saúde hospitalar do Estado.

Ainda em 1979, com a reorganização administrativa Estadual, o **Sistema Estadual de Saúde** passa a denominar-se **Sistema Estadual de Saúde Pública** e a **SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA** é reorganizada. Fica constituído na **SECRETARIA DE SAÚDE** o Grupo de Trabalho para elaborar o Plano Integrado de Saúde.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SES

Em 1982, devido à alteração na estrutura da **SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA**, é criado o **Centro de Hemoterapia e Hematologia** no nível de Atuação Programática.

Em 1984, por meio de Lei Delegada, o Poder Executivo é reorganizado e o **Sistema Estadual de Saúde Pública** passa a denominar-se **Sistema Estadual de Saúde**. A **SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA** é reorganizada sendo criado o **Conselho Estadual de Entorpecentes do Estado**.

Em 1987, as Delegacias e Diretorias Regionais são transformadas em Subsecretarias Regionais de Saúde.

Em 1991, a **SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA** é organizada e como órgãos Colegiados de Deliberação Coletiva aparecem o **Conselho Estadual de Saúde - CES** e o **Conselho Estadual de Entorpecentes - CEE**, os quais têm sua composição estabelecida em regimento próprio.

No ano de 1992, é incluído como órgão Colegiado o **Conselho Técnico-Administrativo - CTA**.

Em 1993, são criadas as **Coordenadorias de Ações Comunitárias da Saúde**, o **Fundo Estadual de Saúde** e o **Sistema de Vigilância Epidemiológica da Mortalidade Materna**.

Em 1995, o Poder Executivo é reorganizado administrativamente e a **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE** passa a fazer parte do grupo das **SECRETARIAS ESSENCIAIS**, sendo reorganizada e deixando de ter a **CAEMA** vinculada à sua estrutura.

Ainda em 1995, ficam instituídos como órgãos desconcentrados, em regime especial de autonomia relativa, as **Unidades de Saúde da Capital** e o **Hospital Regional Alarico Nunes Pacheco** da Cidade de Timon - MA.

COMPETÊNCIAS

Compete à **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SES**:

- 1) Promover as medidas de proteção à saúde da população;
- 2) prestar assistência hospitalar, médico-cirúrgica integral, através de unidades especializadas;
- 3) cuidar da prevenção do câncer e do controle e combate a DOEnças de massa;
- 4) Fiscalizar e controlar as condições sanitárias, de higiene e de saneamento, da qualidade de medicamentos e de alimentos;

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SES
--

- 5) a fiscalização da prática profissional médica e paramédica;
- 6) a restauração da saúde da população de baixo nível de renda;
- 7) a pesquisa, estudo e avaliação da demanda de atenção médica e hospitalar, face às disponibilidades previdenciárias e assistenciais públicas e particulares;
- 8) a prestação supletiva de serviços médicos e ambulatoriais de urgência e de emergência;
- 9) a promoção de campanhas educacionais e de orientação à comunidade, visando a preservação das condições de saúde da população;
- 10) o estudo e a pesquisa de fontes de recursos financeiros para o custeio e financiamento dos serviços e instalações médicas e hospitalares;
- 11) a produção e distribuição de medicamentos;
- 12) a perfeita integração com entidades públicas e privadas, visando articular a atuação e aplicação de recursos destinados à saúde pública do Estado;
- 13) manter planos e programas para efetivação da assistência médico-hospitalar;
- 14) outras atividades correlatas, nos termos do seu regimento.

LEGISLAÇÃO

1946

DECRETO – LEI Nº 1.435, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1946.

Reestrutura o aparelho administrativo do Estado.

DOE nº 293, de 30/12/1946, página 03

1963

DECRETO Nº 2.356, DE 02 DE FEVEREIRO DE 1963.

Cria o Serviço Cooperativo de Saúde do Estado do Maranhão.

DOE nº 40, de 18/02/1963, página 01

1968

LEI Nº 2.839, DE 10 DE MAIO DE 1968.

Dispõe sobre as Diretrizes Básicas do Processo de Reorganização da Administração do Poder Executivo e dá outras providências.

DOE nº 99, de 29/05/1968, página 01

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SES**1968****LEI Nº 2.955, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1968.**

Estima a receita e fixa a despesa do Estado do Maranhão para o exercício de 1968.
DOE nº 267, de 30/12/1968, página 01

DECRETO Nº 3.911, DE 09 DE MAIO DE 1969.

Aprova o Regimento da Secretaria de Saúde Pública.
DOE nº 104, de 09/06/1969, página 01

LEI DELEGADA Nº 15, DE 06 DE MAIO DE 1969.

Reorganiza a Secretaria de Saúde e Assistência Social, denominando-a Secretaria de Saúde Pública e dá outras providências.
DOE nº 88, de 14/05/1969, página 01

1977**LEI DELEGADA Nº 124, DE 27 DE OUTUBRO DE 1977.**

Organiza o Sistema de Saúde, reorganiza a Secretaria de Saúde Pública e dá outras providências.
DOE nº 225, de 30/11/1977, página 01

DECRETO Nº 6.705, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1977.

Organiza o sistema de coordenação da programação, execução e acompanhamento do Programa de Interiorização de Ações de Saúde e Saneamento - PIASS, no Estado do Maranhão.
DOE nº 229, de 06/12/1977, página 02

1978**DECRETO Nº 6.797, DE 20 DE ABRIL DE 1978.**

Aprova o Regimento da Secretaria de Saúde Pública.
DOE nº 86, de 09/05/1978, página 03

DECRETO Nº 6.983, DE 30 DE OUTUBRO DE 1978.

Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 6.797, de 20 de abril de 1978, que aprovou o Regimento da Secretaria de Saúde Pública.
DOE nº 217, de 16/11/1978, página 01

1979**LEI Nº 4.011, DE 26 DE ABRIL DE 1979.**

Dispõe sobre Reorganização Administrativa Estadual e dá outras providências.
DOE nº 81, de 27/04/1979, página 01

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SES**1979****LEI Nº 4.031, DE 30 DE ABRIL DE 1979.**

Cria a Fundação Hospitalar do Maranhão e dá outras providências.

DOE nº 92, de 15/05/1979, página 07

LEI Nº 4.039, DE 30 DE ABRIL DE 1979.

Dispõe sobre a reorganização e altera a denominação do Sistema de Saúde, reestrutura a Secretaria de Saúde Pública e dá outras providências.

DOE nº 93, de 16/05/1979, página 01

DECRETO Nº 7.357, DE 22 DE OUTUBRO DE 1979.

Constitui o Grupo de Trabalho para elaborar o Plano Integrado de Saúde do Estado do Maranhão.

DOE nº 209, de 30/10/1979, página 01

1980**DECRETO Nº 7.987, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1980.**

Aprova o Regimento da Secretaria de Saúde Pública.

DOE nº 248, de 30/12/1980, página 25

1981**LEI Nº 4.352, DE 31 DE OUTUBRO DE 1981.**

Altera a Lei nº 4.011, de 26 de abril de 1979, e dá outras providências.

DOE nº 214, de 16/11/1981, página 05

1982**LEI Nº 4.406, DE 19 DE ABRIL DE 1982.**

Altera o Capítulo IV em seu art. 5º, o capítulo V em seus arts. 6º, 9º, Inciso II e X da Lei nº 4.039, de 30 de abril de 1979, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Saúde Pública e dá outras providências.

DOE nº 76, de 26/04/1982, página 01

DECRETO Nº 8.628, DE 25 DE MAIO DE 1982.

Aprova o Regimento do Conselho Estadual de Saúde.

DOE nº 117, de 23/06/1982, página 01

1983**LEI Nº 4.520, DE 25 DE OUTUBRO DE 1983.**

Autoriza o Poder Executivo a extinguir, criar, reformular, reestruturar, reorganizar, fundir e desmembrar órgãos e empresas públicas, sociedades de economia mista estaduais e fundações instituídas pelo poder público estadual.

DOE nº 205, de 31/10/1983, página 46

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SES
--

1983

LEI Nº 4.524, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1983.

Dá nova redação e acrescenta parágrafos ao artigo 1º da Lei nº 4.520, de 25 de outubro de 1983.

DOE nº 214, de 31/10/1983, página 03

1984

LEI DELEGADA Nº 161, DE 04 DE JULHO DE 1984.

Dispõe sobre a estrutura, composição e competência do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

DOE nº 126, de 04/07/1984, página 15

LEI DELEGADA Nº 176, DE 16 DE JULHO DE 1984.

Dispõe sobre a reorganização do Sistema Estadual de Saúde.

DOE nº 134, de 16/07/1984, página 19

1986

DECRETO Nº 10.285, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1986.

Cria o Conselho Estadual de Entorpecentes do Estado do Maranhão e dá outras providências.

DOE nº 251, de 31/12/1986, página 06

1987

DECRETO Nº 10.433, DE 02 DE JUNHO DE 1987.

Altera o Decreto nº 10.285, de 09 de dezembro de 1986, que cria o Conselho Estadual de Entorpecentes do Estado do Maranhão.

DOE nº 103, de 03/06/1987, página 37

LEI Nº 4.791, DE 08 DE JULHO DE 1987.

Altera a redação do art. 17 da Lei Delegada nº 161/84, que autoriza a criação de Subsecretaria Regional e a transformação de Delegacias e Diretorias em Subsecretarias Regionais e dá outras providências.

DOE nº 132, de 16/07/1987, página 06

DECRETO Nº 10.464, DE 24 DE JULHO DE 1987.

Transforma Delegacia e Diretorias Regionais em Subsecretarias Regionais e dá outras providências.

DOE nº 153, de 17/08/1987, página 14

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SES**1988****DECRETO Nº 10.869, DE 22 DE SETEMBRO DE 1988.**

Altera os Decretos nº 10.285, de 09 de dezembro de 1986 e nº 10.433, de 02 de junho de 1987, que cria o Conselho Estadual de Entorpecentes do Estado do Maranhão.

DOE nº 183, de 28/09/1988, página 25

1991**DECRETO Nº 11.764, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1991.**

Dispõe sobre a descentralização dos servidores e ações de saúde em São Luís.

DOE nº 48, de 13/03/1991, página 04

LEI Nº 5.090, DE 14 DE MARÇO DE 1991.

Dispõe sobre a Reestruturação do Poder Executivo do Estado e dá outras providências.

DOE nº 49, de 14/03/1991, página 02

DECRETO Nº 11.828, DE 23 DE ABRIL DE 1991.

Dispõe sobre a organização básica da Secretaria de Estado da Saúde e dá outras providências.

DOE nº 77, de 24/04/1991, página 12

DECRETO Nº 12.056, DE 10 DE SETEMBRO DE 1991

Dispõe Sobre a Reforma Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 180, de 18/09/1991, página 02

1992**DECRETO Nº 12.328, DE 20 DE FEVEREIRO DE 1992.**

Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Saúde e dá outras providências.

DOE nº 41, de 27/02/1992, página 03

1993**LEI Nº 5.637, DE 26 DE JANEIRO DE 1993.**

Institui o Fundo Estadual de Saúde e dá outras providências.

DOE nº 22, de 02/02/1993, página 06

LEI Nº 5.639, DE 27 DE JANEIRO DE 1993.

Dispõe sobre a criação da Coordenadoria de Ações Comunitárias de Saúde e de cargos Comissionados e dá outras providências.

DOE nº 22, de 02/02/1993, página 08

LEI Nº 5.643, DE 08 DE FEVEREIRO DE 1993.

Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Administração Estadual e dá outras providências.

DOE nº 08, de 25/02/1993, página 03

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SES**1993****DECRETO Nº 13.166-A, DE 15 DE JULHO DE 1993.**

Fica criado o Conselho Estadual de Saúde - CES, órgão colegiado de caráter deliberativo, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde, com a finalidade precípua de formular as diretrizes da política estadual de saúde, bem como acompanhar e fiscalizar sua execução.

DOE nº 143, de 28/07/1993, página 01

DECRETO Nº 13.521, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1993.

Aprova o Regimento da Secretaria de Estado da Saúde e dá outras providências.

DOE nº 228, 30/11/1993, página 09

1994**DECRETO Nº 13.848, DE 10 DE MAIO DE 1994.**

Dispõe sobre a transferência de vinculação da Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão S/A, e dá outras providências.

DOE nº 104, de 31/05/1994, página 01

LEI Nº 5.942, DE 30 DE MAIO DE 1994.

Cria o Fundo Estadual de Prevenção ao Abuso de Drogas - FEPAD e dá outras providências.

DOE nº 107, de 06/06/1994, página 01

1995**LEI Nº 6.272, DE 22 DE FEVEREIRO DE 1995.**

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 27, de 07/02/1995, página 09

DECRETO Nº 14.437, DE 07 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Saúde e dá outras providências.

DOE nº 28, de 08/02/1995, página 21

DECRETO Nº 14.456, DE 02 DE MARÇO DE 1995.

Institui a desconcentração do Instituto Oswaldo Cruz e dá outras providências.

DOE nº 46, de 07/03/1995, página 01

DECRETO Nº 14.457, DE 02 DE MARÇO DE 1995.

Institui a desconcentração da Coordenadoria de Hematologia e Hemoterapia e dá outras providências.

DOE nº 46 de 07/03/1995, página 03

DECRETO Nº 14.458, DE 02 DE MARÇO DE 1995.

Institui a desconcentração do Centro de Saúde Dr. Paulo Ramos e dá outras providências.

DOE nº 46, de 07/03/1995, página 04

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SES**1995****DECRETO Nº 14.459, DE 02 DE MARÇO DE 1995.**

Institui a desconcentração do Centro de Saúde da Cidade Operária e dá outras providências.
DOE nº 46, de 07/03/1995, página 06

DECRETO Nº 14.460, DE 02 DE MARÇO DE 1995.

Institui a desconcentração do Centro de Saúde Dr. Genésio Rego e dá outras providências.
DOE nº 46, de 07/03/1995, página 07

DECRETO Nº 14.461, DE 02 DE MARÇO DE 1995.

Institui a desconcentração do Posto de Assistência Médica Diamante - PAM DIAMANTE, e dá outras providências.
DOE nº 46, de 07/03/1995, página 08

DECRETO Nº 14.462, DE 02 DE MARÇO DE 1995.

Institui a desconcentração da Maternidade Marly Sarney e dá outras providências.
DOE nº 46, de 07/03/1995, página 09

DECRETO Nº 14.463, DE 02 DE MARÇO DE 1995.

Institui a desconcentração da Maternidade Benedito Leite e dá outras providências.
DOE nº 46, de 07/03/1995, página 11

DECRETO Nº 14.464, DE 02 DE MARÇO DE 1995.

Institui a desconcentração do Hospital Aquiles Lisboa, e dá outras providências.
DOE nº 46, de 07/03/1995, página 12

DECRETO Nº 14.465, DE 02 DE MARÇO DE 1995.

Institui a desconcentração do Hospital Infantil Juvêncio Matos e dá outras providências.
DOE nº 46, de 07/03/1995, página 13

DECRETO Nº 14.466, DE 02 DE MARÇO DE 1995.

Institui a desconcentração do Hospital Tarquínio Lopes Filho da Secretaria de Estado da Saúde e dá outras providências.
DOE nº 46, de 07/03/1995, página 14

DECRETO Nº 14.467, DE 02 DE MARÇO DE 1995.

Institui a desconcentração do Hospital Nina Rodrigues, e dá outras providências.
DOE nº 46, de 07/03/95, página 16

DECRETO Nº 14.468, DE 02 DE MARÇO DE 1995.

Institui a desconcentração do Hospital Presidente Vargas e dá outras providências.
DOE nº 46, de 07/03/1995, página 17

DECRETO Nº 14.501, DE 12 DE ABRIL DE 1995.

Dispõe sobre a retificação do Anexo I do Decreto nº 14.437, de 07 de fevereiro de 1995, e dá outras providências.
DOE nº 76, de 19/04/1995, página 01

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SES
--

1995

DECRETO Nº 14.595, DE 02 DE JUNHO DE 1995.

Dispõe sobre a reestruturação da Secretaria de Estado da Saúde e dá outras providências.
DOE nº 110, de 08/06/1995, página 18

PORTARIA Nº 255, DE 26 DE JULHO DE 1995.

Cria o Comitê Estadual de Redução da Mortalidade na Infância.
DOE nº 151, de 07/08/1995, página 10

DECRETO Nº 14.722, DE 06 DE SETEMBRO DE 1995.

Institui a desconcentração do Hospital Regional Alarico Nunes Pacheco, da Secretaria de Estado da Saúde, e dá outras providências.
DOE nº 176, de 12/09/1995, página 09

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEGUP

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEGUP
--

NATUREZA	BASE LEGAL DE CRIAÇÃO	FUNÇÃO
Administração Direta	Lei Orçamentária nº 657, de 27 de dezembro de 1914.	Órgão Auxiliar do Governador

A **SECRETARIA DA JUSTIÇA E SEGURANÇA** é criada em 1914, quando os serviços da Administração Pública do Estado do Maranhão são divididos em 03 (três) Secretarias, sendo uma delas a da **JUSTIÇA E SEGURANÇA**.

Tem como competência administrar todos os serviços e correspondências entre o Poder Executivo e o Governador, sendo constituída pelos órgãos: Segurança Pública (na capital), Penitenciária, Magistratura do Estado, Junta Comercial, Registro Civil e Força Pública.

No mesmo ano, é aprovado o Regulamento da **SECRETARIA DA JUSTIÇA E SEGURANÇA**, que é constituída pelos órgãos: Justiça, Ministério Público, Registro Civil, Junta Comercial, Administração dos Estabelecimentos destinados aos presos e Estatística Judiciária e Policial.

Em 1919, com a reorganização da **SECRETARIA DA JUSTIÇA E SEGURANÇA**, os seus órgãos passam a ser: Gabinete de Identificação, Penitenciária e Cadeias, Magistratura, Junta Comercial, Registro Civil, Força Pública e Serviços de Estatística.

Em 1926, é dada nova organização às Repartições Públicas do Estado, sendo criada a Secretaria Geral, composta por 03 (três) Diretorias, tendo a 3ª a competência dos serviços da **SECRETARIA DA JUSTIÇA E SEGURANÇA**.

Em 1946, é restaurado o aparelho administrativo do Estado e são criadas 03 (três) Secretarias, sendo uma delas a **SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR, JUSTIÇA E SEGURANÇA**, subordinada diretamente ao Chefe do Governo.

ELEMENTOS HISTÓRICOS

Em 1963, é criada a **SECRETARIA DE SEGURANÇA DO ESTADO** e a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Segurança, passa a denominar-se **SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR E JUSTIÇA**.

Integradas à **SECRETARIA DE SEGURANÇA DO ESTADO** ficam a **Polícia Civil**, sob a denominação de **Departamento de Segurança Pública - DSP**, a **Polícia Militar do Estado**, o **Corpo de Bombeiros** e a **Inspetoria de Trânsito**.

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEGUP

Em 1966, com as modificações estruturais, por meio de decreto, na **SECRETARIA DE SEGURANÇA DO ESTADO** são incluídos na sua estrutura a **Corregedoria**, o **Centro de Controle de Segurança**, a **Divisão de Ordem Política e Social** e a **Guarda Civil**.

A **SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR E JUSTIÇA** é reorganizada em 1968, tendo como órgãos de Administração Centralizada o Serviço Penitenciário e as Delegacias Regionais de Justiça, como órgão Colegiado o **Conselho Penitenciário**, e a **Junta Comercial**, como órgão de Administração Descentralizada.

No ano de 1969, a **SECRETARIA DE SEGURANÇA DO ESTADO** passa por nova organização e recebe a denominação de **SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**.

Sua estrutura é composta pelo **Conselho Estadual de Trânsito** e como órgão colegiado o **Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN**.

Com a aprovação do Regimento da **SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR E JUSTIÇA**, em 1969, passa a denominar-se **SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA**, tendo como órgãos Colegiados a **Junta Comercial** e o **Conselho Penitenciário**.

Ainda em 1969, a **Guarda Civil do Estado do Maranhão** passa a fazer parte da estrutura da **SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**, subordinada ao **Departamento de Segurança Pública - DSP**.

Nos anos de 1971, 1974 e 1975, respectivamente, a Delegacia Especializada é transformada em **Delegacia de Furtos, Roubos e Defraudações**, a Seção de Costumes e Diversões em **Delegacia de Costumes** e a Divisão Médico Legal em **Instituto Médico Legal**, todos subordinados ao Departamento de Segurança Pública - **DSP**.

Nos anos de 1974 e 1975, respectivamente, é extinta a Delegacia de Polícia Marítima, Aérea e Estrangeira do **DSP** e são criados a **Divisão de Criminalística**, o **Centro de Treinamento** e o **Fundo Especial de Segurança Pública**.

Em 1976, o **Sistema Estadual de Segurança Pública do Maranhão** é organizado e a **SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA** é reorganizada, tendo no seu nível de Administração Superior o Secretário da Segurança, o **Conselho Estadual de Trânsito** e a **Junta Administrativa de Recursos de Infração - JARI**. Como órgão vinculado fica o **DETRAN**.

Em 1977, é organizado o **Sistema da Justiça** e é reestruturada a **SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA**, como órgão central do Sistema, tendo como órgão vinculado a **Fundação do Bem Estar Social do Maranhão**.

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEGUP
--

A **SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA** fica distribuída em 05 (cinco) níveis. No nível de Execução Programática encontram-se a Coordenação do Serviço Penitenciário e a Coordenação de Assuntos Judiciais e Legislativos. É criado o **Conselho de Estudos Legislativos**. Subordinado ao Serviço Penitenciário está a **Penitenciária de Pedrinhas**.

No mesmo ano, o **Sistema Estadual de Segurança Pública** e a **SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA** são reorganizados, sendo criadas 11 (onze) Diretorias Regionais de Segurança Pública.

Em 1979, a Administração Estadual é reorganizada e como Sistemas Executivos temos, dentre outros, o **Sistema Estadual de Justiça**, o **Sistema Estadual de Segurança Pública** e o **Sistema Estadual de Assuntos do Interior**.

Assim, a **SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA** é desvinculada, passando a **SECRETARIA DO INTERIOR** como órgão central do **Sistema Estadual de Assuntos do Interior** e a **Secretaria de Justiça** como órgão central do **Sistema Estadual de Justiça**.

Ainda em 1979, é criado na estrutura da **SECRETARIA DA JUSTIÇA** o **Fundo Penitenciário - FUNPEN**.

Em 1981, é modificada a estrutura organizacional da **SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**, que passam a integrar no nível de Administração Superior, o **Conselho de Ensino da Escola de Polícia Civil** e o **Conselho Superior de Polícia**. É criada a **Escola de Polícia Civil**.

Em 1984, com a nova estrutura, composição e competências do Poder Executivo, é extinto o Sistema da Segurança Pública e é reorganizado o **Sistema Estadual de Justiça**, passando a denominar-se **Sistema Estadual de Justiça e Segurança Pública**, tendo como órgão central a **SECRETARIA DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**.

A **SECRETARIA DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA** fica com seu nível de Administração Superior composto pelos **Conselhos de Justiça e Segurança Pública**, o **Penitenciário**, o de **Estudos Legislativos**, o **Estadual de Trânsito**, o **Superior de Polícia**, o de **Ensino da Escola de Polícia** e a **Junta Administrativa de Recursos de Infração**.

Em 1986, com a relevante necessidade de proporcionar melhor assistência e segurança à comunidade feminina é criada a **Delegacia Especial de Defesa da Mulher**, subordinada à **SECRETARIA DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**.

Em 1987, o Sistema Estadual de Justiça e Segurança Pública passa a denominar-se **Sistema Estadual de Segurança Pública**, tendo como órgão central a **SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**, a qual é reorganizada no mesmo ano tendo como órgão desconcentrado o **DETRAN**.

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEGUP

Ainda no mesmo ano, o **Sistema Estadual de Justiça e Assuntos do Interior** é organizado e a **SECRETARIA DE JUSTIÇA E INTERIOR** é constituída como seu órgão central. Ficam instituídos os **Conselhos Estadual de Polícia Criminal** e o **Penitenciário** e é aprovado o regimento do Conselho Penitenciário.

O nível Superior de Administração da **SECRETARIA DE JUSTIÇA E INTERIOR** é composto pelo **Conselho Estadual de Defesa Civil do Maranhão - CODEMA**, o **Conselho Penitenciário** e o **Conselho de Estudos Legislativos**.

Ainda em 1987, fica autorizada a criação de Subsecretaria Regional e a transformação de Delegacias e Diretorias Regionais da **SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA** em Subsecretaria Regional.

Em 1987, atendendo à necessidade de prevenção de crimes contra a fazenda pública, é criada a **Delegacia Especial de Crimes Contra a Fazenda Pública Estadual**, que fica integrada à **SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**. Também é criado o **Conselho Estadual de Entorpecentes do Maranhão**.

Em 1991, com o objetivo de reorganizar globalmente a Administração Estadual, são transformados os Sistemas Estadual de Justiça e Assuntos do Interior e o Estadual - de Segurança Pública em, respectivamente, **Sistema Estadual de Justiça** e **Sistema Estadual de Segurança Pública**, e as Secretarias em **SECRETARIAS DE ESTADO DA JUSTIÇA** e a **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, as quais são reorganizadas no mesmo período, constituindo-se órgãos centrais dos sistemas.

Na estrutura da **SECRETARIA DE JUSTIÇA** é criada a **Coordenadoria de Defesa do Consumidor** e na **SECRETARIA DE SEGURANÇA**, o **Conselho Estadual de Defesa Civil do Maranhão - CODECIMA**, anteriormente subordinado à extinta Secretaria do Interior.

Em 1992, as **SECRETARIAS DE JUSTIÇA** e a de **SEGURANÇA PÚBLICA** passam por nova organização. Na de **JUSTIÇA** são criados a **Casa de Detenção**, o **Centro de Observação de Criminológica** e a **Casa de Assistência ao Albergado e Egresso**, subordinados à Superintendência do Sistema Penitenciário.

Integram a **SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA** a **Polícia Civil**, sob a denominação de **Departamento de Segurança Pública - DSP**, a **Polícia Militar do Estado**, o **Corpo de Bombeiros** e a **Inspetoria de Trânsito**.

Em 1994, é organizado o Conselho de Defesa do Consumidor, no interesse da prevenção da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, relativas à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços na forma do art. 55, § 3º da Lei 8.078/90.

Ainda em 1994, é instituída a **Coordenadoria de Defesa e Proteção do Consumidor - PROCON** com a competência de coordenar e executar a política de defesa dos direitos e interesses do consumidor.

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEGUP

Em 1995, com as recentes modificações na estrutura organizacional do Estado, fica o Poder Executivo constituído de Governadoria e Secretarias.

Fica incorporada à **Secretaria de Estado da Justiça** a **Secretaria de Estado da Segurança Pública** que passa denominar-se **SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – SEGUP**, composta pela **Polícia Militar**, **Corpo de Bombeiros Militar** e **Polícia Civil**, fazendo parte do grupo das **SECRETARIAS ESSENCIAIS**.

Vincula-se à **SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA** o **Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN**.

COMPETÊNCIAS

Compete à **SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**, como órgão central do **SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**:

- 1) a organização e coordenação dos órgãos responsáveis pela segurança pública, para garantir a eficiência deles, bem como superintender e executar a política estadual de preservação da ordem jurídica da cidadania, dos direitos políticos, da defesa civil e das garantias constitucionais;
- 2) zelar pelo livre exercício dos poderes instituídos;
- 3) a supervisão, coordenação e controle do Sistema Penitenciário;
- 4) a manutenção da ordem pública da segurança do Estado;
- 5) a garantia, proteção e promoção da ordem pública dos direitos e liberdade do cidadão;
- 6) dirigir e orientar as atividades da polícia judiciária, da identificação de pessoas, controlar, registrar e fiscalizar o fabrico, comércio, transporte e o uso de armas, munições, explosivos, combustíveis e inflamáveis;
- 7) a apuração de infrações penais, no que couber ao Estado;
- 8) o auxílio e ação complementar às autoridades da justiça e da segurança nacional, exercendo a segurança do trânsito e controle e fiscalização nas rodovias estaduais, podendo exercer outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, nos termos do seu regimento.

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEGUP**LEGISLAÇÃO****1914****DECRETO Nº 10, DE 12 DE AGOSTO DE 1914.**

O Governo do Estado, usando da autorização que lhe foi conferida pelo § 2º do art. 6º da Lei nº 657, de 27 de abril deste ano, manda que se observe na Secretaria de Estado da Justiça e Segurança, o Regulamento que com este baixa.

DOE nº 182, de 13/08/1914

1946**DECRETO-LEI Nº 1.435, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1946.**

Reestrutura o Aparelho Administrativo do Estado.

DOE nº 293, de 30/12/1946, página 03

1963**LEI Nº 2.295, DE 01 DE AGOSTO DE 1963.**

Cria a Secretaria de Segurança do Estado e dá outras providências.

DOE nº 183, de 16/08/1963, página 02

1964**DECRETO Nº 2.663, DE 16 DE JANEIRO DE 1964.**

Aprova o Regulamento da Secretaria de Segurança do Estado.

DOE nº 60, de 16/03/1964, página 01

1966**DECRETO Nº 3.248, DE 06 DE MAIO DE 1966.**

Aprova novo Regulamento da Secretaria de Segurança do Estado.

DOE nº 104, de 13/05/1966, página 01

DECRETO Nº 3.250, DE 09 DE MAIO DE 1966.

Dá nova redação ao Capítulo XI do Regulamento da Secretaria de Segurança do Estado, aprovado pelo Decreto nº 2.663, de 16 de janeiro de 1964.

DOE nº 107, de 17/05/1966, página 01

1968**LEI Nº 2.839, DE 10 DE MAIO DE 1968.**

Dispõe sobre as Diretrizes Básicas do Processo de Reorganização da Administração do Poder Executivo e dá outras providências.

DOE nº 99, de 29/05/1968, página 01

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEGUP**1968****LEI DELEGADA Nº 06/68, DE 31 DE OUTUBRO DE 1968.**

Reorganiza a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça e dá outras providências.

DOE nº 246, de 26/11/1968, página 09

1969**DECRETO Nº 3.885, DE 28 DE MARÇO DE 1969.**

Aprova o Regimento Interno da Secretaria do Interior e Justiça.

DOE nº 90, de 16/05/1969, página 01

LEI DELEGADA Nº 20, DE 09 DE MAIO DE 1969.

Reorganiza a Secretaria da Segurança Pública e dá outras providências.

DOE nº 99, de 30/05/1969, página 01

DECRETO Nº 4.033, DE 02 DE DEZEMBRO DE 1969.

Aprova o Regimento da Guarda Civil do Estado.

DOE nº 241, de 23/12/1969, página 02

1970**DECRETO Nº 4.077, DE 12 DE JANEIRO DE 1970.**

Aprova o Regimento da Secretaria de Segurança Pública.

DOE nº 24, de 04/02/1970, página 01

1971**DECRETO Nº 4.645, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1971.**

Transforma a Delegacia Especializada em Delegacia de Furtos, Roubos e Defraudações com função processante e subordinada ao Departamento de Segurança Pública.

DOE nº 13, de 19/01/1972, página 01

1974**DECRETO Nº 5.308, DE 02 DE MAIO DE 1974.**

Fica transformada a Seção de Costumes e Diversões em Delegacia de Costumes, subordinada ao Departamento de Segurança Pública.

DOE nº 103, de 31/05/1974, página 01

LEI Nº 3.597, DE 02 DE DEZEMBRO DE 1974.

Reorganiza o Serviço Policial Civil do Estado e dá outras providências.

DOE nº 232, de 03/12/1974, página 01

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEGUP**1975****DECRETO Nº 5.555-A, DE 24 DE MARÇO DE 1975.**

Dá nova denominação à Divisão Médico Legal.

DOE nº 86, de 09/05/1975, página 01

DECRETO Nº 5.793, DE 30 DE OUTUBRO DE 1975.

Cria o Regulamento do Fundo Especial de Segurança Pública - FUNESP.

DOE nº 216, de 14/11/1975, página 01

1976**LEI DELEGADA Nº 105, DE 15 DE SETEMBRO DE 1976.**

Organiza o Sistema Estadual de Segurança Pública do Maranhão, reorganiza a Secretaria de Segurança Pública e dá outras providências.

DOE nº 194, de 12/10/1976, página 01

DECRETO Nº 6.317, DE 26 DE OUTUBRO DE 1976.

Aprova o Regimento Interno da Comissão Estadual de Defesa Civil e dá outras providências.

DOE nº 212, de 09/11/1976, página 01

1977**LEI DELEGADA Nº 112, DE 31 DE MAIO DE 1977.**

Organiza o Sistema da Justiça e reestrutura a Secretaria do Interior e Justiça e dá outras providências.

DOE nº 115, de 21/06/1977, página 02

DECRETO Nº 6.623, DE 16 DE SETEMBRO DE 1977.

Aprova o Regimento da Secretaria do Interior e Justiça.

DOE nº 195, de 14/10/1977, página 01

LEI DELEGADA Nº 125, DE 03 DE NOVEMBRO DE 1977.

Reorganiza o Sistema Estadual de Segurança Pública do Maranhão e a Secretaria de Segurança Pública e dá outras providências.

DOE nº 223, de 28/11/1977, página 02

1978**DECRETO Nº 6.803, DE 15 DE MAIO DE 1978.**

Aprova o Regimento da Secretaria de Segurança Pública.

DOE nº 101, de 31/05/1978, página 01

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEGUP**1978****DECRETO Nº 6.882, DE 31 DE JULHO DE 1978.**

Regulamenta o Conselho de Estudos Legislativos da Secretaria do Interior e Justiça, criado pela Lei nº 112, de 31 de maio de 1977.

DOE nº 148, de 08/08/1978, página 03

DECRETO Nº 6.904, DE 10 DE AGOSTO DE 1978.

Altera a alínea “e”, do item IV, do art. 2º do Decreto nº 6.803, de 15 de maio de 1978, que aprova o Regimento da Secretaria de Segurança Pública.

DOE nº 150, de 10/08/1978, página 01

1979**LEI Nº 4.011, DE 26 DE ABRIL DE 1979.**

Dispõe sobre Reorganização Administrativa Estadual e dá outras providências.

DOE nº 81, de 27/04/1979, página 01

LEI Nº 4.013, DE 26 DE ABRIL DE 1979.

Organiza o Sistema Estadual de Assuntos do Interior, cria a Secretaria do Interior e dá outras providências.

DOE nº 81, de 27/04/1979, página 07

LEI Nº 4.015, DE 26 DE ABRIL DE 1979.

Dispõe sobre a reorganização do Sistema de Justiça, reestrutura e altera a denominação da Secretaria do Interior e Justiça e dá outras providências.

DOE nº 81, de 27/04/1979, página 13

LEI Nº 4.019, DE 26 DE ABRIL DE 1979.

Dispõe sobre o Sistema Estadual de Segurança Pública, reorganiza a Secretaria de Segurança Pública e dá outras providências.

DOE nº 88, de 09/05/1979, página 01

LEI Nº 4.116, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1979.

Altera a redação dos artigos 5º, 7º e 10. da Lei nº 4.019, de 26 de abril de 1979, que reorganiza a Secretaria de Segurança Pública.

DOE nº 240, de 14/12/1979, página 04

1980**DECRETO Nº 7.613, DE 30 DE ABRIL DE 1980.**

Aprova o Regimento da Secretaria da Justiça.

DOE nº 137, de 21/07/1980, página 01

DECRETO Nº 7.718, DE 30 DE JULHO DE 1980.

Aprova o Regimento da Secretaria de Segurança Pública.

DOE nº 184, de 25/09/1980, página 01

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEGUP**1980****LEI Nº 4.218, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1980.**

Altera a denominação da Coordenação de Segurança Pública, cria a Delegacia de Defraudações e dá outras providências.

DOE nº 224, de 24/11/1980, página 01

1981**DECRETO Nº 8.082-A, DE 09 DE ABRIL DE 1981.**

Aprova o Regimento Interno da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil e dá outras providências.

DOE nº 87, de 12/05/1981, página 01

DECRETO Nº 4.308, DE 06 DE JULHO DE 1981.

Modifica a estrutura organizacional básica da Secretaria de Segurança Pública e cria a Escola de Polícia Civil.

DOE nº 138, de 24/07/1981, página 08

LEI Nº 4.352, DE 31 DE OUTUBRO DE 1981.

Altera a Lei nº 4.011, de 26 de abril de 1979, e dá outras providências.

DOE nº 214, de 16/11/1981, página 05

1982**DECRETO Nº 8.697, DE 02 DE AGOSTO DE 1982.**

Regulamenta dispositivos da Lei nº 4.325, de 13 de julho de 1981, que dispõe sobre o Estatuto do Policial Civil do Estado do Maranhão.

DOE nº 151, de 12/08/1982, página 19

LEI Nº 4.467, DE 09 DE NOVEMBRO DE 1982.

Altera os capítulos IV, V e VI da Lei nº 4.015, de 26 de abril de 1979, que dispõe sobre a reorganização do Sistema da Justiça e reestrutura a Secretaria da Justiça e dá outras providências.

DOE nº 215, de 17/11/1982, página 02

1983**DECRETO Nº 9.050, DE 21 DE FEVEREIRO DE 1983.**

Aprova o Regimento da Secretaria da Justiça.

DOE nº 45, de 08/03/1983, página 14

LEI Nº 4.520, DE 25 DE OUTUBRO DE 1983.

Autoriza o Poder Executivo a extinguir, criar, reformular, reestruturar, reorganizar, incorporar, fundir e desmembrar órgãos e empresas públicas, sociedades de economia mista estaduais e fundações instituídas pelo poder público estadual.

DOE nº 205, de 31/10/1983, página 46

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEGUP**1983****LEI Nº 4.524, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1983.**

Dá nova redação e acrescenta parágrafos ao artigo 1º da Lei nº 4.520, de 25 de outubro de 1983.

DOE nº 214, de 14/11/1983, página 03

LEI Nº 4.540, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1983.

Dispõe sobre a criação do Fundo Penitenciário Estadual - FUNPEN e dá outras providências.

DOE nº 234, de 14/12/1983, página 20

LEI Nº 4.541, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1983.

Institui o Fundo Especial da Segurança Pública - FUNESP na Secretaria de Segurança Pública e dá outras providências.

DOE nº 234, de 14/12/1983, página 25

1984**LEI DELEGADA Nº 161, DE 04 DE JULHO DE 1984.**

Dispõe sobre a estrutura, composição e competências do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

DOE nº 126, de 04/07/1984, página 15

LEI DELEGADA Nº 189, DE 19 DE JULHO DE 1984.

Dispõe sobre a reorganização e alteração da denominação do Sistema Estadual de Justiça e Segurança Pública e dá outras providências.

DOE nº 137, de 19/07/1984, página 05

LEI DELEGADA Nº 192, DE 19 DE JULHO DE 1984.

Dispõe sobre o Estatuto do Policial Civil do Estado do Maranhão e dá outras providências.

DOE nº 137, de 19/07/1984, página 10

1985**DECRETO Nº 9.866, DE 07 DE JUNHO DE 1985.**

Aprova o Regimento da Secretaria da Justiça e Segurança Pública.

DOE nº 122, de 01/07/1985, página 02

1986**DECRETO Nº 10.221, DE 18 DE SETEMBRO DE 1986.**

Cria a Delegacia Especial de Defesa da Mulher e dá outras providências.

DOE nº 182, de 22/09/1986, página 05

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEGUP**1987****LEI Nº 4.768, DE 14 DE ABRIL DE 1987.**

Dispõe sobre a organização do Sistema Estadual de Segurança Pública e dá outras providências.

DOE nº 72, de 15/04/1987, página 10

LEI Nº 4.769, DE 14 DE ABRIL DE 1987.

Dispõe sobre a organização do Sistema Estadual de Justiça e Assuntos do Interior e dá outras providências.

DOE nº 72, de 15/04/1987, página 13

DECRETO Nº 10.442, DE 08 DE JUNHO DE 1987.

Institui o Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária.

DOE nº 111, de 16/06/1987, página 04

DECRETO Nº 10.448, DE 02 DE JULHO DE 1987.

Aprova o Regimento da Secretaria de Justiça e Interior.

DOE nº 123, de 03/07/1987, página 13

LEI Nº 4.791, DE 08 DE JULHO DE 1987.

Altera a redação do art. 17 da Lei Delegada nº 161/84, autoriza a criação de Subsecretaria Regional e a transformação de Delegacias e Diretorias Regionais em Subsecretarias Regionais e dá outras providências.

DOE nº 132, de 16/07/1987, página 06

DECRETO Nº 10.464, DE 24 DE JULHO DE 1987.

Transforma Delegacia e Diretorias Regionais em Subsecretarias Regionais e dá outras providências.

DOE nº 153, de 17/08/1987, página 14

DECRETO Nº 10.508, DE 31 DE AGOSTO DE 1987.

Aprova o Regimento do Conselho de Estudos Legislativos.

DOE nº 169, de 09/09/1987, página 08

DECRETO Nº 10.536, DE 21 DE SETEMBRO DE 1987.

Aprova o Regimento do Conselho Penitenciário.

DOE nº 179, de 23/09/1987, página 35

1988**LEI Nº 4.857, DE 26 DE JANEIRO DE 1988.**

Cria a Delegacia Especial de Crimes Contra a Fazenda Pública Estadual e dá outras providências.

DOE nº 20, de 29/01/1988, página 14

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEGUP**1988****DECRETO Nº 10.863, DE 21 DE SETEMBRO DE 1988.**

Aprova o Regimento Interno da Delegacia Especial de Crimes Contra a Fazenda Pública Estadual.

DOE nº 195, de 17/10/1988, página 16

DECRETO Nº 10.869, DE 22 DE SETEMBRO DE 1988.

Altera os Decretos nº 10.285, de 09 de dezembro de 1986 e nº 10.433, de 02 de junho de 1987, que cria o Conselho Estadual de Entorpecentes do Estado do Maranhão.

DOE nº 183, de 28/09/1988, página 25

LEI Nº 4.890, DE 26 DE SETEMBRO DE 1988.

Altera dispositivos da Lei nº 4.768, de 14 de abril de 1987, que dispõe do Sistema Estadual de Segurança Pública e dá outras providências.

DOE nº 183, de 28/09/1988, página 23

DECRETO Nº 10.894, DE 03 DE OUTUBRO DE 1988.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Entorpecentes do Estado do Maranhão.

DOE nº 195, de 17/10/1988, página 18

1991**LEI Nº 5.090, DE 14 DE MARÇO DE 1991.**

Dispõe sobre a Reestruturação do Poder Executivo do Estado e dá outras providências.

DOE nº 49, de 14/03/1991, página 02

DECRETO Nº 11.816, DE 18 DE ABRIL DE 1991.

Dispõe sobre a organização básica das atribuições e competências da Secretaria de Estado da Justiça e dá outras providências.

DOE nº 77, de 24/04/1991, página 02

DECRETO Nº 11.829, DE 23 DE ABRIL DE 1991.

Dispõe sobre a organização básica da Secretaria de Estado da Segurança Pública e dá outras providências.

DOE nº 77, de 24/04/1991, página 14

DECRETO Nº 12.056, DE 10 DE SETEMBRO DE 1991.

Dispõe sobre a Reforma Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 180, de 18/09/1991, página 02

DECRETO Nº 12.077, DE 23 DE SETEMBRO DE 1991.

Dá nova redação ao art. 26 do Regimento do Conselho Penitenciário aprovado pelo Decreto nº 10.536/87.

DOE nº 187, de 27/09/1991, página 05

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEGUP**1992****DECRETO Nº 12.302, DE 06 DE JANEIRO DE 1992.**

Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Segurança Pública e dá outras providências.

DOE nº 12, de 17/01/1992, página 04

DECRETO Nº 12.315, DE 30 DE JANEIRO DE 1992.

Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Justiça e dá outras providências.

DOE nº 24, de 04/02/1992, página 02

DECRETO Nº 12.655, DE 05 DE OUTUBRO DE 1992.

Aprova o Regimento da Secretaria de Estado da Justiça e dá outras providências.

DOE nº 195, de 09/10/1992, página 01

DECRETO Nº 12.262, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1992.

Aprova o Regimento do Conselho Disciplinar do Sistema Penitenciário do Estado do Maranhão.

DOE nº 206, de 27/10/1992, página 01

1993**LEI Nº 5.643, DE 08 DE FEVEREIRO DE 1993.**

Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Administração Estadual e dá outras providências.

DOE nº 38, de 25/02/1993, página 03

DECRETO Nº 13.264, DE 26 DE AGOSTO DE 1993.

Aprova o Regimento da Secretaria de Estado da Segurança Pública e dá outras providências.

DOE nº 174, de 10/09/1993, página 01

1994**DECRETO Nº 13.968, DE 08 DE JULHO DE 1994.**

Dispõe sobre a organização do Conselho de Defesa do Consumidor e dá outras providências.

DOE nº 133, de 13/07/1994, página 01

DECRETO Nº 13.969, DE 08 DE JULHO DE 1994.

Introduz alterações no Decreto nº 12.655, de 05 de outubro de 1992, e institui a Coordenadoria de Defesa e Proteção ao Consumidor- PROCON.

DOE nº 133, de 13/07/1994, página 02

1995**LEI Nº 6.272, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1995.**

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 27, de 07/02/1995, página 09

SECRETARIAS PROGRAMÁTICAS

- **SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
- **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**
- **SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**
- **SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA**
- **SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, COMUNITÁRIO E DO TRABALHO**
- **SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA**
- **SECRETARIA DE ESTADO DE DESPORTOS E LAZER**

SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SECTEC

SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SECTEC
--

NATUREZA	BASE LEGAL DE CRIAÇÃO	FUNÇÃO
Administração Direta	Lei nº 6.272, de 06 de fevereiro de 1995.	Órgão Auxiliar do Governador

A SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SECTEC é criada em 1995, com a finalidade de formular e executar a política estadual de desenvolvimento científico e tecnológico.
--

ELEMENTOS HISTÓRICOS

A **SECTEC** integra o grupo das **SECRETARIAS PROGRAMÁTICAS** que são órgãos de execução, supervisão e controle das ações governamentais, tendo como órgãos vinculados a **Universidade Estadual do Maranhão - UEMA** - Autarquia, a **Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão - FAPEMA** - fundação pública estadual e a **Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária - EMAPA** - Empresa Pública.

A **SECTEC** é organizada e a sua estrutura organizacional é distribuída em 6 (seis) níveis: nível de Administração Superior, de Gerência Superior, de Assessoramento, de Execução Instrumental, de Execução Programática e de Atuação Complementar.

COMPETÊNCIAS

Compete à **SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SECTEC**:

- 1) a formulação, a promoção, o apoio, a integração de projetos de pesquisas e a coordenação da política estadual de desenvolvimento científico e tecnológico, a identificação e o estudo de áreas estratégicas para o desenvolvimento da ciência e tecnologia;
- 2) a promoção, a compatibilização e a normalização das atividades de informação científica e tecnológica, integrando-as aos sistemas regionais, nacionais e internacionais;
- 3) a articulação e a identificação de fontes de financiamento nacionais e internacionais para projetos e atividades nas áreas de ciência e tecnologia;
- 4) o incentivo à capacitação e desenvolvimento dos recursos humanos nas áreas científica, tecnológica e de ensino superior;
- 5) além de exercer outras atividades nos termos do seu regimento.

SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SECTEC**LEGISLAÇÃO****1995****LEI Nº 6.272, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1995.**

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 27, de 07/02/1995, página 09

DECRETO Nº 14.426, DE 07 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e dá outras providências.

DOE nº 28, de 08/02/1995, página 10

**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS -
SEMA**

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMA

NATUREZA	BASE LEGAL DE CRIAÇÃO	FUNÇÃO
Administração Direta	Lei nº 4.014, de 26 de abril de 1979.	Órgão Auxiliar do Governador

O **SISTEMA ESTADUAL DE RECURSOS NATURAIS** é organizado em 1979, e na sua estrutura tem como órgão central a **SECRETARIA DE RECURSOS NATURAIS, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE - SERNAT**, que é criada com a finalidade de formular e executar as políticas de proteção, conservação e aproveitamento dos recursos naturais, pesquisas e experimentações ecológicas, tecnologias dos recursos naturais e preservação do meio ambiente. Ainda nesse ano, são criadas a **Fundação Instituto de Tecnologia e Meio Ambiente - ITEMA** e a **Companhia de Pesquisa e Aproveitamento de Recursos Naturais - COPENAT**, órgãos integrantes do Sistema, vinculados à **SERNAT**.

ELEMENTOS HISTÓRICOS

Em 1980, é disciplinada a Política Estadual de Controle e Preservação do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais do Estado do Maranhão, sob a coordenação da **SERNAT**. É criada por lei a Fundação Instituto Estadual do Babaçu - **INEB**, sendo vinculado à **SERNAT** e são regulamentadas as atividades do Fundo Especial do Meio Ambiente - **FEMA**, com a finalidade de proporcionar recursos financeiros necessários à **SERNAT**.

No ano de 1984, a estrutura, composição e competências do Poder Executivo são dispostas por Lei Delegada, sendo constituído de Governadoria e Sistemas Executivos, entre eles o **SISTEMA ESTADUAL DE RECURSOS NATURAIS, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE**, que é reorganizado, tendo como órgão central a **SECRETARIA DE RECURSOS NATURAIS, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE - SERNAT**.

Ainda em 1984, é extinto o ITEMA e é criado o Instituto de Pesquisa e Aproveitamento de Recursos Naturais - **IPENAT**, vinculado à **SERNAT**, assim como o Conselho Estadual da Pesca, que é criado em 1986.

Em 1987, por meio de lei, o Sistema Estadual de Recursos Naturais, Tecnologia e Meio Ambiente, passa a denominar-se **SISTEMA ESTADUAL DAS MINAS, ENERGIA E MEIO AMBIENTE** e como órgão central a **SECRETARIA DE MINAS, ENERGIA E MEIO AMBIENTE**, sendo transferidos a essa Secretaria, os direitos e responsabilidades relacionados com a área de recursos hídricos, e a área de pesquisas e estudos hídricos a cargo da Secretaria de Agricultura e Interior.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMA

Em 1991, o Poder Executivo do Estado é reestruturado apresentando o **SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO** e a **SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO - SEMATUR**, sendo criada na sua organização básica a Superintendência do Centro de Comercialização de Produtos Artesanais do Maranhão - **CEPRAMA**.

EM 1992, é instituído o Código de Proteção do Meio Ambiente e é criado o **SISTEMA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - SISEMA** para administração da qualidade ambiental.

Ainda em 1992, a **SEMATUR** é reorganizada, alterando sua estrutura nos níveis de Assessoramento, de Atuação Instrumental e de Atuação Programática.

No ano de 1993, são implantadas 05 (cinco) Delegacias Regionais de Meio Ambiente - **DREMAS**, subordinadas à Coordenadoria de Cadastro, Licenciamento e Fiscalização da **SEMATUR**.

Em 1993, o Código de Proteção do Meio Ambiente é regulamentado e a **SEMATUR** passa a denominar-se **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA**, deixando de atuar na área de turismo.

No ano de 1995, o Estado é reorganizado administrativamente passando a **SEMA** a integrar o grupo das **SECRETARIAS PROGRAMÁTICAS**, com a denominação de **SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMA**, sendo reorganizada por meio de decreto, no mesmo ano.

É alterado o decreto de reorganização da **SEMA**, incluindo na sua estrutura, no nível de Atuação Complementar, como órgão atípico: o **Jardim Botânico do Sítio do Físico**.

É instituída, através de decreto, a desconcentração do Jardim Botânico do Sítio do Físico **JBSF**, da **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**.

COMPETÊNCIAS

Compete à **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMA**:

- 1) coordenar as políticas de Governo nas áreas de preservação, proteção do meio ambiente e aproveitamento dos recursos hídricos do Estado;
- 2) promover ações para exploração e preservação dos recursos hídricos de modo a contemplar os usos múltiplos;
- 3) identificar áreas de preservação;

**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS -
SEMA**

- 4) realizar pesquisas e experimentações ecológicas e tecnológicas;
- 5) formular, implantar e avaliar as políticas estaduais de meio ambiente e recursos hídricos;
- 6) captar recursos e promover articulação entre os órgãos e entidades nacionais;
- 7) definir planos e programas em sua área de abrangência;
- 8) estabelecer objetivos, diretrizes e estratégias de ação, podendo exercer outras atribuições necessárias ao cumprimento de suas finalidades, nos termos do seu regimento.

LEGISLAÇÃO

1968

LEI Nº 2.839, DE 10 DE MAIO DE 1968.

Dispõe sobre as Diretrizes Básicas do Processo de Reorganização da Administração do Poder Executivo e dá outras providências

DOE nº 99, de 29/05/1968, página 01

1979

LEI Nº 4.011, DE 26 DE ABRIL DE 1979.

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa Estadual e dá outras providências.

DOE nº 81, de 27/04/1979, página 01

LEI Nº 4.014, DE 26 DE ABRIL DE 1979.

Organiza o Sistema Estadual de Recursos Naturais, Tecnologia e Meio Ambiente, cria a Secretaria de Recursos Naturais, Tecnologia e Meio Ambiente e dá outras providências.

DOE nº 81, de 27/04/1979, página 11

LEI Nº 4.034, DE 30 DE ABRIL DE 1979.

Cria a Fundação Instituto de Tecnologia e Meio Ambiente - ITEMA e dá outras providências.

DOE nº 92, de 15/05/1979, página 10

LEI Nº 4.038, DE 30 DE ABRIL DE 1979.

Autoriza o Poder Executivo a constituir a Companhia de Pesquisa e Aproveitamento de Recursos Naturais - COPENAT.

DOE nº 92, de 14/05/1979, página 20

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMA

1979

LEI Nº 4.110, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1979.

Dá nova denominação à Companhia Maranhense de Pesquisa Mineral - CODEMINAS, altera e revoga dispositivos da Lei nº 3.348, de 14 de maio de 1973, com as modificações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 3.447, de 13 de novembro de 1973 e da Lei nº 3.562, de 16 de setembro de 1974, e revoga a Lei nº 4.038, de 30 de abril de 1979.

DOE nº 241, de 17/12/1979, página 01

1980

LEI Nº 4.154, DE 11 DE JANEIRO DE 1980.

Disciplina a Política Estadual de Controle e Preservação do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais do Estado do Maranhão.

DOE nº 17, de 24/01/1980, página 01

LEI Nº 4.155, DE 11 DE JANEIRO DE 1980.

Cria a Fundação Instituto Estadual do Babaçu - INEB e dá outras providências.

DOE nº 25, de 05/02/1980, página 03

DECRETO Nº 7.556, DE 17 DE MARÇO DE 1980.

Aprova o Regimento da Secretaria de Recursos Naturais, Tecnologia e Meio Ambiente - SERNAT.

DOE nº 68, de 10/04/1980, página 01

DECRETO Nº 7.921, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1980.

Regulamenta a Lei nº 4.154, de 11 de janeiro de 1980, que disciplina a Política Estadual de Controle e Preservação do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais do Estado do Maranhão e dá outras providências.

DOE nº 227, de 26/11/80, página 4

DECRETO Nº 7.903, DE 27 DE OUTUBRO DE 1980.

Aprova o Estatuto da Fundação Instituto Estadual do Babaçu - INEB.

DOE nº 213, de 06/11/1980, página 01

DECRETO Nº 7.921, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1980.

Regulamenta a Lei nº 4.154, de 11 de janeiro de 1980, que disciplina a Política Estadual de Controle e Preservação do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais do Estado do Maranhão e dá outras providências.

DOE nº 227, de 26/11/1980, página 04

LEI Nº 4.223, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1980.

Corrige numeração de capítulos e acrescenta seção e seu artigo à Lei nº 4.154, de 11 de janeiro de 1980, que disciplina a Política Estadual de Controle e Preservação do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais do Estado do Maranhão e dá outras providências.

DOE nº 231, de 02/12/1980, página 08

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMA

1980**LEI Nº 4.264, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1980.**

Modifica os artigos 4º e 9º da Lei nº 4.014/ 79, que criou a Secretaria de Recursos Naturais Tecnologia e Meio Ambiente e dá outras providências.

DOE nº 242, de 18/12/1980, página 03

1981**LEI Nº 4.290, DE 03 DE JUNHO DE 1981.**

Dispõe sobre a organização do Instituto Estadual do Babaçu - INEB e dá outras providências.

DOE nº 120, de 30/06/1981, página 04

LEI Nº 4.291, DE 03 DE JUNHO DE 1981.

Dispõe sobre a organização do Instituto de Tecnologia e Meio Ambiente - ITEMA e dá outras providências.

DOE nº 120, de 30/06/1981, página 07

LEI Nº 4.352, DE 31 DE OUTUBRO DE 1981.

Altera a Lei nº 4.011, de 26 de abril de 1979, e dá outras providências.

DOE nº 214, de 16/11/1981, página 05

1982**DECRETO Nº 8.683, DE 26 DE JUNHO DE 1982.**

Altera os artigos 5º, 19 a 48, o art. 53, alínea "h", o art. 54 e o art. 55, alínea "c" do Decreto nº 7.921, de 10 de novembro de 1980.

DOE nº 148, de 09/08/1982, página 01

DECRETO Nº 8.922, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1982.

Regulamenta as atividades do Fundo Especial do Meio Ambiente - FEMA e dá outras providências.

DOE nº 227, de 03/12/1982, página 16

1983**LEI Nº 4.520, DE 25 DE OUTUBRO DE 1983.**

Autoriza o Poder Executivo a extinguir, criar, reformular, reestruturar, reorganizar, incorporar, fundir e desdobrar órgãos e empresas públicas, sociedades de economia mista estaduais e fundações instituídas pelo poder público estadual.

DOE nº 205, de 31/10/1983, página 46

LEI Nº 4.524, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1983.

Dá nova redação e acrescenta parágrafos ao artigo 1º da Lei nº 4.520, de 25 de outubro de 1983.

DOE nº 214, de 14/11/1983, página 03

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMA

1984**LEI DELEGADA Nº 161, DE 04 DE JULHO DE 1984.**

Dispõe sobre a estrutura, composição e competências do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

DOE nº 137, de 04/07/1984, página 15

LEI DELEGADA Nº 180, DE 17 DE JULHO DE 1984.

Dispõe sobre a reorganização do Sistema Estadual de Recursos Naturais, Tecnologia e Meio Ambiente e dá outras providências.

DOE nº 135, de 17/07/1984, página 14

LEI DELEGADA Nº 181, DE 17 DE JULHO DE 1984.

Cria o Instituto de Pesquisa e Aproveitamento de Recursos Naturais - IPENAT e dá outras providências.

DOE nº 135, de 17/07/1984, página 08

LEI DELEGADA Nº 182, DE 17 DE JULHO DE 1984.

Dispõe sobre alteração da denominação do Conselho Estadual de Controle e Preservação do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais- CEPRAM e dá outras providências.

DOE nº 135, de 17/07/1984, página 16

1985**DECRETO Nº 9.857, DE 15 DE MAIO DE 1985.**

Aprova o Regimento do Conselho Comunitário de Preservação do Meio Ambiente.

DOE nº 99, de 28/05/1985, página 05

DECRETO Nº 9.866, DE 07 DE JUNHO DE 1985.

Aprova o Regimento da Secretaria de Recursos Naturais, Tecnologia e Meio Ambiente.

DOE nº 122, de 01/07/1985, página 02

1986**DECRETO Nº 10.182, DE 30 DE JULHO DE 1986.**

Cria o Conselho Estadual da Pesca e dá outras providências.

DOE nº 168, de 02/09/1986, página 01

1987**LEI Nº 4.764, DE 06 DE ABRIL DE 1987.**

Dispõe sobre a organização do Sistema Estadual das Minas e Energia e Meio Ambiente e dá outras providências.

DOE nº 67, de 08/04/1987, página 30

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMA

1987**LEI Nº 4.779, DE 03 DE JULHO DE 1987.**

À Secretaria de Minas, Energia e Meio Ambiente são transferidos os direitos e responsabilidades relacionados com a área de pesquisas e estudos de recursos hídricos, inclusive os decorrentes de convênios, acordos, ajustes e contratos com pessoas de direito público ou privado a cargo da Secretaria de Agricultura e Interior.

DOE nº 124, de 06/07/1987, página 18

DECRETO Nº 10.601, DE 29 DE OUTUBRO DE 1987.

Aprova o Regimento da Secretaria de Minas, Energia e Meio Ambiente e dá outras providências.

DOE nº 204, de 29/10/1987, página 48

1988**DECRETO Nº 10.700, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1988.**

Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 8.683, de 26 de julho de 1982.

DOE nº 38, de 26/02/1988, página 06

1991**LEI Nº 5.090, DE 14 DE MARÇO DE 1991.**

Dispõe sobre a Reestruturação do Poder Executivo do Estado e dá outras providências.

DOE nº 49, de 14/03/1991, página 02

DECRETO Nº 11.817, DE 19 DE ABRIL DE 1991.

Dispõe sobre a organização básica da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Turismo e dá outras providências

DOE nº 77, de 24/04/1991, página 04

DECRETO Nº 11.901, DE 11 DE JUNHO DE 1991.

Cria, no Estado do Maranhão, a área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses com limites que especifica e dá outras providências.

DOE nº 114, de 18/06/1991, página 04

DECRETO Nº 11.915, DE 24 DE JUNHO DE 1991.

Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Turismo - SEMATUR.

DOE nº 130, de 31/07/1991, página 05

LEI Nº 5.117, DE 26 DE JUNHO DE 1991.

Dispõe sobre composição do Conselho Estadual de Turismo e dá outras providências.

DOE nº 128, de 08/07/1991, página 02

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMA

1991**LEI Nº 5.118, DE 26 DE JUNHO DE 1991.**

Dispõe sobre a composição do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA e dá outras providências.

DOE nº 128, de 08/07/1991, página 02

DECRETO Nº 11.989, DE 05 DE AGOSTO DE 1991.

Inclui a Superintendência do Centro de Comercialização de Produtos Artesanais do Maranhão na Organização Básica da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Turismo e dá outras providências.

DOE nº 155, de 14/08/1991, página 05

DECRETO Nº 11.992, DE 05 DE AGOSTO DE 1991.

Regulamenta a Lei nº 5.118, de 26 de junho de 1991, que disciplina a composição do Conselho Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências.

DOE nº 155, de 14/08/91, página 10

DECRETO Nº 11.993, DE 07 DE AGOSTO DE 1991.

Regulamenta a Lei nº 5.117, de 26 de junho de 1991, e aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Turismo - CONSETUR.

DOE nº 158, de 19/08/1991, página 13

DECRETO Nº 12.056, DE 10 DE SETEMBRO DE 1991.

Dispõe sobre a Reforma Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 180, de 18/09/1991, página 02

1992**LEI Nº 5.405, DE 08 DE ABRIL DE 1992.**

Institui o Código de Proteção do Meio Ambiente, dispõe sobre o Sistema Estadual do Meio Ambiente e o uso adequado dos recursos naturais do Estado do Maranhão.

DOE nº 77, de 22/04/1992, página 02

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 25 DE SETEMBRO DE 1992.

O Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA cria a Câmara Técnica de Avaliação da Perspectiva de Recuperação Ambiental da Baixada Ocidental Maranhense.

DOE nº 210, de 03/11/1992, página 02

DECRETO Nº 12.691, DE 16 DE OUTUBRO DE 1992.

Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Turismo e dá outras providências.

DOE nº 200, de 19/10/1992, página 12

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMA

1992

DECRETO Nº 12.764, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1992.

Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Turismo e dá outras providências.

DOE nº 223, de 20/11/1992, página 19

1993

LEI Nº 5.643, DE 08 DE FEVEREIRO DE 1993.

Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Administração Estadual e dá outras providências.

DOE nº 38, de 25/02/1993, página 03

DECRETO Nº 13.090, DE 31 DE MAIO DE 1993.

Dispõe sobre a implantação das Delegacias Regionais de Meio Ambiente - DREMAS, no Estado do Maranhão.

DOE nº 110, de 09/06/1993, página 06

DECRETO Nº 13.494, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1993.

Regulamenta o Código de Proteção do Meio Ambiente do Estado do Maranhão. (Lei nº 5.405/92).

DOE nº 224, de 24/11/1993, página 01

LEI Nº 5.851, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1993.

Altera a denominação e transfere competências de Secretarias de Estado e dá outras providências.

DOE nº 237, de 14/12/1993, página 03

1994

DECRETO Nº 14.185, DE 26 DE SETEMBRO DE 1994.

Regulamenta as atividades do Fundo Especial do Meio Ambiente - FEMA e dá outras providências.

DOE nº 189, de 30/09/1994, página 03

1995

LEI Nº 6.272, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 27, de 07/02/1995, página 09

DECRETO Nº 14.430, DE 07 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e dá outras providências.

DOE nº 28, de 08/02/1995, página 14

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMA

1995

DECRETO Nº 14.605, DE 09 DE JUNHO DE 1995.

Altera o Decreto nº 14.430, de 07.02.95, que reorganiza a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e dá outras providências.

DOE nº 115, de 16/06/1995, página 02

DECRETO Nº 14.606, DE 09 DE JUNHO DE 1995.

Institui a desconcentração do Jardim Botânico do Sítio do Físico - JBSF, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e dá outras providências.

DOE nº 115, de 16/06/1995, página 03

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO - SINCT

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO - SINCT

NATUREZA	BASE LEGAL DE CRIAÇÃO	FUNÇÃO
Administração Direta	Lei nº 3.347, de 14 de maio de 1973	Órgão Auxiliar do Governador

A **SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO** é criada em 1973, tendo como competência propor diretrizes com vistas ao fomento, à industrialização no Estado e à política de comercialização do Estado e promover, incentivar e coordenar o turismo, por meio dos Departamentos de Indústria e Comércio e de Turismo. Fica vinculada à **SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO** a Junta Comercial do Maranhão.

ELEMENTOS HISTÓRICOS

O **Sistema de Indústria e Comércio** é constituído, em 1973, pela **SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO** como órgão central e tem por finalidade a consecução de objetivos e metas setoriais estabelecidos no planejamento global do Estado.

Ainda neste ano, é criada a **Companhia Maranhense de Pesquisa Mineral** junto à **SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**.

Em 1975, é acrescentada na estrutura da **SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO** a Setorial de Contabilidade, como órgão setorial do Sistema de Administração Contábil, vinculada à Contadoria Geral do Estado.

Em 1976, é aprovado o Regimento do **Conselho Estadual de Turismo**, órgão integrante da **SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**.

Em 1977, o **Sistema de Indústria e Comércio** passa a denominar-se **Sistema de Indústria, Comércio e Turismo** e a Secretaria de Indústria e Comércio é organizada como **SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO - SINCT**.

Ficam vinculados à **SINCT** a **Junta Comercial do Maranhão - JUCEMA**, o **Serviço de Obras Gráficas do Estado - SIOGE**, a **Companhia de Desenvolvimento de Distritos Industriais do Maranhão - CDI/MA**, a **Companhia Maranhense de Pesquisas Mineral - CODEMINAS** e a **Empresa Maranhense de Turismo - MARATUR**. Fica instituído o Programa de Emprego do Maranhão – **SINE/MA**, vinculado à **SINCT**.

Em 1978, de acordo com a estrutura organizacional da **SINCT**, o nível de Execução Programática compreende as Coordenações de Desenvolvimento Industrial e Comercial e a de Mão de Obra Gerencial.

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO - SINCT

Em 1979, devido à Reorganização Administrativa Estadual, o Sistema de Indústria Comércio e Turismo passa a denominar-se **Sistema Estadual de Indústria, Comércio e Turismo** e no mesmo ano, a **SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO** é reestruturada. É desvinculado da estrutura do **Sistema Estadual de Indústria e Comércio** o **Serviço de Imprensa e Obras Gráficas - SIOGE** e o nível de Atuação Programática fica apenas com a Coordenação Operacional.

Em 1980, são criados o **Conselho de Indústria, Comércio e Turismo** e a Comissão Estadual de Energia.

Nos anos de 1981 e 1984, o Poder Executivo Estadual sofre alterações na sua estrutura, dispondo sobre a reorganização do **Sistema Estadual de Indústria, Comércio e Turismo**, cujo órgão central é a **SINCT**. Permanecem como órgãos descentralizados da estrutura do Sistema a **JUCEMA** e a **MARATUR**.

No nível de Atuação Programática permanecem as Coordenadorias de Promoção, de Tecnologia Industrial e a de Distritos Industrializados.

Em 1985, a **CDI/MA** reintegra a estrutura da **SINCT**.

Em 1991, com as modificações ocorridas na estrutura do Poder Executivo, fica extinta a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, transferindo as funções relativas à indústria e ao comércio para a Secretaria de Estado da Economia e as relativas ao turismo, para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Turismo.

Em 1992, por meio de lei, é criada a **SECRETARIA DE ESTADO DE FOMENTO À INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO** e a **JUCEMA** e a **CDI/MA** ficam vinculadas à Secretaria.

Em 1993, a Secretaria de Estado de Fomento à Indústria e ao Comércio passa a denominar-se **SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**. A Secretaria, como órgão central do **Sistema Estadual da Indústria, Comércio e Turismo**, é organizada, vinculando a **JUCEMA**, a **CDI/MA**, a **MARATUR**, a **Companhia de Pesquisa e Aproveitamento dos Recursos Naturais - COPENAT** e a **Usina Siderúrgica do Maranhão S/A - USIMAR** e, como órgãos atípicos, o **Conselho Estadual de Política Industrial e Comercial** e o **Conselho Estadual de Turismo - CONSETUR**.

Em 1994, é criada a Unidade Executora do **Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR - NE** e do **Programa de Desenvolvimento do Turismo na Amazônia - PRODETAM**, no âmbito da **SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**, com finalidade de atender ao desenvolvimento das atividades e ações vinculadas aos programas acima citados.

Em 1995, a Reorganização Administrativa do Estado estrutura o Poder Executivo em Governadoria, Secretarias Sistêmicas, Essenciais e Programáticas. A **SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO** passa a integrar o grupo das **SECRETARIAS PROGRAMÁTICAS** e é reorganizada no mesmo ano, sendo a ela vinculadas a **JUCEMA**, **CDI/MA** e a **MARATUR**.

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO - SINCT

Fica instituído o **Conselho Estadual do Trabalho - CONSET** junto à **SINCT**.

COMPETÊNCIAS

Compete à **SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**:

- 1) formular, implementar, executar, avaliar e fiscalizar as políticas, programas, projetos e demais ações pertinentes ao Governo do Estado para o desenvolvimento da indústria, comércio e turismo, como atividades econômicas relevantes para geração de empregos e renda e integração regional, por meio de medidas e atividades de apoio, incentivo e estímulo à dinamização das empresas e agentes de produção, instalados ou que venham a se instalar no Estado;
- 2) a concepção, formulação, normalização e gestão de fundos especiais de investimentos e de incentivos fiscais destinados ao desenvolvimento das empresas industriais, comerciais e de turismo;
- 3) a promoção, atração e captação de investimentos externos nos setores da indústria, comércio e turismo nacionais e internacionais;
- 4) a promoção de comércio exterior e das relações comerciais internas;
- 5) a atração e o apoio aos grandes projetos industriais instalados ou por se instalar no Estado, e que sejam geradores de empregos e tecnologia;
- 6) o apoio ao desenvolvimento de empresas comerciais e industriais, de qualquer porte, com especial atenção às micro e pequenas empresas e às que promovam exportações;
- 7) a disseminação e implementação do Programa de Qualidade Total no setor privado em consonância com as políticas federais;
- 8) registro da propriedade industrial, marcas e patentes na forma de legislação federal;
- 9) a aferição de pesos e medidas, quando habilitada na forma da legislação federal;
- 10) elaboração dos orçamentos anuais e o Plano Plurianual Setorial de Indústria, Comércio e Turismo, em consonância com o Plano Plurianual do Estado, no cumprimento das disposições constitucionais;
- 11) o exercício de outras funções correlatas, nos termos do seu regimento.

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO - SINCT**LEGISLAÇÃO****1968****LEI Nº 2.839, DE 10 DE MAIO DE 1968.**

Dispõe sobre as Diretrizes Básicas do Processo de Reorganização da Administração do Poder Executivo e dá outras providências.

DOE nº 99, de 29/05/1968, página 01

1973**LEI Nº 3.347, DE 14 DE MAIO DE 1973.**

Cria a Secretaria de Indústria e Comércio e dá outras providências.

DOE nº 99, de 25/05/1973, página 01

LEI Nº 3.348, DE 14 DE MAIO DE 1973.

Cria a Companhia Maranhense de Pesquisa Mineral e dá outras providências.

DOE nº 92, de 16/05/1973, página 01

DECRETO Nº 5.223, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1973.

Dispõe sobre a organização da Secretaria de Indústria e Comércio e aprova o seu Regimento.

DOE nº 234, de 07/12/1973, página 03

1975**LEI Nº 3.622, DE 02 DE JULHO DE 1975.**

Altera a Lei nº 3.347, de 14.05.73 acrescentando órgão na estrutura básica da Secretaria de Indústria e Comércio do Estado do Maranhão e dá outras providências.

DOE nº 133, de 16/07/1975, página 01

1976**DECRETO Nº 6.295, DE 12 DE OUTUBRO DE 1976.**

Dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Estadual de Turismo.

DOE nº 201, de 21/10/1976, página 08

1977**LEI DELEGADA Nº 116, DE 18 DE AGOSTO DE 1977.**

Organiza o Sistema de Indústria, Comércio e Turismo e reorganiza a Secretaria de Indústria e Comércio e dá outras providências.

DOE nº 171, de 12/09/1977, página 01

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO - SINCT**1977****DECRETO Nº 6.719, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1977.**

Institui o Programa de Emprego do Maranhão - SINE - MA e dá outras providências.
DOE nº 245, de 29/12/1977, página 01

1978**DECRETO Nº 6.761, DE 26 DE JANEIRO DE 1978.**

Aprova o Regimento da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo.
DOE nº 31, de 15/02/1978, página 05

1979**LEI Nº 4.011, DE 26 DE ABRIL DE 1979.**

Dispõe sobre Reorganização Administrativa Estadual e dá outras providências.
DOE nº 81, de 27/04/1979, página 01

LEI Nº 4.029, DE 30 DE ABRIL DE 1979.

Dispõe sobre a reorganização e altera a denominação do Sistema de Indústria, Comércio e Turismo, reestrutura a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo e dá outras providências.
DOE nº 91, de 14/05/1979, página 16

1980**DECRETO Nº 7.615, DE 30 DE ABRIL DE 1980.**

Aprova o Regimento da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo.
DOE nº 96, de 22/05/1980, página 01

DECRETO Nº 7.619, DE 05 DE MAIO DE 1980.

Cria a Comissão Estadual de Energia e dá outras providências.
DOE nº 88, de 12/05/1980, página 05

1981**LEI Nº 4.352, DE 31 DE OUTUBRO DE 1981.**

Altera a Lei nº 4.011, de 26 de abril de 1979, e dá outras providências.
DOE nº 214, de 16/11/1981, página 05

1983**LEI Nº 4.520, DE 25 DE OUTUBRO DE 1983.**

Autoriza o Poder Executivo a extinguir, criar, reformular, reestruturar, reorganizar, incorporar, fundir e desmembrar órgãos e empresas públicas, sociedades de economia mista estaduais e fundações instituídas pelo Poder Público Estadual.
DOE nº 205, de 31/10/1983, página 46

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO - SINCT**1983****LEI Nº 4.524, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1983.**

Dá nova redação e acrescenta parágrafos ao artigo 1º da Lei nº 4.520, de 25 de outubro de 1983.

DOE nº 214, de 14/11/1983, página 03

1984**LEI DELEGADA Nº 193, DE 19 DE JULHO DE 1984.**

Dispõe sobre a reorganização do Sistema Estadual de Indústria, Comércio e Turismo e dá outras providências.

DOE nº 137, de 19/07/1984, página 18

LEI DELEGADA Nº 161, DE 04 DE JULHO DE 1984.

Dispõe sobre a estrutura, composição e competência do Poder Executivo e dá outras providências.

DOE nº 126, de 04/07/1984, página 15

1985**LEI Nº 4.626, DE 15 DE MAIO DE 1985.**

Altera a redação e revoga dispositivos da Lei Delegada nº 193, de 19.07.84, e dá outras providências.

DOE nº 93, de 20/05/1985, página 09

1991**LEI Nº 5.090, DE 14 DE MARÇO DE 1991.**

Dispõe sobre a reestruturação do Poder Executivo do Estado e dá outras providências.

DOE nº 49, de 14/03/1991, página 02

DECRETO Nº 12.056, DE 10 DE SETEMBRO DE 1991.

Dispõe sobre a Reforma Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 180, de 18/09/1991, página 02

1992**LEI Nº 5.516, DE 20 DE JULHO DE 1992.**

Dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado de Fomento à Indústria e ao Comércio e dá outras providências.

DOE nº 140, de 23/07/1992, página 10

1993**DECRETO Nº 5.643, DE 08 DE FEVEREIRO DE 1993.**

Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Administração Estadual e dá outras providências.

DOE nº 38, de 25/02/1993, página 03

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO - SINCT**1993****DECRETO Nº 12.992, DE 24 DE MARÇO DE 1993.**

Aprova o Regimento e o Quadro de Funções Gratificadas da Secretaria de Estado de Fomento à Indústria e ao Comércio.

DOE nº 62, de 31/03/1993, página 01

DECRETO Nº 13.200, DE 30 DE JULHO DE 1993.

Dispõe sobre a alteração do Decreto nº 12.992, de 24 de março de 1993, que aprova o Regimento da Secretaria de Estado de Fomento à Indústria e ao Comércio e dá outras providências.

DOE nº 169, de 02/09/1993, página 01

LEI Nº 5.851, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1993.

Altera a denominação e transfere competências de Secretaria de Estado de Fomento à Indústria e ao Comércio e dá outras providências.

DOE nº 237, de 14/12/1993, página 03

DECRETO Nº 13.637, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1993.

Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo.

DOE nº 249, de 30/12/1993, página 21

1994**DECRETO Nº 14.023, DE 01 DE AGOSTO DE 1994.**

Cria a Unidade Executora do PRODETUR e do PRODETAM para o Estado do Maranhão.

DOE nº 150, de 05/08/94, página 11

1995**LEI Nº 6.272, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1995.**

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 27, de 07/02/1995, página 09

DECRETO Nº 14.428, DE 07 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo e dá outras providências.

DOE nº 28, de 08/02/1995, página 12

DECRETO Nº 14.454, DE 22 DE FEVEREIRO DE 1995.

Institui o Conselho Estadual do Trabalho - CONSET e dá outras providências.

DOE nº 43, de 02/03/1995, página 10

DECRETO Nº 14.472, DE 07 DE MARÇO DE 1995.

Cria a Unidade Executora do PRODETUR e do PRODETAM para o Estado do Maranhão e dá outras providências.

DOE nº 50, de 13/03/95, página 01

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO - SINCT**DECRETO Nº 14.608, DE 13 DE JUNHO DE 1995.**

Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo e dá outras providências.

DOE nº 116, de 19/06/1995, página 01

LEI Nº 6.429, DE 20 DE SETEMBRO DE 1995.

Cria o Sistema de Apoio à Indústria e ao Comércio Exterior do Estado do Maranhão - SINCOEX e dá outras providências.

DOE nº 186, de 26/09/1995, página 15

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SECMA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SECMA
--

NATUREZA	BASE LEGAL DE CRIAÇÃO	FUNÇÃO
Administração Direta	Lei nº 934, de 31 de julho de 1953.	Órgão Auxiliar do Governador

A SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE EDUCAÇÃO E CULTURA é criada em 1953, tendo como órgão administrativo o Departamento de Cultura, que compreende: a Biblioteca Pública, a Estação Transmissora P.R.J. - 9 e o Museu Histórico.
--

ELEMENTOS HISTÓRICOS

Em 1964, é criado na estrutura da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**, o **Conselho Estadual da Cultura** e é dada nova denominação ao Sistema de Educação do Estado.

Em 1967, por meio de lei, são determinadas as competências do **Conselho Estadual da Cultura**, entre elas a de formular a política cultural no âmbito do Estado.

Em 1968, por intermédio de lei, as Diretrizes Básicas do Processo de Reorganização da Administração do Poder Executivo cita como função básica do desenvolvimento cultural a preservação do patrimônio cultural e de áreas de beleza natural. É criado, também nesse ano, o **Museu Histórico e Artístico Do Maranhão**.

Em 1971, o Poder Executivo é autorizado a criar a **Fundação Cultural do Maranhão - FUNC**, sem fins lucrativos, que tem por finalidade promover e coordenar as atividades culturais em todo o território do Estado. Passam a integrar a estrutura da **FUNC** os seguintes órgãos da administração: **Rádio Timbira do Maranhão; Teatro Arthur Azevedo; Biblioteca Pública do Estado; Museu Histórico e Artístico do Maranhão; Departamento de Cultura e Museu de Folclore e Arte Popular do Maranhão**. As atribuições do extinto Departamento de Cultura do Estado são absorvidas pela **FUNC**.

Ainda em 1971, a atual **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA** passa a denominar-se **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**.

Em 1972, por decreto, são aprovados os Estatutos da **Fundação Cultural do Maranhão - FUNC**.

Em 1973, é criado o **Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Estado do Maranhão**, incorporado à **FUNC**.

Em 1974, são criados o **Arquivo Público do Estado do Maranhão - APEM** e a **Escola de Música do Estado do Maranhão - EMEM** como órgãos integrantes da **FUNC**.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SECMA

Em 1975, com a organização dos Gabinetes Civil e Militar do Governador, a **FUNC** fica vinculada à **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO**, para efeito de supervisão e coordenação.

Em 1977, é criado o **Museu Histórico de Alcântara** como órgão integrante do complexo da **FUNC**, que tem por finalidade reunir e expor peças, livros e documentos de valor artístico e histórico pertinentes à história do Maranhão e particularmente à de Alcântara.

Em 1979, ocorre a Reorganização Administrativa Estadual, passando o Poder Executivo a constituir-se de Governadoria e Sistemas Executivos, entre os quais o **Sistema Estadual de Educação e Cultura**. É criado o **Centro de Artes e Comunicações Visuais - CENARTE**, incorporado à **FUNC**, tendo por finalidade o ensino de técnicas de artes visuais a nível elementar e seu aperfeiçoamento, bem como a promoção de pesquisas, objetivando a descoberta e o aproveitamento de valores maranhenses do grupo específico das artes visuais.

Em 1980, através de lei, a **FUNC** é transformada em Autarquia.

Em 1981, é criado um Grupo de Trabalho para proceder aos necessários estudos para a criação da **SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO MARANHÃO**. É organizado o **Instituto Maranhense de Cultura**, órgão resultante da transformação da **FUNC** em Autarquia e integrante do **Sistema Estadual de Educação e Cultura**, vinculado à Secretaria de Educação, com a finalidade de promover e coordenar as atividades culturais em todo o Território do Estado. A estrutura organizacional básica do Instituto Maranhense de Cultura compreende os níveis de Administração Superior, de Atuação Instrumental e de Atuação Programática.

Ainda em 1981, o **Sistema Estadual de Cultura** é organizado com a finalidade de desenvolver e apoiar a cultura, bem como assessorar o Governador na formulação e execução da política cultural do Estado.

Fica criada a **SECRETARIA DE CULTURA**, que tem a estrutura organizacional básica distribuída em 6 (seis) níveis: nível de Administração Superior, de Assessoramento, de Gerência, de Atuação Instrumental, de Atuação Programática e de Ação Regional.

Com a criação da **SECRETARIA DE CULTURA**, é extinto o **Instituto Maranhense de Cultura - IMC**.

Em 1984, o **Sistema Estadual de Cultura** é reorganizado e a **SECRETARIA DA CULTURA**, órgão central do Sistema, tem a estrutura organizacional básica distribuída em 5 (cinco) níveis, após excluir o nível de Ação Regional. É criado o **Fundo de Desenvolvimento da Cultura - FUNDEC** a ser gerido pela **SECRETARIA DA CULTURA**.

Ainda em 1984, é criada a **Fundação Cultural do Sertão Maranhense "Joca Rêgo"- FUNSERT**, vinculada à **SECRETARIA DE CULTURA DO MARANHÃO**.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SECMA

No ano de 1985, são aprovados os Regimentos da **SECRETARIA DA CULTURA** e do **Conselho Estadual de Cultura**.

Em 1990, a Escola de Música do Estado do Maranhão, integrante da estrutura organizacional da **SECRETARIA DE CULTURA**, passa a denominar-se **Escola de Música do Estado do Maranhão Professora Lilah Lisboa de Araújo**.

Em 1991, o Poder Executivo do Estado é reestruturado passando a **SECRETARIA DA CULTURA** a denominar-se **SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SECMA**. A **SECMA** é organizada passando a integrar na sua estrutura organizacional como órgão Colegiado de Deliberação Coletiva o **Conselho Estadual de Cultura** e no nível de Atuação Programática, somente as Coordenadorias de Patrimônio Cultural, de Ação e Difusão Cultural e de Memória e Documentação.

Em 1992, a **SECMA** é reorganizada e sua estrutura organizacional básica é alterada. É reintegrado à estrutura o nível de Ação Regional e o nível de Atuação Programática permanece com as 3 (três) Coordenadorias.

Ainda em 1992, é transferido o arquivo político ideológico da extinta Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS da Secretaria de Estado da Segurança Pública, para a **SECMA**, cabendo a esta a responsabilidade pela guarda, manutenção e acesso aos cidadãos às informações que lhe digam respeito.

Em 1994, fica instituído, como órgão desconcentrado, sob o regime especial de autonomia relativa, o **Teatro Arthur Azevedo**, órgão integrante da estrutura da **SECMA**.

Em 1995, de acordo com a Reorganização Administrativa do Estado, a **SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SECMA** passa a integrar o Grupo das **SECRETARIAS PROGRAMÁTICAS**, sendo reorganizada e passando a integrar a sua estrutura organizacional, no nível de Execução Programática, as Coordenadorias de Museus e de Patrimônio. É reintegrado à estrutura da **SECMA** o nível de Ação Regional e é incluído o de Atuação Complementar.

COMPETÊNCIAS

Compete à **SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – SECMA**:

- 1) o planejamento, a normalização, a coordenação, a execução e a avaliação da política cultural do Estado, compreendendo a pesquisa histórica, arquitetônica e documental;
- 2) além de exercer outras atividades previstas nos termos do seu regimento.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SECMA**LEGISLAÇÃO****1953****LEI Nº 934, DE 31 DE JULHO DE 1953.**

Cria a Secretaria de Estado dos Negócios de Educação, muda a atual denominação da Secretaria de Educação e Saúde Pública e dá outras providências.

DOE nº 182, de 13/08/1953, página 01

1964**LEI Nº 2.353, DE 25 DE MARÇO DE 1964.**

Dá nova organização ao Sistema de Educação do Estado.

DOE nº 96, de 04/05/1964, página 01

LEI Nº 2.500, DE 30 DE OUTUBRO DE 1964.

Cria o Conselho Estadual da Cultura.

DOE nº 287, de 31/12/1964, página 03

1967**LEI Nº 2.791, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1967.**

Cria o Conselho Estadual de Cultura, dispõe sobre sua competência e dá outras providências.

DOE nº 215, de 13/12/1967, página 02

1968**LEI Nº 2.839, DE 10 DE MAIO DE 1968.**

Dispõe sobre as Diretrizes Básicas do Processo de Reorganização da Administração do Poder Executivo e dá outras providências.

DOE nº 99, de 29/05/1968, página 01

LEI Nº 2.923, DE 08 DE NOVEMBRO DE 1968.

Cria o Museu Histórico e Artístico do Maranhão e dá outras providências.

DOE nº 242, de 20/11/1968, página 01

1969**DECRETO Nº 3.972, DE 15 DE SETEMBRO DE 1969.**

Aprova o Regimento da Secretaria de Educação e Cultura.

DOE nº 200, de 22/10/1969, página 01

1972**LEI Nº 3.225, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1971.**

Institui a Fundação Cultural do Maranhão e dá outras providências.

DOE nº 243, de 29/12/1971, página 01

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SECMA
--

1972

DECRETO Nº 4.808, DE 14 DE SETEMBRO DE 1972.

Aprova os Estatutos da Fundação Cultural do Maranhão - FUNC instituída na forma da Lei nº 3.225, de 06 de dezembro de 1971.

DOE nº 189, de 04/10/1972, página 01

1973

DECRETO Nº 5.069, DE 11 DE JULHO DE 1973.

Cria o Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Estado do Maranhão e dá outras providências.

DOE nº 137, de 20/07/1973, página 01

1974

DECRETO Nº 5.266, DE 21 DE JANEIRO DE 1974.

Cria o Arquivo Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

DOE nº 24, de 04/02/1974, página 03

DECRETO Nº 5.267, DE 21 DE JANEIRO DE 1974.

Cria a Escola de Música do Estado do Maranhão e dá outras providências.

DOE nº 25, de 05/02/1974, página 01

1975

DECRETO Nº 5.536, DE 05 DE FEVEREIRO DE 1975.

Incorpora a Cafua das Mercês à FUNC e dá outras providências.

DOE nº 84, de 07/05/1975, página 01

LEI Nº 3.613, DE 04 DE JUNHO DE 1975.

Organiza os Gabinetes Civil e Militar do Governador do Estado e dá outras providências.

DOE nº 108, de 11/06/1975, página 01

1977

LEI Nº 3.899, DE 27 DE OUTUBRO DE 1977.

Cria o Museu Histórico de Alcântara e dá outras providências.

DOE nº 205, de 31/10/1977, página 02

LEI DELEGADA Nº 123, DE 27 DE OUTUBRO DE 1977.

Autoriza o Poder Executivo a transformar em Empresa Pública a Rádio Timbira do Maranhão, órgão da Fundação Cultural do Maranhão e dá outras providências.

DOE nº 223, de 28/11/1977, página 01

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SECMA**1978****DECRETO Nº 6.756, DE 19 DE JANEIRO DE 1978.**

Transforma em empresa pública estadual a Rádio Timbira do Maranhão, órgão da Fundação Cultural do Maranhão, regulamenta a Lei Delegada nº 123, de 27 de outubro de 1977, e dá outras providências.

DOE nº 19, de 26/01/1978, página 01

1979**LEI Nº 3.999, DE 05 DE DEZEMBRO DE 1978.**

Dispõe sobre o Patrimônio Histórico e Artístico do Maranhão.

DOE nº 12, de 17/01/1979, página 01

LEI Nº 4.011, DE 26 DE ABRIL DE 1979.

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa Estadual e dá outras providências.

DOE nº 81, de 27/04/1979, página 01

LEI Nº 4.102, DE 06 DE NOVEMBRO DE 1979.

Cria o Centro de Arte e Comunicações Visuais - CENARTE e dá outras providências.

DOE nº 222, de 20/11/1979, página 01

1980**LEI Nº 4.242, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1980.**

Transforma em Autarquia as fundações que menciona e dá outras providências.

DOE nº 235, de 09/12/1980, página 03

1981**DECRETO Nº 8.116, DE 26 DE MAIO DE 1981.**

Criação do Grupo de Trabalho para proceder aos necessários estudos para a criação da Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão.

DOE nº 106, de 08/06/1981, página 01

1981**LEI Nº 4.292, DE 03 DE JUNHO DE 1981.**

Dispõe sobre a organização do Instituto Maranhense de Cultura e dá outras providências.

DOE nº 116, de 23/06/1981, página 01

DECRETO Nº 8.293, DE 02 DE OUTUBRO DE 1981.

Denomina o Centro de Cultura Popular do Estado do Maranhão de Centro de Cultura Popular “Domingos Vieira Filho”.

DOE nº 190, de 08/10/1981, página 03

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SECMA**1981****LEI Nº 4.351, DE 31 DE OUTUBRO DE 1981.**

Organiza o Sistema Estadual de Cultura, cria a Secretaria de Cultura e dá outras providências.
DOE nº 214, de 16/11/1981, página 01

LEI Nº 4.352, DE 31 DE OUTUBRO DE 1981.

Altera a Lei nº 4.011, de 26 de abril de 1979, e dá outras providências.
DOE nº 214, de 16/11/1981, página 05

1982**DECRETO Nº 8.587, DE 13 DE MAIO DE 1982.**

Aprova o Regimento da Secretaria de Cultura.
DOE nº 89, de 13/05/1982, página 137

1983**LEI Nº 4.520, DE 25 DE OUTUBRO DE 1983.**

Autoriza o Poder Executivo a extinguir, criar, reformular, reestruturar, reorganizar, incorporar, fundir e desdobrar órgãos e empresas públicas, sociedades de economia mista estaduais e fundações instituídas pelo poder público estadual.
DOE nº 205, de 31/10/1983, página 46

LEI Nº 4.524, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1983.

Dá nova redação e acrescenta parágrafos ao artigo 1º da Lei nº 4.520, de 25 de outubro de 1983.
DOE nº 214, de 14/11/1983, página 03

1984**LEI DELEGADA Nº 161, DE 04 DE JULHO DE 1984.**

Dispõe sobre a estrutura, composição e competências do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.
DOE nº 137, de 04/07/1984, página 15

LEI DELEGADA Nº 177, DE 17 DE JULHO DE 1984.

Reorganiza o Sistema Estadual de Cultura e dá outras providências.
DOE nº 135, de 17/07/1984, página 09

1984**LEI DELEGADA Nº 197, DE 19 DE JULHO DE 1984.**

Institui a Fundação Cultural do Sertão Maranhense "Joca Rego" e dá outras providências.
DOE nº 137, de 19/07/1984, página 26

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SECMA**1984****DECRETO Nº 9.755, DE 05 DE NOVEMBRO DE 1984.**

Aprovação dos Estatutos da Fundação Cultural do Sertão Maranhense "Joca Rego" - FUNSERT.

DOE nº 221, de 20/11/1984, página 02

1985**DECRETO Nº 9.866, DE 07 DE JUNHO DE 1985.**

Aprova o Regimento da Secretaria da Cultura.

DOE nº 122, de 01/07/1985, página 02

DECRETO Nº 9.919, DE 16 DE AGOSTO DE 1985.

Aprova o Regimento do Conselho Estadual de Cultura.

DOE nº 161, de 23/08/1985, página 15

1986**DECRETO Nº 10.089, DE 06 DE MARÇO DE 1986.**

Dispõe sobre o tombamento do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico do Centro Urbano da Cidade de São Luís.

DOE nº 240, de 15/12/1986

1987**DECRETO Nº 10.357, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1987.**

Aprovação dos Estatutos da Fundação Cultural do Sertão Maranhense "Joca Rego" - FUNSERT.

DOE nº 49, de 13/03/1987, página 37

DECRETO Nº 10.364, DE 09 DE MARÇO DE 1987.

Institui o "Memorial Bandeira Tribuzzi" e dá outras providências.

DOE nº 46, de 10/03/1987, página 101

LEI Nº 4.837, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1987.

Acrescenta dispositivos à Lei Delegada nº 177, de 17 de julho de 1984, cria cargo e função e dá outras providências.

DOE nº 232, de 11/12/1987, página 23

1988**DECRETO Nº 11.009, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1988.**

Aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento da Cultura - FUNDEC e dá outras providências.

DOE nº 241, de 26/12/1988, página 01

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SECMA**1990****DECRETO Nº 11.528, DE 10 DE AGOSTO DE 1990.**

Altera a denominação da Escola de Música do Estado do Maranhão e dá outras providências.

DOE nº 157, de 16/08/1990, página 17

DECRETO Nº 11.530, DE 10 DE AGOSTO DE 1990.

Ficam transferidos para o Museu de Artes Visuais da Secretaria da Cultura os quadros e as esculturas de artistas maranhenses, pertencentes aos órgãos da administração centralizada e autárquica.

DOE nº 157, de 16/08/1990, página 18

LEI Nº 5.082, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1990.

Dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural do Maranhão e dá outras providências.

DOE nº 247, de 28/12/1990, página 09

1991**LEI Nº 5.090, DE 14 DE MARÇO DE 1991.**

Dispõe sobre a Reestruturação do Poder Executivo do Estado e dá outras providências.

DOE nº 49, de 14/03/1991, página 02

DECRETO Nº 11.839, DE 25 DE ABRIL DE 1991.

Dispõe sobre a organização básica da Secretaria de Estado da Cultura e dá outras providências.

DOE nº 81, de 30/04/1991, página 04

DECRETO Nº 11.853, DE 07 DE MAIO DE 1991.

Define área do Projeto Reviver Praia Grande e dispõe sobre sua administração.

DOE nº 92, de 16/05/1991, página 08

DECRETO Nº 12.056, DE 10 DE SETEMBRO DE 1991.

Dispõe sobre a Reforma Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 180, de 18/09/1991, página 02

1991**LEI Nº 5.205, DE 11 DE OUTUBRO DE 1991.**

Dá nova redação ao artigo 29 da Lei nº 5.082, de 20 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural do Estado do Maranhão.

DOE nº 204, de 22/10/91, página 7

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SECMA**1992****DECRETO Nº 12.303, DE 06 DE JANEIRO DE 1992.**

Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Cultura e dá outras providências.
DOE nº 14, de 21/01/1992, página 04

DECRETO Nº 12.443, DE 22 DE JUNHO DE 1992.

Dispõe sobre a transferência e manutenção do acervo político ideológico da Secretaria de Estado da Segurança Pública para a Secretaria de Estado da Cultura e dá outras providências.

DOE nº 122, de 26/06/1992, página 03

1993**LEI Nº 5.643, DE 08 DE FEVEREIRO DE 1993.**

Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Administração Estadual e dá outras providências.
DOE nº 38, de 25/02/1993, página 03

DECRETO Nº 13.660-A, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1993.

Cria a Secretaria Extraordinária de Preservação da Memória Artística do Maranhão-SEPREMA.

DOE nº 250, de 31/12/1993, página 03

1994**DECRETO Nº 13.714, DE 22 DE FEVEREIRO DE 1994.**

Institui a Desconcentração do Teatro Artur Azevedo e dá outras providências.
DOE nº 39, de 25/02/1994, página 03

DECRETO Nº 13.751, DE 14 DE MARÇO DE 1994.

Aprova o Regimento da Secretaria de Estado da Cultura e dá outras providências.
DOE nº 54, de 18/03/1994, página 01

1995**LEI Nº 6.272, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1995.**

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências.
DOE nº 27, de 07/02/1995, página 09

DECRETO Nº 14.424, DE 07 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Cultura e dá outras providências.
DOE nº 28, de 08/02/1995, página 07

DECRETO Nº 14.473, DE 07 DE MARÇO DE 1995.

Dispõe sobre a retificação do Anexo III do Decreto nº 14.424, de 07 de fevereiro de 1995, e dá outras providências.

DOE nº 50, de 13/03/1995, página 01

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
COMUNITÁRIO E DO TRABALHO - SEDESCT**

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
COMUNITÁRIO E DO TRABALHO - SEDESCT**

NATUREZA	BASE LEGAL DE CRIAÇÃO	FUNÇÃO
Administração Direta	Lei Delegada nº 127, de 21 de novembro de 1977.	Órgão Auxiliar do Governador

O **Sistema de Trabalho, Habitação e Ação Social** é organizado em 1977 e é criada, como órgão central do Sistema, a **SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL**, com a finalidade de assessorar o Governo na formulação da política de mão de obra, habitação e ação social do Estado, tendo como órgãos vinculados a **Companhia de Habitação Popular Do Maranhão - COHAB/MA** e a **Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor do Maranhão – FEBEM**.

ELEMENTOS HISTÓRICOS

Em 1979, o **Sistema de Trabalho, Habitação e Ação Social** passa a denominar-se **Sistema Estadual de Trabalho, Habitação e Ação Social**, de acordo com a Reorganização Administrativa Estadual.

Com a nova organização, a **SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL** tem na sua estrutura a transformação das seções da Unidade Setorial de Apoio ao Planejamento para Divisões de Programação e Orçamento e Divisão de Informação para o Planejamento e as modificações nas denominações das Coordenações do nível de Execução Programática.

Em 1980, a Coordenação de Programas de Trabalho da **SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL** fica constituída das Divisões: de Subprograma de Mercado de Trabalho e de Subprograma de Formação de Mão de Obra.

Em 1983, é criado o **Conselho de Desenvolvimento Comunitário** vinculando-se à **SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL**.

Em 1987, por meio de decreto, é criada a **SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO** e, no mesmo ano, é criado e organizado o **Sistema Estadual de Desenvolvimento Comunitário**, tendo como órgão central a **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**. Fica extinta da Secretaria Extraordinária a **FEBEM**. São transferidos da **Secretaria de Trabalho e Ação Social** para a **Secretaria de Desenvolvimento Comunitário** todos os direitos e responsabilidades relacionadas com ação social e o **Sistema Estadual de Desenvolvimento Comunitário** passa a denominar-se **Sistema Estadual de Trabalho e Desenvolvimento Urbano** e a **Secretaria de Desenvolvimento Comunitário** passa para **SECRETARIA DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO URBANO**, vinculando - se à sua estrutura a **COHAB/MA** e a **Fundação da Casa do Artesão - FUNCARTE**.

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
COMUNITÁRIO E DO TRABALHO - SEDESCT**

Em 1989, o Sistema Estadual de Trabalho e Desenvolvimento Urbano passa a denominar-se **Sistema Estadual de Desenvolvimento Comunitário** e a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Urbano, **SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**.

Em 1991, com a reestruturação do Poder Executivo, o Sistema Estadual de Desenvolvimento Comunitário passa a denominar-se **Sistema Estadual de Desenvolvimento Social e Comunitário** e a **SECRETARIA DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO URBANO, SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNITÁRIO**.

Com a extinção da **SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO URBANO**, são transferidas as suas funções para a **SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA** e as relativas ao trabalho para a Casa Civil.

Em 1992, por meio de lei, a **SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNITÁRIO** passa a denominar-se **SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, COMUNITÁRIO E DO TRABALHO - SEDESCT**, como órgão central do **SISTEMA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, COMUNITÁRIO E DO TRABALHO**.

Em 1995, com a nova Reorganização Administrativa do Estado, a **SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, COMUNITÁRIO E DO TRABALHO - SEDESCT** passa a compor o grupo das **SECRETARIAS PROGRAMÁTICAS**.

A **SEDESCT** é reorganizada, vinculando-se à sua estrutura a **Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão - FUNAC**.

COMPETÊNCIAS

Compete à **SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, COMUNITÁRIO E DO TRABALHO**:

- 1) planejar, coordenar, supervisionar e controlar as ações que visem a criação de oportunidades de emprego e renda para as comunidades menos favorecidas;
- 2) reconhecer e apoiar as comunidades e as organizações populares na participação efetiva no processo de decisão e desenvolvimento da sociedade;
- 3) subsidiar as políticas públicas básicas e as entidades privadas no que diz respeito aos interesses das comunidades e organizações populares;

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
COMUNITÁRIO E DO TRABALHO - SEDESCT**

- 4) assistir os grupos impossibilitados de trabalhar e produzir, de modo temporário ou permanente;
- 5) buscar meios de solução dos problemas do menor, do idoso e de outras minorias sociais, podendo exercer outras atribuições necessárias ao cumprimento de suas finalidades, nos termos de seu regimento.

LEGISLAÇÃO

1968

LEI Nº 2.839, DE 10 DE MAIO DE 1968.

Dispõe sobre as Diretrizes Básicas do Processo de Reorganização da Administração do Poder Executivo e dá outras providências.

DOE nº 99, de 29/05/1968, página 01

1977

LEI DELEGADA Nº127, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1977.

Organiza o Sistema de Trabalho, Habitação e Ação Social, cria a Secretaria de Trabalho e Ação Social e dá outras providências.

DOE nº 223, de 28/11/1977, página 04

1979

LEI Nº 4.011, DE 26 DE ABRIL DE 1979.

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa Estadual e dá outras providências.

DOE nº 81, de 27/04/1979, página 01

LEI Nº 4.023, DE 26 DE ABRIL DE 1979.

Dispõe sobre a reorganização e altera a denominação do Sistema de Trabalho, Habitação e Ação social, reestrutura a Secretaria de Trabalho e Ação Social e dá outras providências.

DOE nº 91, de 14/05/1979, página 14

1980

DECRETO Nº 7.617, DE 30 DE ABRIL DE 1980.

Aprova o Regimento da Secretaria de Trabalho e Ação Social.

DOE nº 121, de 27/06/1980, página 01

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
COMUNITÁRIO E DO TRABALHO - SEDESCT**

1980**DECRETO Nº 4.267, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1980.**

Altera dispositivos da Lei que reestruturou a Secretaria de Trabalho e Ação Social, cria cargos em comissão e dá outras providências.

DOE nº 242, de 18/12/1980, página 05

1981**DECRETO Nº 8.103, DE 14 DE MAIO DE 1981.**

Dispõe sobre alteração no Regimento da Secretaria de Trabalho e Ação Social e dá outras providências.

DOE nº 101, de 01/06/1981, página 03

LEI Nº 4.352, DE 31 DE OUTUBRO DE 1981.

Altera a Lei nº 4.011, de 26 de abril de 1979.

DOE nº 214, de 16/11/1981, página 05

1983**LEI Nº 4.520, DE 25 DE OUTUBRO DE 1983.**

Autoriza o Poder Executivo a extinguir, criar, reformular, reestruturar, reorganizar, incorporar, fundir e desmembrar órgãos e empresas públicas, sociedades de economia mista estaduais e fundações instituídas pelo poder público estadual.

DOE nº 205, de 31/10/1983, página 46

LEI Nº 4.524, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1983.

Dá nova redação e acrescenta parágrafos ao artigo 1º da Lei nº 4.520, de 25 de outubro de 1983.

DOE nº 214, de 31/11/1983, página 03

LEI Nº 4.529, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1983.

Cria o Conselho de Desenvolvimento e dá outras providências.

DOE nº 223, de 28/11/1983, página 11

1984**LEI DELEGADA Nº 161, DE 04 DE JULHO DE 1984.**

Dispõe sobre a estrutura, composição e competências do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

DOE nº 137, de 04/07/1984, página 15

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
COMUNITÁRIO E DO TRABALHO - SEDESCT**

1984

LEI DELEGADA Nº 201, DE 19 DE JULHO DE 1984.

Dispõe sobre a reorganização do Sistema Estadual de Trabalho, Habitação e Ação Social e dá outras providências.

DOE nº 137, de 19/07/1984, página 31

1985

DECRETO Nº 9.866, DE 07 DE JUNHO DE 1985.

Aprova o Regimento da Secretaria de Trabalho e Ação Social.

DOE nº 122, de 01/07/1985, página 02

1987

DECRETO Nº 10.380, DE 15 DE MARÇO DE 1987.

Cria a Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento Comunitário e o respectivo cargo de Secretário.

DOE nº 50, de 16/03/1987, página 23

LEI Nº 4.763, DE 06 DE ABRIL DE 1987.

Dispõe sobre a criação e organização do Sistema Estadual de Desenvolvimento Comunitário e dá outras providências.

DOE nº 68, de 08/04/1987, página 28

LEI Nº 4.765, DE 06 DE ABRIL DE 1987.

Dispõe sobre a organização do Sistema de Trabalho e Desenvolvimento Urbano e dá outras providências.

DOE nº 67, de 08/04/1987, página 32

DECRETO Nº 10.538, DE 22 DE SETEMBRO DE 1987.

Aprova o Regimento da Secretaria de Desenvolvimento Comunitário e dá outras providências.

DOE nº 180, de 24/09/1987, página 16

1988

DECRETO Nº 10.699, DE 22 DE FEVEREIRO DE 1988.

Aprova o Regimento da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Urbano e dá outras providências.

DOE nº 34, de 22/02/1988, página 12

DECRETO Nº 10.709, DE 17 DE MARÇO DE 1988.

Aprova o Regulamento do Fundo do Desenvolvimento Comunitário do Maranhão - FDC.

DOE nº 55, de 22/03/1988, página 01

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
COMUNITÁRIO E DO TRABALHO - SEDESCT**

1988

DECRETO Nº 10.897, DE 17 DE OUTUBRO DE 1988.

Dá nova redação à alínea "a", do item 3, do Art.18 do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Comunitário do Maranhão e dá outras providências.

DOE nº 200, de 24/10/1988, página 02

1989

LEI Nº 4.920, DE 02 DE FEVEREIRO DE 1989.

Reorganiza o Sistema Estadual de Desenvolvimento Comunitário e dá outras providências.

DOE nº 24, de 02/02/1989, página 22

1991

DECRETO Nº 11.708, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1990.

Altera dispositivos do Decreto nº 10.709, de 17 de março de 1988, que aprovou o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Comunitário.

DOE nº 14, de 21/01/1991, página 17

LEI Nº 5.090, DE 14 DE MARÇO DE 1991.

Dispõe sobre a Reestruturação do Poder Executivo do Estado e dá outras providências.

DOE nº 49, de 14/03/1991, página 02

DECRETO Nº 12.056, DE 10 DE SETEMBRO DE 1991.

Dispõe sobre a Reforma Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 180, de 18/09/1991, página 02

1992

DECRETO Nº 12.346, DE 20 DE MARÇO DE 1991.

Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Comunitário e dá outras providências.

DOE nº 62, de 30/03/1992, página 02

LEI Nº 5.595, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1992.

Dispõe sobre a alteração de denominação, a criação e a transformação de cargos comissionados, a criação de funções gratificadas e dá outras providências.

DOE nº 246, de 24/12/1992, página 92

DECRETO Nº 12.906, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1992.

Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Comunitário e do Trabalho e dá outras providências.

DOE nº 250, de 31/12/1992, página 10

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
COMUNITÁRIO E DO TRABALHO - SEDESCT**

1993

LEI Nº 5.643, DE 08 DE FEVEREIRO DE 1993.

Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Administração Estadual e dá outras providências.

DOE nº 38, de 25/02/1993, página 03

1994

DECRETO Nº 13.721, DE 22 DE FEVEREIRO DE 1994.

Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Comunitário e do Trabalho e dá outras providências.

DOE nº 40, de 28/02/1994, página 09

DECRETO Nº 14.141, DE 15 DE SETEMBRO DE 1994.

Aprova o Regimento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Comunitário e do Trabalho - SEDESC e dá outras providências.

DOE nº 183, de 22/09/1994, página 01

1995

LEI Nº 6.272, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências

DOE nº 27, de 07/02/1995, página 09

DECRETO Nº 14.435, DE 07 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Comunitário e do Trabalho e dá outras providências.

DOE nº 28, de 08/02/1995, página 19

DECRETO Nº 14.454, DE 22 DE FEVEREIRO DE 1995.

Institui o Conselho Estadual do Trabalho - CONSET e dá outras providências.

DOE nº 43, de 02/03/1995

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA - SINFRA

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA - SINFRA

NATUREZA	BASE LEGAL DE CRIAÇÃO	FUNÇÃO
Administração Direta	Lei nº 1.703, de 31 de dezembro de 1958	Órgão Auxiliar do Governador

A **SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS** é criada em 1958, com objetivo de elaborar, executar e coordenar o plano de viação e obras do Estado, visando, especialmente, ao cumprimento das finalidades estabelecidas a cada uma das unidades que integram a sua organização: Gabinete, Comissão de Planejamento, Assistência Jurídica, Departamento de Administração, Departamento de Obras Públicas e Energia Elétrica, Departamento de Estradas e Rodagens, Departamento de Águas e Esgotos Sanitários e Departamento de Transportes Urbanos de São Luís.

ELEMENTOS HISTÓRICOS

Em 1969, a Secretaria de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas é reorganizada com a denominação de **SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**, vinculando-se os órgãos de Administração Descentralizada:

- Departamento de Estradas de Rodagem do Maranhão – **DER – MA**.
- Empresa de Telecomunicações do Maranhão S.A – **TELMA**.
- Centrais Elétricas do Maranhão S.A – **CEMAR**.
- Departamento de Águas e Esgotos Sanitários – **DAES**.
- Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão – **CAEMA**
- Companhia de Habitação Popular do Maranhão – **COHAB**.

Ainda em 1969, são criados o Departamento de Obras Públicas, o Serviço de Controle de Patrimônio Imóvel e a Coordenação das Minas e Energia e dos Serviços.

Em 1971, é criada a Superintendência de Obras do Estado do Maranhão - **SOMAR**, vinculada à **SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**, destinada a coordenar, executar e/ou fiscalizar as obras públicas estaduais. Fica extinto o Departamento de Obras Públicas.

Em 1972, a **SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS** é reorganizada extinguindo a **SOMAR**, criando o **Conselho de Viação e Obras - CONVOP** e desvinculando-se a **TELMA** e o **DAES**. É vinculada à Secretaria a **Companhia de Desenvolvimento Rodoviário do Maranhão - CODERMA**.

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA - SINFRA

Em 1973, por meio de Lei Delegada, é organizado o **Sistema de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano** que altera a denominação da **SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS** para **SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS** como órgão central do Sistema, tendo como órgãos vinculados: o **DER**, a **CEMAR**, a **CODERMA** e a **CAEMA**.

A **SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS** tem como finalidade assessorar o Governo na formulação da política de desenvolvimento de transportes, energia, saneamento básico, habitação, urbanismo e obras públicas.

Em 1979, com a Reorganização Administrativa Estadual, o Poder Executivo é constituído de Governadoria e Sistemas Executivos, sendo um deles o **Sistema Estadual de Infraestrutura Física e Obras Públicas** e a **SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS**, que é seu órgão central, é reestruturada.

Em 1981, é criado na estrutura da **SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS** o nível de Ação Regional, composto de Diretorias Regionais de Transportes e Obras Públicas. É criada a **Coordenação de Transportes Rodoviários Intermunicipais**.

Em 1984, o **Sistema Estadual de Infraestrutura Física e Obras Públicas** é reorganizado, tendo na sua estrutura, como órgão central, a **SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS – SETOP**.

Em 1991, o Poder Executivo Estadual é reestruturado passando o **Sistema Estadual de Infraestrutura Física e Obras Públicas** a denominar-se **SISTEMA ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA** e a Secretaria de Transportes e Obras Públicas passa a denominar-se a, **SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA - SINFRA**, sendo a ela vinculada a Companhia de Habitação Popular do Maranhão - **COHAB**.

Ainda em 1991, a **SINFRA** é reorganizada passando a possuir na sua estrutura órgãos colegiados de Deliberação Coletiva: o **Conselho Estadual de Infraestrutura** e o **Conselho de Transportes Intermunicipais de Passageiros e Terminais**. A **Companhia de Pesquisa e Aproveitamento dos Recursos Naturais – COPENAT** vincula-se à **SINFRA**.

Em 1994, por meio de decreto, é desconcentrada a Subsecretaria Regional de Imperatriz, da **SINFRA** sob regime especial de autonomia relativa.

No mesmo ano, a **SINFRA** passa por nova reorganização, passando os órgãos colegiados de Deliberação Coletiva para o nível de Atuação Complementar e a **CAEMA** desvincula-se da **SINFRA**.

No ano de 1994, a **SINFRA** é reorganizada. Por meio de decreto, é disposta a obrigatoriedade da identificação de passageiros em ônibus intermunicipais e a instalação de lugares especiais nos ônibus intermunicipais para idosos, deficientes físicos e grávidas.

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA - SINFRA

Em 1995, com a Reorganização Administrativa do Estado, passa a fazer parte do Grupo das **SECRETARIAS PROGRAMÁTICAS** a **SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA - SINFRA**, a qual é reorganizada no mesmo ano.

COMPETÊNCIAS

Compete à **SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA**:

- 1) coordenar, supervisionar, fiscalizar e executar as atividades governamentais nas áreas de transportes, energia, habitação, desenvolvimento urbano, saneamento básico e edificações;
- 2) executar outras atribuições correlatas e necessárias ao cumprimento de suas finalidades, na respectiva área de competência, nos termos do seu regimento.

LEGISLAÇÃO

1958

LEI Nº 1.703, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1958.

Cria a Secretaria de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.

DOE nº 285, de 31/12/1958, página 84

1968

LEI Nº 2.839, DE 10 DE MAIO DE 1968.

Dispõe sobre as Diretrizes Básicas do Processo de Reorganização da Administração do Poder Executivo e dá outras providências.

DOE nº 99, de 29/05/1968, página 01

1969

LEI Nº 14, DE 30 DE ABRIL DE 1969.

Reorganiza a Secretaria de Viação e Obras Públicas e dá outras providências.

DOE nº 84, de 08/05/1969, página 11

DECRETO Nº 3.951, DE 14 DE AGOSTO DE 1969.

Aprova o Regimento da Secretaria de Viação e Obras Públicas.

DOE nº 158, de 25/08/1969, página 01

1971

LEI Nº 3.146, DE 21 DE JUNHO DE 1971.

Cria a Superintendência de Obras do Estado do Maranhão (SOMAR), extingue o Departamento de Obras Públicas e dá outras providências.

DOE nº 114, de 22/06/1971, página 01

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA - SINFRA**1971****LEI Nº 3.146, DE 21 DE JUNHO DE 1971.**

Cria a Superintendência de Obras do Estado do Maranhão (SOMAR), extingue o Departamento de Obras Públicas e dá outras providências.

DOE nº 114, de 22/06/1971, página 01

1975**LEI DELEGADA Nº 72, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1975.**

Reorganiza a Secretaria de Viação e Obras Públicas e dá outras providências.

DOE nº 247, de 31/12/1975, página 65

1976**DECRETO Nº 6.107, DE 18 DE JUNHO DE 1976.**

Aprova o Regimento da Secretaria de Viação e Obras Públicas.

DOE nº 126, de 06/07/1976, página 01

1977**LEI DELEGADA Nº 117, DE 02 DE SETEMBRO DE 1977.**

Organiza o Sistema de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, reorganiza e altera a denominação da Secretaria de Viação e Obras Públicas e dá outras providências.

DOE nº 182, de 27/09/1977, página 03

1978**DECRETO Nº 6.969, DE 25 DE OUTUBRO DE 1978.**

Aprova o Regimento da Secretaria de Transportes e Obras Públicas.

DOE nº 214, de 10/11/1978, página 01

LEI Nº 3.945, DE 24 DE MAIO DE 1978.

Altera o Sistema de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano criado pela Lei Delegada nº 117, de 02 de setembro de 1977 e dá outras providências.

DOE nº 103, de 02/06/1978, página 01

1979**LEI Nº 4.011, DE 26 DE ABRIL DE 1979.**

Dispõe sobre Reorganização Administrativa Estadual e dá outras providências.

DOE nº 81, de 27/04/1979, página 01

LEI Nº 4.025, DE 26 DE ABRIL DE 1979.

Dispõe sobre a reorganização e altera a denominação do Sistema de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano e reestrutura a Secretaria de Transportes e Obras Públicas.

DOE nº 91, de 14/05/1979, página 04

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA - SINFR**1979****DECRETO Nº 7.338, DE 10 DE OUTUBRO DE 1979.**

Fica designada a Secretaria de Transportes e Obras Públicas do Estado para, em nome do Estado do Maranhão, agir em todos os efeitos do Termo de Convênio celebrado com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, destinados à execução, no Estado, do Programa Especial de Vias Expressas - PROGRES.

DOE nº 196, de 11/10/1979, página 13

1980**DECRETO Nº 7.575, DE 07 DE ABRIL DE 1980.**

Aprova o Regimento da Secretaria de Transportes e Obras Públicas- SETOP.

DOE nº 76, de 23/04/1980, página 01

1981**LEI Nº 4.302, DE 23 DE JUNHO DE 1981.**

Altera dispositivos da Lei nº 4.025, de 26 de abril de 1979 e cria o nível de Ação Regional na estrutura da Secretaria de Transportes e Obras Públicas e dá outras providências.

DOE nº 123, de 03/07/1981, página 12

LEI Nº 4.352, DE 31 DE OUTUBRO DE 1981.

Altera a Lei nº 4.011, de 26 de abril de 1979 e dá outras providências.

DOE nº 214, de 16/11/1981, página 05

1983**LEI Nº 4.520, DE 25 DE OUTUBRO DE 1983.**

Autoriza o Poder Executivo a extinguir, criar, reformular, reestruturar, reorganizar, incorporar, fundir e desmembrar órgãos e empresas públicas, sociedades de economia mista estaduais e fundações instituídas pelo poder público estadual.

DOE nº 205, de 31/10/1983, página 46

LEI Nº 4.524, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1983.

Dá nova redação e acrescenta parágrafos ao artigo 1º da Lei nº 4.520, de 25 de outubro de 1983.

DOE nº 214, de 14/11/1983, página 03

1984**LEI DELEGADA Nº 187, DE 18 DE JUNHO DE 1984.**

Dispõe sobre a reorganização do Sistema Estadual de Infraestrutura Física e Obras Públicas e dá outras providências.

DOE nº 136, de 18/07/1984, página 14

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA - SINFRA**1984****LEI DELEGADA Nº 161, DE 04 DE JULHO DE 1984.**

Dispõe sobre a estrutura, composição e competências do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

DOE nº 126, de 04/07/1984, página 15

1985**DECRETO Nº 9.866, DE 07 DE JUNHO DE 1985.**

Aprova o Regimento da Secretaria de Transportes e Obras Públicas.

DOE nº 122, de 01/07/1985, página 02

1991**LEI Nº 5.090, DE 14 DE MARÇO DE 1991.**

Dispõe sobre a reestruturação do Poder Executivo do Estado e dá outras providências.

DOE nº 49, de 14/03/1991, página 02

DECRETO Nº 11.827, DE 23 DE ABRIL DE 1991.

Dispõe sobre a organização básica, as atribuições e competências da Secretaria de Estado da Infraestrutura e dá outras providências.

DOE nº 77, de 24/04/1991, página 10

DECRETO Nº 12.056, DE 10 DE SETEMBRO DE 1991.

Dispõe sobre a Reforma Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 180, de 18/09/1991, página 02

1992**DECRETO Nº 12.295, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1991.**

Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado da Infraestrutura e dá outras providências.

DOE nº 08, de 13/01/1992, página 02

DECRETO Nº 12.322, DE 07 DE FEVEREIRO DE 1992.

Aprova o Regimento da Secretaria de Estado da Infraestrutura - SINFRA e dá outras providências.

DOE nº 35, de 19/02/1992, página 04

1993**LEI Nº 5.643, DE 08 DE FEVEREIRO DE 1993.**

Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Administração Estadual e dá outras providências.

DOE nº 38, de 25/02/1993, página 03

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA - SINRA**1994****DECRETO Nº 13.800, DE 05 DE ABRIL DE 1994.**

Institui a desconcentração da Subsecretaria Regional de Imperatriz da Secretaria de Estado da Infraestrutura e dá outras providências.

DOE nº 71, de 13/04/1994, página 01

DECRETO Nº 13.802, DE 13 DE ABRIL DE 1994.

Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Infraestrutura e dá outras providências.

DOE nº 74, de 18/04/1994, página 01

DECRETO Nº 13.848, DE 10 DE MAIO DE 1994.

Dispõe sobre a transferência de vinculação da Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão S/A e dá outras providências.

DOE nº 93, de 16/05/1994, página 01

LEI Nº 5.991, DE 19 DE JULHO DE 1994.

Dispõe sobre a obrigatoriedade de identificação de passageiros em ônibus intermunicipais e dá outras providências.

DOE nº 141, de 25/07/1994, página 01

1995**LEI Nº 6.272, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1995.**

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências.

DOE nº 27, de 07/02/1995, página 09

DECRETO Nº 14.427, DE 07 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Infraestrutura e dá outras providências.

DOE nº 28, de 08/02/1995, página 11

SECRETARIA DE ESTADO DE DESPORTOS E LAZER - SEDEL

SECRETARIA DE ESTADO DE DESPORTOS E LAZER - SEDEL

NATUREZA	BASE LEGAL DE CRIAÇÃO	FUNÇÃO
Administração Direta	Lei nº 4.012, de 26 de abril de 1958	Órgão Auxiliar do Governador

O **Sistema Estadual de Desportos e Lazer** é organizado em 1979, sendo criada a **SECRETARIA DE DESPORTOS E LAZER - SEDEL** como órgão central do Sistema, a qual exercerá as funções de planejamento, coordenação, supervisão, normalização, controle e avaliação, por intermédio das Coordenações de Desportos, de Lazer e o Conselho Regional de Desportos – **CRD/MA**, órgão de assessoramento direto da **SEDEL**.

ELEMENTOS HISTÓRICOS

Em 1981, por meio de lei, é criada na estrutura da **SEDEL** a **Coordenação de Praças de Desportos e Lazer**, com as Divisões de Administração de Praças e de Recuperação e Manutenção.

Ainda em 1981, o **Sistema Estadual de Desportos e Lazer** é reorganizado mudando as denominações das Coordenações para Coordenarias e fundindo as Divisões de Atividades Permanentes de Desportos com a Divisão de Atividades Especiais de Desportos e a de Atividades Permanentes de Lazer com a Divisão de Atividades Especiais de Lazer.

Em 1991, com a reestruturação do Poder Executivo, fica autorizada a criação de até 05 (cinco) Secretarias Extraordinárias, cabendo à Casa Civil dar-lhes suporte administrativo. No mesmo ano, é criada a **SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE DESPORTOS E LAZER**.

Em 1995, com a Reorganização Administrativa do Estado, a **SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE DESPORTOS E LAZER** é transformada em **SECRETARIA DE ESTADO DE DESPORTOS E LAZER**, que passa a fazer parte do grupo das **SECRETARIAS PROGRAMÁTICAS**, sendo reorganizada nesse mesmo ano, por meio de decreto.

COMPETÊNCIAS

Compete à **SECRETARIA DE ESTADO DE DESPORTOS E LAZER**:

- 1) programar, coordenar, executar, controlar e avaliar as atividades estaduais de desportos e lazer, de conformidade com a política estabelecida e a legislação vigente sobre o assunto;
- 2) promover a integração entre o Estado e os Municípios, visando o aperfeiçoamento das atividades orientadas para o desenvolvimento dos Desportos e Lazer;

SECRETARIA DE ESTADO DE DESPORTOS E LAZER - SEDEL

3) promover a implantação dos instrumentos legais, institucionais, programáticos e operacionais para o desenvolvimento das atividades de desportos e lazer do Estado.

LEGISLAÇÃO**1968****LEI Nº 2.839, DE 10 DE MAIO DE 1968.**

Dispõe sobre as Diretrizes Básicas do Processo de Reorganização da Administração do Poder Executivo e dá outras providências.

DOE nº 99, de 29/05/1968, página 01

1979**LEI Nº 4.011, DE 26 DE ABRIL DE 1979.**

Dispõe sobre Reorganização Administrativa Estadual e dá outras providências.

DOE nº 81, de 27/04/1979, página 01

LEI Nº 4.012, DE 26 DE ABRIL DE 1979.

Organiza o Sistema Estadual de Desportos e Lazer, cria a Secretaria de Desportos e Lazer e dá outras providências.

DOE nº 81, de 27/04/1979, página 05

LEI Nº 4.088, DE 05 DE OUTUBRO DE 1979.

Cria o Quadro de Pessoal da Secretaria de Desportos e Lazer do Estado do Maranhão e dá outras providências.

DOE nº 196, de 11/10/1979, página 01

1980**DECRETO Nº 7.639, DE 29 DE MAIO DE 1980.**

Aprova o Regimento da Secretaria de Desportos e Lazer.

DOE nº 136, de 18/07/1980, página 02

1981**LEI Nº 4.301, DE 23 DE JUNHO DE 1981.**

Cria na estrutura da Secretaria de Desportos e Lazer a Coordenação de Praças de Desportos e Lazer e dá outras providências.

DOE nº 128, de 10/07/1981, página 15

LEI Nº 4.352, DE 31 DE OUTUBRO DE 1981.

Altera a Lei nº 4.011, de 26 de abril de 1979, e dá outras providências.

DOE nº 214, de 16/11/1981, página 05

SECRETARIA DE ESTADO DE DESPORTOS E LAZER - SEDEL**1982****DECRETO Nº 8.521, DE 18 DE MARÇO DE 1982.**

Disciplina as atividades do Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento do Desportos e Lazer - FDL, criado pela Lei nº 4.391, de 10 de dezembro de 1981, e dá outras providências.

DOE nº 58, de 26/03/1982, página 01

1983**DECRETO Nº 9.354, DE 22 DE AGOSTO DE 1983.**

Aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Desportos do Maranhão.

DOE nº 168, de 05/09/1983, página 05

LEI Nº 4.520, DE 25 DE OUTUBRO DE 1983.

Autoriza o Poder Executivo a extinguir, criar, reformular, reestruturar, reorganizar, incorporar, fundir e desmembrar órgãos e empresas públicas, sociedades de economia mista estaduais e fundações instituídas pelo poder público estadual.

DOE nº 205, de 31/10/1983, página 46

LEI Nº 4.524, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1983.

Dá nova redação e acrescenta parágrafos ao artigo 1º da Lei nº 4.520, de 25 de outubro de 1983.

DOE nº 214, de 14/11/1983, página 03

1984**LEI DELEGADA Nº 161, DE 04 DE JULHO DE 1984.**

Dispõe sobre a estrutura, composição e competências do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

DOE nº 126, de 04/07/1984, página 15

LEI DELEGADA Nº 178, DE 17 DE JULHO DE 1984.

Dispõe sobre a reorganização do Sistema Estadual de Desportos e Lazer e dá outras providências.

DOE nº 135, de 17/07/1984, página 11

1985**DECRETO Nº 9.866, DE 07 DE JUNHO DE 1985.**

Aprova o Regimento da Secretaria de Desportos e Lazer.

DOE nº 122, de 01/07/1985, página 02

1990**DECRETO Nº 11.449, DE 23 DE MAIO DE 1990.**

Aprova o Regimento do Conselho Regional de Desportos do Maranhão.

DOE nº 100, de 25/05/1990, página 15

SECRETARIA DE ESTADO DE DESPORTOS E LAZER - SEDEL**1991****LEI Nº 5.090, DE 14 DE MARÇO DE 1991.**

Dispõe sobre a Reestruturação do Poder Executivo do Estado e dá outras providências.
DOE nº 49, de 14/03/1991, página 02

DECRETO Nº 11.794, DE 15 DE MARÇO DE 1991.

Cria a Secretaria Extraordinária de Desportos e Lazer e o respectivo cargo de Secretário.
DOE nº 50, de 15/03/1991, página 02

DECRETO Nº 12.056, DE 10 DE SETEMBRO DE 1991.

Dispõe sobre a Reforma Administrativa do Estado e dá outras providências.
DOE nº 180, de 18/09/1991, página 02

1993**LEI Nº 5.643, DE 08 DE FEVEREIRO DE 1993.**

Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Administração Estadual e dá outras providências.
DOE nº 38, de 25/02/1993, página 03

1995**LEI Nº 6.272, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1995.**

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências.
DOE nº 27, de 07/02/1995, página 09

DECRETO Nº 14.423, DE 07 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado de Desportos e Lazer e dá outras providências.
DOE nº 28, de 08/02/1995, página 06